



ACADEMIA MILITAR

O PROGRAMA ESCOLA SEGURA NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE EM AMBIENTE ESCOLAR: ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE BRAGA

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Rui Miguel Nogueira Oliveira

Orientadora: Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Coorientador: Tenente-Coronel Rogério Paulo Magro Copeto

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020



ACADEMIA MILITAR

O PROGRAMA ESCOLA SEGURA NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE EM AMBIENTE ESCOLAR: ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE BRAGA

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Rui Miguel Nogueira Oliveira

Orientadora: Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Coorientador: Tenente-Coronel Rogério Paulo Magro Copeto

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança
Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, maio de 2020**

EPÍGRAFE

“Educai bem a criança. Dai-lhe conselhos sublimes... - E podeis ter a esperança de ver um mundo sem crimes.”
(Colbert Rangel Coelho)

DEDICATÓRIA

*Por tudo,
aos meus pais e irmã.*

AGRADECIMENTOS

O esforço na realização do presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada não se demonstrou meramente individual, pelo que não posso deixar de endereçar o meu reconhecido agradecimento pessoal e gratidão perante todos aqueles que me acompanharam e que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho de investigação.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira, pela incessante disponibilidade, dedicação, empenho e pelo apoio incansável ao longo de todas as etapas da realização deste trabalho. Muito obrigado por ter percorrido este caminho ao meu lado.

Ao meu coorientador, Tenente-Coronel da GNR Rogério Paulo Magro Copeto pela profícua colaboração, dedicação, perseverança, zelo, lealdade e espírito de entreajuda, prestando um contributo indelével, diferenciador e enriquecedor na investigação.

Ao Tenente-Coronel Nuno Alberto, Diretor dos Cursos da Guarda Nacional Republicana, pela inigualável e notável ajuda e disponibilidade ao longo do meu percurso na Academia Militar, assim como na reta final em estabelecer contacto com a Direção Nacional da PSP, cuja colaboração foi fundamental para a evolução da investigação.

Ao Capitão João Leite pela invulgar, dedicada e incessante colaboração, contribuindo de forma extraordinária para a investigação. Obrigado meu grande amigo e camarada.

Ao Subcomissário Magalhães Pereira pela forma como se disponibilizou em cooperar na execução da investigação, essencialmente em matérias relacionadas com a Polícia de Segurança Pública.

A todos os entrevistados, pela disponibilidade e prontidão em colaborar na investigação, através da partilha de conhecimentos e experiência pessoal.

À Academia Militar e à Escola da Guarda que me marcaram de forma positiva, agradecendo a formação profissional e pessoal ao longo destes anos.

A todos os camaradas do XXV Curso de Formação de Oficiais da GNR pela amizade, camaradagem e vivências partilhadas ao longo dos últimos cinco anos.

Por último, um especial agradecimento a toda a minha família, em particular aos meus pais, irmã e namorada pelo apoio contínuo e incondicional em todos os momentos.

A todos, o meu sincero Obrigado.

RESUMO

A presente investigação, subordinada ao tema “O Programa Escola Segura na prevenção da criminalidade em ambiente escolar: Estudo de Caso do distrito de Braga”, tem como principal objetivo analisar o Programa Escola Segura, operacionalizado pelas duas forças de segurança no distrito de Braga, bem como identificar possíveis lacunas existentes e propor eventuais melhorias na componente operacional da Guarda Nacional Republicana.

A metodologia empregue na investigação segue o método hipotético-dedutivo. Neste âmbito, elaborou-se um quadro teórico, jurídico e concetual, baseado numa pesquisa documental e bibliográfica. Posteriormente, realizou-se o trabalho de campo, seguindo uma abordagem qualitativa, através de entrevistas aplicadas a elementos da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública e Diretores de Agrupamento de Escolas do distrito de Braga.

Assim, concluiu-se que é necessário implementar e readaptar ações, na Guarda Nacional Republicana, de forma a melhorar a prevenção da criminalidade em ambiente escolar no distrito de Braga. Essas ações organizam-se em quatro áreas: Planeamento, Operacionalização, Meios e Avaliação. O Planeamento visa melhorar a formação pessoal dos militares em matérias de contexto educativo, criar um planeamento conjunto de atividades, e aprimorar, em termos de conteúdos e de frequência, as apresentações de sensibilização aos alunos. Foi ainda sugerida a envolvência dos militares em atividades escolares que tratem de comportamentos cívicos e alargar o âmbito de aplicação do programa ao ensino superior. A Operacionalização pretende uniformizar ações intraorganizacionais e interorganizacionais, cooperar formalmente com elementos da investigação criminal e conceder autonomia a todos os atores do Programa Escola Segura. Ao nível dos Meios, considera-se necessário reforçar os recursos humanos e materiais, aumentar o número de ações e reforçar a proximidade com os atores. Por fim, a Avaliação das ações passa por elaborar um relatório final descritivo e aplicar novas medidas pró-ativas e direcionadas.

Com o implementar e o readaptar destas ações, pretende-se assim garantir um programa mais interventivo, pró-ativo e operacional na segurança do coletivo.

Palavras-chave: Distrito de Braga; Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública; Prevenção da Criminalidade; Programa Escola Segura

ABSTRACT

The present investigation, under the theme "The Safe School Program in criminality prevention in the school environment: Case Study of the district of Braga", has as main objective the analysis of the Safe School Program, operationalised by the two security forces in the district of Braga, as well as to identify possible existing gaps and propose attainable improvements in the operational component of the *Guarda Nacional Republicana*.

The methodology applied in the investigation follows the hypothetical-deductive method. In this context, a theoretical, legal and conceptual framework was developed, based on documentary and bibliographic research. Subsequently, fieldwork was carried out, following a qualitative approach, based on interviews applied to individuals belonging to the *Guarda Nacional Republicana*, the *Polícia de Segurança Pública* and School Grouping Directors of the Braga district.

Thus, it was concluded that it is necessary to implement and readapt actions in the National Republican Guard in order to improve criminality prevention in the school environment in the district of Braga. These actions are arranged into four areas: Planning, Operationalization, Means and Evaluation. Planning aims to improve personal formation in matters of educational context, create a joint planning of activities, to improve, in terms of content and frequency, interactive presentations to students. It was also suggested the involvement of the military in school activities that address civic behaviour and broaden the scope of the program to higher education. Operationalization aims to standardize intra-organizational and inter-organizational actions, formally cooperate with elements of criminal investigation and grant autonomy to all Safe School Program actors. At the Means level, it is considered necessary to strengthen human and material resources, increase the number of actions and reinforce the proximity with the actors. Ultimately, the Assessment of the actions implicates the preparation of a final report and the application of new proactive and targeted measures.

With the implementation and re-adapting of these actions, it is intended to ensure a more interventional, proactive and operational program in the safety of the collective.

Keywords: Braga District; *Guarda Nacional Republicana*; *Polícia de Segurança Pública*; Criminality Prevention; Safe School Program

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	x
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	4
1.1. Conceito(s) de Segurança	4
1.2. Prevenção Criminal em Ambiente Escolar.....	5
1.3. Jovens, Desvios e Delitos	7
CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO.....	11
2.1. Responsabilidade Penal	11
2.2. Lei Tutelar Educativa	13
2.3. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo	14
CAPÍTULO 3. AS FORÇAS DE SEGURANÇA E AS ESCOLAS.....	17
3.1. Policiamento Comunitário	17
3.2. Programas Especiais	19
3.3. Programa Escola Segura.....	20
3.3.1. Na GNR.....	21
3.3.2. Na PSP.....	22
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	24
4.1. Método de Abordagem	24
4.2. Modelo de Análise.....	25

4.3. Técnicas de recolha de dados	26
4.3.1. Inquérito por entrevista	27
4.4. Amostragem: composição e caracterização.....	28
4.5. Tratamento e análise de dados.....	29
4.6. Local e data da pesquisa e recolha de dados	30
CAPÍTULO 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	32
5.1. Análise e discussão dos inquéritos por entrevista	32
5.1.1. Apresentação, análise e discussão da categoria “Desenvolvimento do PES”	32
5.1.2. Apresentação, análise e discussão da categoria “Intervenção dos elementos do PES”	36
5.1.3. Apresentação, análise e discussão da categoria “Fatores influenciadores da prevenção e da criminalidade”	38
5.1.4. Apresentação, análise e discussão da categoria “Ações de prevenção”	43
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
APÊNDICES	I
APÊNDICE A – ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO	II
APÊNDICE B – MATRIZ DE INVESTIGAÇÃO	III
APÊNDICE C – CARTA DE APRESENTAÇÃO	IV
APÊNDICE D – GUIÃO DA ENTREVISTA A - GNR / PSP.....	VI
APÊNDICE E – GUIÃO DA ENTREVISTA B - DIRETORES DE AGRUPAMENTO DE ESCOLAS.....	VII
APÊNDICE F – COMPOSIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	VIII
APÊNDICE G – CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA DO GUIÃO A.....	X
APÊNDICE H – CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA DO GUIÃO B	XII
APÊNDICE I – ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO GUIÃO A	XIV
APÊNDICE J – ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO GUIÃO B	XXVI
APÊNDICE K – MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DO GUIÃO A.....	XXXIII
APÊNDICE L – MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DO GUIÃO B.....	XXXV
ANEXOS	XXXVII

ANEXO A – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
.....	XXXVIII
ANEXO B – QUADRO-SÍNTESE DA METODOLOGIA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	
DA ENTREVISTA.....	XXXIX
ANEXO C – PORTEFÓLIO DE ATIVIDADES DAS SPC DO COMANDO	
TERRITORIAL DE BRAGA.....	XL

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

Figura n.º 1 – Mapa do distrito de Braga..... 31

APÊNDICES

Figura n.º 2 – Estrutura da investigação II

Figura n.º 3 – Matriz de investigação III

ANEXOS

Figura n.º 4 – Pedido de autorização à Polícia de Segurança Pública.....XXXVIII

Figura n.º 5 – Quadro-Síntese da Metodologia da Análise de Conteúdo da Entrevista
..... XXXIX

Figura n.º 6 – Índice das atividades das SPC do CTer de Braga.....XL

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quadro n.º 1 – Matriz da análise da categoria “Desenvolvimento do PES” do Guião A....	32
Quadro n.º 2 – Matriz da análise da categoria “Desenvolvimento do PES” do Guião B....	34
Quadro n.º 3 – Matriz da análise da categoria “Intervenção dos elementos do PES” do Guião A	36
Quadro n.º 4 – Matriz da análise da categoria “Intervenção dos elementos do PES” do Guião B	37
Quadro n.º 5 – Matriz da análise da categoria “Fatores influenciadores da prevenção e da criminalidade” do Guião A.....	38
Quadro n.º 6 – Matriz da análise da categoria “Fatores influenciadores da prevenção e da criminalidade” do Guião B.....	41
Quadro n.º 7 – Matriz da análise da categoria “Ações de prevenção ” do Guião A.....	43
Quadro n.º 8 – Matriz da análise da categoria “Ações de prevenção ” do Guião B.....	44

APÊNDICES

Quadro n.º 9 – Composição e caracterização da amostra.....	VIII
Quadro n.º 10 – Codificação Alfanumérica das respostas às entrevistas do Guião A.....	X
Quadro n.º 11 – Codificação Alfanumérica das respostas às entrevistas do Guião B.....	XII
Quadro n.º 12 – Matriz das unidades de contexto e de registo das respostas às questões do Guião A	XIV
Quadro n.º 13 – Matriz das unidades de contexto e de registo das respostas às questões do Guião B.....	XXVI
Quadro n.º 14 – Matriz de análise de conteúdo das entrevistas do Guião A.....	XXXIII
Quadro n.º 15 – Matriz de análise de conteúdo das entrevistas do Guião B	XXXV

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice A – Estrutura da investigação

Apêndice B – Matriz de investigação

Apêndice C – Carta de apresentação

Apêndice D – Guião da entrevista A - GNR / PSP

Apêndice E – Guião da entrevista B - Diretores de Agrupamento de Escolas

Apêndice F – Composição e caracterização da amostra

Apêndice G – Codificação alfanumérica do Guião A

Apêndice H – Codificação alfanumérica do Guião B

Apêndice I – Análise das respostas do Guião A

Apêndice J – Análise das respostas do Guião B

Apêndice K – Matriz de análise de conteúdo do Guião A

Apêndice L – Matriz de análise de conteúdo do Guião B

ANEXOS

Anexo A – Pedido de autorização à Polícia de Segurança Pública

Anexo B – Quadro-síntese da metodologia da análise de conteúdo da entrevista

Anexo C – Portefólio de atividades das SPC do Comando Territorial de Braga

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

Al.	Alínea
AM	Academia Militar
APA	<i>American Psychological Association</i>
AR	Assembleia da República
Art.º	Artigo
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Cfr.	Conforme
CP	Código Penal
CPCJ	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
CPP	Código de Processo Penal
CTer	Comando Territorial
DNPS	Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
DTer	Destacamento Territorial
E.	Entrevistado
EPES	Equipas do Programa Escola Segura
Et.al	“ <i>et aliae</i> ” - E outros (para pessoas)
Etc.	“ <i>et cetera</i> ” - E outros (para coisas)
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipóteses
LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
LTE	Lei Tutelar Educativa
MAI	Ministério da Administração Interna

MIPP	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
MP	Ministério Público
N. °	Número
NEP	Norma de Execução Permanente
ONU	Organização da Nações Unidas
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
P.	Página
PE	Programas Especiais
PES	Programa Escola Segura
PIPP	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
PSP	Polícia de Segurança Pública
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SOTRP	Secções de Operações de Treino e Relações Públicas
SPC	Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
UC	Unidades de Contexto
UEn	Unidades de Enumeração
UR	Unidades de Registo
ZA	Zona de Ação

INTRODUÇÃO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA), enquadrado na estrutura curricular referente ao ciclo de estudos do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança da Guarda Nacional Republicana (GNR), está subordinado ao tema: “O Programa Escola Segura na prevenção da criminalidade em ambiente escolar: Estudo de Caso do distrito de Braga”.

A investigação em apreço, tem como objetivo estudar matérias de interesse para a GNR, bem como desenvolver competências e capacidades que “constituam a base de aplicações originais, em contexto de investigação, nos domínios da segurança e defesa nas áreas de especialização”, de forma a alcançar conclusões relevantes, inovadoras e pertinentes (Academia Militar [AM], 2015).

A segurança é, nos dias de hoje, “um fenómeno complexo, associado a um quadro, assimétrico e imprevisível, de ameaças e riscos difícil de perceber e de agir no modelo tradicional de organização dos sistemas de segurança” (Inácio & Araújo, 2018, p. 23). Deste modo, com o evoluir da sociedade, da globalização e da constante alteração do paradigma, torna-se essencial agir perante novas formas de tipologia criminal (Rodrigues, 2019), impondo ao Estado novas estratégias de prevenção, de cooperação e de coordenação entre as Forças e Serviços de Segurança, assim como promover o sentimento de confiança junto do cidadão (Relatório Anual de Segurança Interna [RASI], 2019).

A República Portuguesa, na sua lei constitucional, determina que ao Estado de direito democrático compete garantir os direitos e liberdades fundamentais, desenvolver a harmonia em todo o território, assegurar o bem-estar e promover a qualidade de vida ao povo de forma igualitária (Assembleia da República [AR], 1976).

Neste sentido, o Estado cumpre e mandar cumprir normas num regime de recurso à GNR e à Polícia de Segurança Pública (PSP) enquanto forças de segurança. Não obstante, estas forças dispõem de uma elevada panóplia de ações e funções, pelo que, distribuir equitativamente a importância das suas intervenções, se apresenta um fator limitador.

Assim, atendendo à nova era de políticas de segurança, torna-se fulcral investigar alternativas através de novos modelos organizacionais e funcionais, de modo a aplicar “novas políticas de descentralização e proximidade” a par de “mais *intelligence* e atuação *on-time*, na prevenção e combate ao crime” (Inácio & Araújo, 2018, p. 23).

Face ao exposto, as forças de segurança, através das suas ações, apresentam um papel primordial e vinculativo na sociedade e, particularmente, ao nível do Policiamento Comunitário, do qual o Programa Escola Segura (PES) é parte integrante.

O PES encontra-se tipificado no Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro, instituindo-se como um modelo de atuação pró-ativo que “visa garantir a segurança no meio escolar e no meio envolvente, através da prevenção de comportamentos de risco e da redução de atos geradores de insegurança em meio escolar” através da cooperação e participação de toda a comunidade (AR, 2017).

Neste sentido, a cooperação, a promoção de sinergias e a partilha de ação tem um papel fulcral na garantia de um ambiente seguro e na prevenção e combate ao crime. A prevenção da criminalidade passa, assim, por um investimento, sobretudo em “atitudes e comportamentos pró-ativos e preventivos” (Rodrigues *et al.*, 2019), onde a organização dos sistemas de segurança, o corpo operacional e os recursos tecnológicos permitem readaptar e reajustar novas formas de agir em áreas de constante mutação como o contexto escolar.

No que à criminalidade diz respeito, Portugal tem-se deparado com elevados níveis e novas formas de criminalidade, conforme é possível sustentar através do RASI. Deste relatório, é ainda possível inferir que o distrito de Braga é o distrito, mais a norte de Portugal Continental, que regista um elevado número de ilícitos criminais em ambiente escolar (RASI, 2019).

Com efeito, o distrito de Braga foi o palco de estudo, uma vez que combina o elevado índice de criminalidade em ambiente escolar, conforme dados do RASI, com a intervenção de duas forças de segurança distintas, nomeadamente a GNR e a PSP.

Assim, procurar-se-á compreender como o PES está a ser desenvolvido, identificar possíveis lacunas existentes e propor eventuais melhorias na componente operacional da GNR.

A linha orientadora da presente investigação foi “progressivamente revista e corrigida ao longo do trabalho exploratório e da elaboração da problemática” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 137), materializando-se a seguinte questão central (QC): **“Que ações se poderão implementar na GNR para melhorar a prevenção da criminalidade em ambiente escolar no distrito de Braga?”**.

A QC supramencionada visa alcançar o objetivo geral (OG) da presente investigação que “está ligado a uma visão global e abrangente do tema” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 219), que se reflete em “estudar e investigar ações a implementar na GNR para melhorar a prevenção da criminalidade em ambiente escolar no distrito de Braga”.

De modo a atingir o OG, decorrem os objetivos específicos (OE) de forma a dissociar e decompor o OG em pontos mais elementares (Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], 2015), que na presente investigação são os seguintes:

OE1 – Compreender a operacionalização do Programa Escola Segura na comunidade escolar;

OE2 – Perceber qual a intervenção dos elementos do Programa Escola Segura aquando de uma ocorrência em ambiente escolar;

OE3 – Identificar fatores que influenciam a prevenção e/ou a criminalidade escolar;

OE4 – Aferir se as ações por parte dos atores (GNR/PSP/Escolas) variam consoante a criminalidade apresentada nas diferentes áreas geográficas do distrito.

A estrutura do relatório organiza-se em cinco capítulos, seguindo-se as Conclusões e Recomendações onde são respondidas as questões derivadas (QD), respondida a QC, apresentadas recomendações, limitações e propostas para futuras investigações. O primeiro capítulo aborda conceitos como a segurança, a prevenção criminal, e a vulnerabilidade de crianças e jovens. O segundo capítulo reflete o enquadramento jurídico versando diplomas legais sobre a temática em questão. O terceiro capítulo versa sobre as forças de segurança e a comunidade educativa, nomeadamente o PES. O quarto capítulo apresenta a metodologia adotada, assim como métodos e materiais utilizados no decorrer da investigação. No quinto capítulo são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos através da investigação empírica, que tem como principal suporte a informação recolhida através da aplicação de entrevistas a elementos das forças de segurança e da comunidade educativa.

A redação do RCFTIA segue a Norma de Execução Permanente (NEP) número (n.º) 520/4ª (AM, 2015) e a NEP 522/1ª (AM, 2016). Nos casos de omissão relativamente à conceção de referências bibliográficas, recorreu-se à 6ª edição do referencial *American Psychological Association* (APA, 2010).

CAPÍTULO 1.

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

1.1. Conceito(s) de Segurança

A segurança, desde os primórdios da civilização, mostrou-se sempre uma das essenciais preocupações do ser humano, permanecendo uma temática de abordagem fundamental, não só pelas aceções pouco consensuais, como pelos ângulos de análise altamente diversificados que apresenta (Elias, 2011).

Como refere Araújo (2018), no processo de organização das comunidades sempre existiram estruturas de disposição do poder onde a segurança e a proteção da comunidade se apresentavam como elementos essenciais para a própria sobrevivência.

Desta forma, a conceptualização de segurança apresenta-se como “um conceito amplo e sem um significado único” (Santos, 2016, p. 107), que fruto da evolução da sociedade se torna “cada vez mais polissémico, contestado, ambíguo e complexo” (Elias, 2011, p. 3).

Destarte, remeter o termo unicamente para a ausência de perigo não o torna suficiente (Alves, 2008), pois a segurança resulta sobretudo de “atitudes e comportamentos pró-ativos e preventivos” (Rodrigues *et al.*, 2019, p. 38).

Neste ensejo, Fernandes (2005), salienta que segurança envolve um sentido restritivo dos direitos e se materializa “desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, como garantia - dada pelo Estado – do exercício das liberdades individuais” (Pereira, 2018, p. 1).

Na perspetiva de Alves, a segurança constitui “o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à sua conduta de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas” (Alves, 2010, p. 37).

No mesmo sentido, Fernandes (2005, p. 30), concetualiza a segurança como “o estado de tranquilidade e de confiança mantido por um conjunto de condições materiais, económicas, políticas e sociais, que garante a ausência de qualquer perigo, tanto para a coletividade como para o cidadão individualmente considerado”.

Também Teixeira (2002) considera que o conceito de segurança deve ser encarado como uma necessidade por parte do Estado, assim como uma condição fundamental de liberdade, visando possibilitar a todos os cidadãos os devidos direitos, liberdades e garantias.

Conquanto de uma configuração mais simplificada, mas identicamente elucidativa, surge-nos o parecer de que a segurança se define como “um elemento da condição do bem-estar que se produz pelo controlo, redução ou supressão dos riscos” (L. Guerra, 2016, p. 122), assente na dignidade do indivíduo, implicando “uma preocupação com o nosso espaço e com o que nos rodeia” (Rodrigues, 2019, p. 38).

Deste modo, a segurança das populações pode ser entendida como um bem público “que para a sua concretização, contribuem múltiplos fatores e agentes (...) e podemos assumir que os atores mais diretamente responsáveis pelas políticas e práticas do desenvolvimento social e urbano podem contribuir mais para a profilaxia criminal” (Machado & Neves, 2011, p. 14).

Poderemos então afirmar que “a segurança das pessoas e de bens é dos valores estrategicamente mais relevantes, porque pode colocar em crise a confiança no Estado e nas suas instituições” (Fontes, 2015, p. 42). Uma vez, que, a segurança deixou efetivamente “de ter por base apenas a questão territorial de um Estado, e passou a colocar o acento tónico na segurança das populações, de forma a poder legitimar esta mudança” (Hermenegildo, 2013, p. 159).

O conceito de segurança apresenta assim diferentes aceções possíveis, numa clara polissemia do sentido, o que dificulta o seu entendimento numa fase inicial, mesmo que este se apresente como um pilar na proteção e defesa de valores, através da adoção de comportamentos e de atividades, apoiados em organizações, isto é, forças e serviços de segurança, que propiciam o seu fim último (Gouveia, 2015).

1.2. Prevenção Criminal em Ambiente Escolar

À semelhança do termo segurança, a conceptualização de prevenção criminal, tem sido amplamente discutida por diversos autores fruto da possibilidade de existir inúmeras definições para este tema.

A segurança apresenta uma forte ligação à prevenção, porque “todo o investimento no campo da prevenção será pouco quando comparado com o que *a posteriori* se virá a gastar em segurança caso uma atuação preventiva não seja realizada” (Carvalho, 2012, p. 34).

Na tentativa de definir prevenção criminal, Oliveira, apresenta-a como “o conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infrações (...) sejam elas de natureza criminal ou outras”, acrescentando que para uma prevenção realmente eficaz se tornaria necessário compreender o que influencia a prática de um crime (Oliveira, 2006, p. 79).

Na perspectiva de Armando Carlos Alves (2008, p. 171), “a prevenção é a atividade primordial da função polícia. A ela deve corresponder o maior empenhamento, de modo a produzir o máximo possível de utilidade social”.

Apesar da diversidade de conceitos, que se foram influenciando e atualizando em conformidade com os contextos históricos, vale a pena recordar que já no século XIX Ferri defendia que a prevenção se deveria tornar na função defensiva primária da sociedade, uma vez que a repressão tinha uma persuasão na criminalidade enfraquecida (Ferri, 1897).

A prevenção criminal apresenta-se assim como o alicerce da “atividade da polícia e pode exercer-se em diversas oportunidades: imediatamente antes de o dano acontecer, durante a produção do dano (importa neste momento atalhar para que ele não se alastre e não se consolide) e depois da produção do dano” (Dias, 2012, p. 83).

Hodiernamente, as forças de segurança tendem cada vez mais a apostar na prevenção, mesmo que se trate de uma “tarefa longa e não imediata, que passa pela evolução da cidadania e da consciência social de toda a sociedade. O melhor lugar para a realizar é, obviamente, a escola” (Tomás & Belo, 2012, p. 10). Os autores sobressaem a escola, uma vez que as crianças são os seres mais vulneráveis à prática de delitos, dado que, na maioria das vezes, não apresentam qualquer consciência da repercussão dos seus atos.

Deste modo, a ocorrência de comportamentos desviantes em contexto escolar, vai perturbar o sentimento de segurança e tranquilidade daquela comunidade, lesando deste modo a normal promoção do sucesso educativo e de um ensino de qualidade (AR, 2017).

Neste ensejo, de forma a limitar e impedir o progresso da criminalidade juvenil junto da comunidade escolar, têm sido tomadas medidas preventivas de forma a conter esta problemática (Dias, 2012).

A partir dos anos 80, surge a visão de que a escola não se apresenta apenas como um espaço tranquilo, mas também um espaço de insegurança e conflitos, cujas crianças e jovens, além de vulneráveis, se poderão apresentar extremamente violentos (Sebastião *et al.*, 2010). Desta situação sucedem inquietações com incidentes como o *bullying* ou outras formas de violência escolar, levando a que a própria instituição escolar, recorra a ferramentas exteriores como forças de segurança e tecnologias de vigilância, para mitigar acontecimentos de índole criminal (Foucault, 2013).

No que concerne aos crimes registados e outras formas de violência ocorridos em ambiente escolar, segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) destacam-se, por esta ordem: os crimes contra pessoas (ofensa à integridade física, etc.); crimes que afetam a liberdade pessoal (*stalking*, etc.), ofensas sexuais (pornografia de menores, etc.) e

honra (difamação/injúrias, etc.); crimes contra a vida em sociedade (incêndio, etc.); crimes contra o património (furto, etc.); crimes rodoviários (condução sem carta, etc.); contraordenações (assédio sexual, etc.) e outros crimes e formas de violência (APAV, 2019).

Assim, no que concerne à prevenção da criminalidade em ambiente escolar, tanto a GNR como a PSP, desenvolvem “programas de segurança comunitária e planos de policiamento de proximidade destinados a proteger vítimas especialmente vulneráveis e a controlar determinadas fontes de perigo” (Eiras & Fortes, 2010, p. 583).

Apesar das forças de segurança realizarem atividades no domínio da segurança interna, estas não apresentam um papel isolado. Todo o cidadão apresenta também responsabilidade de reforçar o papel que a GNR e a PSP desenvolvem, nomeadamente ao nível da Lei de Segurança Interna: “Os cidadãos têm o dever de colaborar na prossecução dos fins de segurança interna”¹.

Assim, a prevenção da criminalidade em contexto escolar é definida pela sua heterogeneidade, uma vez que Programas de Prevenção, tal como o PES, focam-se em grande medida nas causas da criminalidade - quer sociais, quer situacionais - e não apenas nas suas consequências (Elias, 2011).

1.3. Jovens, Desvios e Delitos

A criminalidade em ambiente escolar não é um fenómeno recente, mas mantém toda a atualidade. A constante abordagem da temática nos meios de comunicação social, a grande discussão e reflexão que se dedica em torno da problemática e as vastas investigações nesta área evidenciam sinais de preocupação por parte da sociedade em geral. Além da criminalidade por si só contemplar uma temática de relevo para a sociedade, esta adquire particularidades no ambiente escolar, local privilegiado para a aprendizagem e primordial na cimentação de valores de cada jovem.

Ao abordarmos a criminalidade escolar e estabelecermos um nexo de ligação com o local de ocorrência desta, a escola surge como um local deficitariamente analisado em relação ao comportamento criminal. Tal invisibilidade não deveria suceder, uma vez que a escola se apresenta como um dos maiores agentes socializadores para os jovens (Mendes, 2010).

A possibilidade de atos criminais ocorrerem de forma sistemática tem naturalmente efeitos sobre a vítima, como sentimentos de medo e intimidação, que podem transformar a

¹Cfr. artigo (art.º) 5.º n.º 1 da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto - Lei de Segurança Interna (LSI)

vida escolar num pesadelo, podendo, em caso extremo, levar à recusa em frequentar o estabelecimento de ensino, comprometendo assim o sucesso escolar e a própria autoestima do aluno (Ramírez, 2001).

Estas consequências são colossais, já que “os jovens têm mais tendência a desenvolver doenças mentais, dores de cabeça, indisposições, angústia emocional e depressões” e, dada esta vulnerabilidade, consideram-se vítimas mais “propensas ao consumo de álcool ou drogas” (Guerreiro *et al.*, 2015, p. 17).

Deste modo, importa explicar e perceber toda a envolvimento conceptual ao nível das problemáticas criminais em meio escolar e fazer a distinção entre comportamento desviante e delinquência juvenil.

Segundo Goode (2001, p. 50), o comportamento desviante é definido como “um comportamento, quadro de valores ou características consideradas pela sociedade como ofensivas e repreensíveis (...) podendo mesmo chegar a ser condenado legalmente”.

Assim, a delinquência juvenil surge “como uma subcategoria do comportamento desviante, reportando-a a atos levados a cabo por crianças e jovens que quebram ou violam as regras sociais instituídas em quadros jurídicos” (Binder, Arnold, Gilbert & Dickson, 2001, pp. 71 e 72). Comumente, este conceito é associado isoladamente às infrações e às normas estabelecidas, contudo, “mais do que estigmatizar importa, muitas vezes, assumi-la como estratégia de socialização em que o jovem é muitas vezes vítima da constelação familiar, do sistema escolar, da situação sociocultural e dum universo subtilmente repressivo” (Laranjeira, 2007, p. 223).

Para a compreensão destas terminologias, torna-se essencial perceber a envolvimento de circunstâncias que as caracterizam, tal como considerar que este fenómeno não se restringe apenas ao estabelecimento físico enquanto escola, mas poderá suceder-se no trajeto ou em espaços circundantes à escola. Certos autores declaram mesmo que, poderá ocorrer entre pares, funcionários, encarregados de educação, assim como entre elementos da comunidade escolar (Stelko-Pereira & Williams, 2010, p. 49).

Destarte importa averiguar os atores diretamente envolvidos na criminalidade em ambiente escolar, isto é, o criminoso e a vítima.

Vários autores, como John Douglas, Robert Ressler e Mark Olshaker (2019), assinalam que, aquando de um crime, o criminoso apresenta incessantemente fatores e motivações vinculadas à vítima. No que tange aos fatores, estes podem ser a acessibilidade para com a vítima, o potencial de sucesso tendo em conta a vulnerabilidade desta e a cupidez

em cometer o crime; no que tange à motivação do criminoso, este tendencialmente apresenta impulso emocional, financeiro ou de origem fantasiosa (Douglas & Olshaker, 2019).

Segundo Pereira (2002), além dos fatores e das motivações do criminoso, é verificável a dificuldade no controlo de impulsos, défices nas aptidões sociais e existência de crenças irracionais, sendo exemplo destas o comportamento prepotente que o indivíduo ao longo do seu crescimento desenvolve em interação com o ambiente e que se cristaliza no decorrer do tempo (Caravita, 2004).

Rodrigues (1997, p. 551) constata que “crescer é para a criança uma tarefa difícil e por vezes infeliz”, uma vez que para alguns jovens, através das particularidades e dos contornos em que crescem e dados os cenários sociais que vivenciam, são muitas vezes expostos a dificuldades que não conseguem superar isoladamente, com a agravante de não disporem de referências sociais com capacidade para ajudar, potenciando assim o jovem a contextos de risco, aumentando assim a probabilidade do recurso à criminalidade como forma de amparo ou aumentando a possibilidade de se tornar uma vítima vulnerável (Gomes, 2010).

Audet, J & Katz (2006), simplificam o conceito de vítima, considerando-a como todo o ser alvo de um dano, e cujos fatores se apresentam de origens diversas.

Na nossa legislação, a conceptualização de vítima consta no art.º 67.º-A, n.º 1, al. a) do Código de Processo Penal (CPP)², considerando-se esta como “pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou um dano patrimonial, diretamente causado por ação ou omissão, no âmbito da prática de um crime”.

Quando se trata de crianças e jovens neste contexto, devemos atender ao conceito de vítima especialmente vulnerável, ou seja a “vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua idade, do seu estado de saúde ou de deficiência, bem como do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves”³.

Neste ensejo, a Organização da Nações Unidas (ONU), refere que a prática de qualquer crime, além do criminoso e da vítima, envolve três fatores: um ambiente favorável, um criminoso motivado e um alvo adequado (ONU, 2011, p. 34). Isto é, o potencial criminoso depara-se com um cenário conveniente (ambiente favorável), onde o risco inerente é ultrapassado pelas vantagens (alvo adequado), ainda que este não tenha sido

²DL n.º 78/87, de 17 de fevereiro, aditado pela Lei n.º 102/2019, de 6 de setembro

³Cfr. art.º 67.º-A, n.º 1, alínea (al.). b) do DL n.º 78/87, de 17 de fevereiro (CPP)

previamente planejado, mas dada a fragilidade da vítima, o ilícito torna-se desejável (criminoso motivado), levando o indivíduo à consumação do crime (Calixto, 2015, p. 2).

Avaliando as consequências que este fenômeno apresenta na vivência e na rotina dos jovens, torna-se inadiável empreender estratégias de intervenção para a prevenção e restrição de condutas criminais nos alunos, elaborando orientações no caminho da intervenção psicopedagógica e padrões de ingerência a nível escolar e familiar. Assim sendo, torna-se possível obter efeitos mais favoráveis caso exista uma intervenção prévia ao nível da prevenção junto de docentes, funcionários, encarregados de educação e elementos que asseguram a segurança escolar, uma vez que todos estes elementos exercem um papel individual imprescindível (Mendes, 2010).

CAPÍTULO 2.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

2.1. Responsabilidade Penal

Para uma abordagem ao enquadramento jurídico, torna-se crucial e imprescindível definir a noção de crime considerando os diplomas legais em vigor.

No ordenamento jurídico português, de acordo com o CPP⁴, crime é definido como “o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais”⁵.

Na perspetiva de Dias e Andrade (1997), crime representa-se por uma “conduta lesiva de valores comunitários e capaz, por isso, de despertar reações sociais emotivas” (Dias & Andrade, 1997, p. 87), contudo, na sua conceptualização mais simplificada, crime apresenta-se como uma ação adversa ao que está imposto por lei, e influída por fatores sociopolíticos, geográficos e temporais (Cockbain & Laycock, 2017).

De ressaltar que todas as ações concernentes ao crime carecem de uma consideração ímpar, uma vez que a penalização é “vista como um fim em si e não como um meio para o alcance da segurança pública” (Duarte, Deggeroni & Negrelli, 2011, p. 297).

Posto isto, a responsabilidade penal envolve critérios para responsabilizar o indivíduo pela prática de um facto que seja qualificado como crime, uma vez que “só quem tem determinada idade e não sofre de graves perturbações psíquicas possui aquele mínimo de capacidade de autodeterminação que o ordenamento jurídico requer para a responsabilidade jurídico-penal” (Carvalho, 2016).

A imputabilidade jurídico-penal “constitui o primeiro elemento sobre o qual repousa o juízo de culpa” (Carvalho, 2016), pelo que o Código Penal (CP) determina a imputabilidade em função da idade, determinando que “os menores de 16 anos são inimputáveis”⁶.

Ao acentuar o facto de responsabilizar uma criança pela prática de um crime, urge convocar as considerações expendidas por Anabela Rodrigues (1997, pp. 374 e 375) ao acentuar o facto da “inimputabilidade não significar, de modo algum, irresponsabilidade, considerando decisivo, não tanto o momento em que se fixa a idade da imputabilidade, mas

⁴DL n.º 78/87, de 17 de fevereiro, aditado pela Lei n.º 102/2019, de 6 de setembro

⁵Cfr. art.º 1.º al. a) do DL n.º 78/87, de 17 de fevereiro

⁶Cfr. art.º 19.º do DL n.º 48/95, de 15 de março (Código Penal - CP)

as medidas que se vão adotar e o tratamento que se vai dispensar aos menores inimputáveis infratores”.

No que respeita às infrações cometidas por jovem até aos 16 anos, importa esclarecer que este em nenhum momento se sujeitará à execução de uma pena de prisão, prezando-se sempre a reincidência e não o carácter estigmatizante (Carvalho, 2012). Moura (2002) esclarece que esta determinação decorreu no sentido de “atender à gradação da formação da personalidade do menor, recorrendo a medidas não penais, mas mesmo assim responsabilizantes (...) porque inimputabilidade penal não equivale pura e simplesmente a irresponsabilidade” (Moura, 2002, p. 102).

Por sua vez, ao jovem com idade a partir dos 16 anos, tal como o legislador perfilhou no artigo 19º do CP, caso cometa um facto qualificado como crime, parte-se do princípio de que este já pratica factos ilícitos-típicos que cabem dentro da alçada do CP. Contudo, caso o jovem apresente idade compreendida entre os 16 e 21 anos “são aplicáveis normas fixadas em legislação especial”⁷, fruindo nomeadamente do Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro, não se tratando este de aplicabilidade obrigatória.

Os mecanismos de intervenção face aos ilícitos envolvendo jovens têm sido alvo de alterações jurídicas significativas, que aqui importa ressaltar.

A Lei de Proteção à Infância, criada em maio de 1911, implementou o “primeiro regime jurídico em matéria de infância e juventude” (Martins, 2007, p. 151), baseando-se em parâmetros como “o direito preventivo, o direito tutelar personalizado, supressão da presunção ilidível, a elevação da idade de inimputabilidade penal e a consciência” (Lucas, 2001, p. 28) no sentido de prevenir e tutelar, oferecendo assim assistência, proteção e educação (Clemente, 2009).

Em 1978, é publicada a Organização Tutelar de Menores⁸, com intuito de “educar e corrigir o menor sem qualquer índole punitiva”, versando comportamentos desviantes e delinquência juvenil indiferenciadamente (Piedade, 2001, p. 6).

À data de 17 de maio de 1991, é aprovado o Decreto-Lei 189/91, que cria as Comissões de Proteção de Menores⁹ onde as “crianças vítimas e crianças agentes da prática de crimes violentos” eram institucionalizados em situações idênticas, pelo que o modelo foi revogado pela Lei n.º 147/99 de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em

⁷ Cfr. art.º 9.º do DL n.º 48/95, de 15 de março (Código Penal - CP)

⁸DL n.º 314/78, de 27 de outubro, aditado pela Lei n.º 141/2015, de 8 de setembro

⁹Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de maio

Perigo), com o qual as Comissões foram reestruturadas e passaram a designar-se Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) (Copeto, 2011b, p. 9).

Posto isto, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) a par da Lei Tutelar Educativa (LTE), vigoram no atual sistema jurídico, cuja aplicação ocorre “em dois grupos principais: as medidas de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo (...) e as medidas tutelares educativas previstas na lei tutelar educativa” (Delgado, 2006, p. 140), que serão analisadas de seguida.

2.2. Lei Tutelar Educativa

Conforme abordado anteriormente, perante um ilícito criminal cometido por “menor com idade compreendida entre 12 e 16 anos”¹⁰, haverá lugar a aplicação de medidas tutelares educativas que se encontram tipificadas na Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, designada LTE. A aplicabilidade desta lei “pode prolongar-se até o jovem completar 21 anos, momento em que cessa obrigatoriamente”¹¹.

No mesmo diploma legal, no seu artigo 3.º, são explanadas medidas tutelares como: a admoestação; a privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores; a reparação ao ofendido; a realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade; a imposição de regras de conduta; a imposição de obrigações; a frequência de programas formativos; o acompanhamento educativo e em determinadas circunstâncias o internamento em centro educativo, medida essa que será aplicada pelo tribunal¹², devendo a mesma ser proporcional ao “facto e à necessidade de educação do menor para o direito manifestada na prática do facto e subsistente no momento da decisão” (artigo 7.º n.º 1 da LTE).

No seguimento da LTE, o artigo 47.º esclarece que a entidade exclusiva para realizar a audição do menor é a autoridade judiciária, que poderá designar um elemento do serviço social ou outra pessoa especialmente adequada a acompanhar o menor em ato processual.

Por sua vez, quando numa fase processual, se denota que o menor em causa sofre de anomalia psíquica que o obsta de percecionar o motivo da intervenção tutelar¹³, o processo é arquivado e o Ministério Público (MP) remete o menor para serviços de saúde mental,

¹⁰Cfr. art.º 1.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro (Lei Tutelar Educativa - LTE)

¹¹Cfr. art.º 5.º da LTE

¹²Cfr. art.º 6.º da LTE

¹³Cfr. art.º 49.º da LTE

sendo notificados do despacho de arquivamento: o ofendido, o menor, os pais e o representante legal/pessoa que tenha a guarda de facto.

De ressaltar que a detenção do menor apenas é efetuada se estiver cumprido um dos pressupostos que o art.º 51.º do diploma legal aclara: como o caso de flagrante delito¹⁴; para assegurar a sua presença em interrogatório; ato processual presidido por autoridade judiciária; para o cumprimento de medida cautelar e para sujeição a perícia psiquiátrica ou de personalidade.

Assim, no que respeita à denúncia de crime praticado por menor, qualquer pessoa a pode concretizar junto de Órgãos de Polícia Criminal (OPC) ou do MP. A denúncia surge com cariz obrigatório para os OPC quando assim detenham conhecimentos dos factos, bem como para funcionários, que os detenham no desempenho das suas funções¹⁵.

Posteriormente à aquisição da notícia pelo MP, este determina a abertura do inquérito, onde contempla um conjunto de diligências a efetuar. Diligências que visam determinar a existência de um crime, assim como a carência de civildade do menor para com o direito, para com os valores fundamentais da comunidade e para com o próximo, com o fim último de aplicar uma medida tutelar adequada¹⁶.

Na perspetiva de Leonor Furtado, é desta forma possível afirmar que a LTE recomenda princípios que norteiam o aparelho judiciário, visto que muitas são as “afinidades com o processo penal, dele importando, essencialmente, as garantias constitucionais em matéria de direitos fundamentais e alguns institutos adaptados aos fins do processo tutelar educativo, como é caso da participação processual do ofendido” (Furtado, 2001, p. 34).

Por fim, a justiça juvenil apenas se torna exequível se os factos se qualificarem como ilícito criminal tipificado na lei penal e não com base em outras condutas que envolvam o menor. Neste sentido, condutas que o menor pratique e não estejam tipificadas na lei penal, devem ser remetidas para a LPCJP como aludida seguidamente.

2.3. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

A LPCJP, Lei n.º 147 de 1 de setembro de 1999, foi concebida para garantir a proteção de crianças e jovens, dado que o perigo e os riscos lhes são muitas vezes impostos, não fruindo estes de capacidades para contornar ou resolver determinadas situações autonomamente.

¹⁴Definição flagrante delito a constar no art.º 52.º da LTE

¹⁵Cfr. art.º 72.º e artigo 73.º da LTE

¹⁶Cfr. art.º 74.º e artigo 75.º da LTE

Na perspectiva de Clemente (2009), a lei supracitada é um passo significativo para uma jurisdição mais moderna e inovadora, ideia corroborada por Borges (2011) expressando que o legislador tomou como referência normas internacionais e aplicou ao regime constitucional português.

Assim, a LPCJP veio legitimar uma intervenção por parte de diversas entidades, cujo objetivo é “a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”, criando desta forma “condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral”, de forma a existir uma “recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso”, conforme consta nos art.º 1.º e 34.º da lei supramencionada.

Esta esclarece ainda o seu âmbito de aplicação, nomeadamente “crianças e jovens em perigo”¹⁷, definindo posteriormente, o termo criança ou jovem como “a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos”¹⁸.

Com efeito, a lei determina que a intervenção no sentido de proteger a criança ou jovem ocorre quando “os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento”¹⁹, ou em determinadas circunstâncias, quando as ações resultem da omissão por parte de terceiros.

No que respeita à intervenção propriamente dita, esta deve “ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas CPCJ e, em última instância, pelos tribunais”²⁰, ou seja, é estruturada em três patamares, nomeadamente, “um primeiro patamar onde a intervenção é consensual, um segundo onde a intervenção é consentida, e um terceiro onde a intervenção é impositiva” (Copeto, 2011 b, p. 11).

Esta estruturação deve-se a um término eficiente do perigo da criança ou jovem, uma vez que a intervenção só tem lugar aquando da entidade disposta no patamar inferior ter esgotado a sua total competência (P. Guerra, 2016).

No que concerne ao tribunal, situado no último patamar e derivado do seu caráter judiciário, não necessita de qualquer consentimento dos pais ou das crianças para a sua

¹⁷Cfr. art.º 2.º da LPCJP

¹⁸Cfr. art.º 5.º al. a) da LPCJP

¹⁹Cfr. art.º 3.º da LPCJP

²⁰Cfr. art.º 4.º al. k) da LPCJP

intervenção (P. Guerra, 2016). Copeto (2011 b, p. 33), acrescenta ainda que “o tribunal é competente, em substituição das CPCJ, quando não está instalada a CPCJ com competência no município ou na respetiva área de residência”.

Destarte, a intervenção dispõe de um conjunto de medidas²¹ passíveis de serem aplicadas ao nível da promoção e proteção, diligenciando que a criança ou jovem seja reintegrado de uma forma natural na comunidade e não lhe seja aplicada qualquer medida que implique rutura com a sociedade em geral.

Neste quadro, as entidades policiais também desempenham um papel fulcral uma vez que “têm o dever de colaborar com as comissões de proteção no exercício das suas atribuições”²², comunicar “às comissões de proteção as situações de crianças e jovens em perigo de que tenham conhecimento”²³, receber comunicações de quem “tenha conhecimento das situações previstas no art.º 3.º”²⁴, elaborar participação dos crimes cometidos contra crianças e jovens, intervir “quando exista perigo atual ou iminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou do jovem”²⁵, e enquanto não existir intervenção do tribunal, retirar “a criança ou o jovem do perigo em que se encontra”²⁶ e por fim auxiliar o tribunal em “averiguações sumárias e indispensáveis”²⁷ assim como eventuais diligências que sejam necessárias.

Em suma, muitas crianças ou jovens, fruto de processos de exclusão social, ou de acontecimentos menos positivos e muitos deles gravosos, podem despoletar uma situação de risco ou de perigo, pelo que “qualquer contributo mesmo que pequeno e humilde, só pode fazer com que se faça luz numa temática, que a nós nos parece da máxima importância e que no contexto da LPCJP é aquela que mais dificuldades apresenta na sua operacionalização” (Copeto, 2011b, p. 104).

²¹Cfr. art.º 35.º da LPCJP

²²Cfr. art.º 13.º, n.º 1 da LPCJP

²³Cfr. art.º 64.º, n.º 1 da LPCJP

²⁴Cfr. art.º 66.º, n.º 1 da LPCJP

²⁵Cfr. art.º 91.º, n.º 1 da LPCJP

²⁶Idem, n.º 3 da LPCJP

²⁷Cfr. art.º 92.º, n.º 2 da LPCJP

CAPÍTULO 3.

AS FORÇAS DE SEGURANÇA E AS ESCOLAS

3.1. Policiamento Comunitário

Com o desenvolvimento da sociedade e a par do aumento populacional, as relações interpessoais têm vindo a transformar-se e a caminhar no sentido de uma reconfiguração da confiança dentro da própria comunidade, como desta para com as forças de segurança. Deste modo, tornou-se primordial aplicar medidas que reforcem substancialmente a confiança, uma vez que “as políticas de proximidade, e não só ao nível policial, são especialmente importantes para reforçar relações perdidas dentro das comunidades, ajudando a desenvolver laços de conhecimento e confiança entre as pessoas” (Leitão, 1999, p. 6).

Na origem do Policiamento Comunitário, encontramos assim o emergir de um novo tipo de policiamento orientado para o renovar da imagem das forças de segurança, o aumento do sentimento de segurança, uma melhor atuação policial, o alcance de novas etapas estratégicas e a identificação de causas e problemas que só caminhando a par com a comunidade é possível perceber (Almeida & Clemente, 2013).

Em Portugal, de acordo com Moleirinho (2009), a origem da conceptualização de proximidade e modernização em contexto policial, surge em meados dos anos 90, sendo ilustrativo o discurso do então Ministro da Administração Interna, Alberto Costa, ao referir que “as ideias de proximidade, de comunicação e de relacionamento mais estreito entre a polícia e os cidadãos, não pode ser mero efeito retórico. À luz da experiência contemporânea, tem de ser uma concreta orientação de reforma” (Costa, 1996, p. 21). Foi-se desenvolvendo a consciência de que “as velhas respostas não servem aos novos problemas, às novas vítimas, às novas limitações e sobretudo ao cidadão mais informado e exigente” (Leitão, 2001, p. 8).

Destarte, torna-se essencial clarificar o modelo de Policiamento Comunitário, que Oliveira (2006, p. 115) define como “uma forma de gestão da segurança, implementado próximo da população, de maneira a responder, através de uma ação policial, prioritariamente preventiva, às suas necessidades cuidadosamente identificadas e tomadas em consideração”.

Na mesma linha podemos concordar com Barradas (2011, p. 21), que se refere ao modelo de Policiamento Comunitário como “uma estratégia que utiliza a antecipação como ‘arma’ para a manutenção da paz social, uma vez que o conceito de proximidade pode representar uma espécie de rutura ou corte com o sistema reativo tradicional de

policiamento”, representando assim uma filosofia inovadora, com vista a reforçar a colaboração recíproca entre a comunidade e as forças de segurança.

Este policiamento não é irreprovável, pelo que não finda todos os problemas que emergem na sociedade, no entanto, face ao papel interativo e ao envolvimento efetivo assente numa “informação interpessoal” (Durão, 2008, p. 142), apresenta-se como mais um método, para além de outros, na resolução de problemas e possíveis danos colaterais.

No que concerne aos objetivos do presente modelo, na esteira de Clemente (2000, p. 37), pode dizer-se que tem como fim último “prevenir os comportamentos incivilizados que, sem terem necessariamente uma moldura penal, contribuem em grande medida, para a instauração ou manutenção de um clima de inquietação no seio da população local”, pelo que, muitas vezes, para concretizar os objetivos, é necessário estabelecer parcerias com outras instituições para que o cidadão colabore na sua própria segurança (Copeto, 2011b).

Assim, a proximidade junto da comunidade permite criar uma maior empatia e posterior confiança, habilitando as forças de segurança a obter informações que de outra forma seriam impensáveis. No entanto, mais do que uma resposta às problemáticas, anseia-se por identificá-las antecipadamente, reconhecer as origens que potenciam o sentimento de insegurança e combater as novas configurações da criminalidade que emergem no seio da sociedade (A. Dias, 2008), porque “a eficácia não é avaliada pela quantidade de autuações nem pelo número de prisões efetuadas, mas sim pela “ordem” ou “paz social” que se consegue proporcionar” (Alves, 2008, p. 179).

Só deste modo, através de um modelo que integre forças de segurança mais modernas, ativas e qualificadas, se poderá intervir junto “da população em geral, obviando eventuais focos de conflitualidade e hostilidade mútua, ao mesmo tempo que gera uma maior propensão para elevar os índices de colaboração por parte dos seus múltiplos parceiros institucionais e indiferenciados” (DNPSP, 2012, p. 5).

No presente âmbito, as forças de segurança como a GNR e a PSP, fortalecem e realizam formas inovadoras de organização policial e novas metodologias de proximidade e visibilidade para com o cidadão, tais como os Programas Especiais (PE) vocacionados para problemáticas específicas e aplicados a determinados grupos sociais que, pelas suas particularidades, são mais vulneráveis (Ferreira M., 2015).

3.2. Programas Especiais

Conforme abordado, a GNR e a PSP operacionalizam o modelo de Policiamento Comunitário através de PE, consagrando recursos humanos e materiais, de forma a se envolver na sociedade em geral e a responder cabalmente às necessidades da comunidade em particular. Isto é possível através de um reforço no patrulhamento, utilização de tecnologias de informação, e métodos simplificados de reforçar a relação com o cidadão e com entidades locais (Ferreira, 2015).

Rogério Copeto alude ainda que os PE se encontram focalizados para colmatar problemáticas concretas e de estratos sociais vulneráveis, pelo que as forças de segurança devem fomentar e implementar formas de organização inovadoras e adaptadas à conjuntura atual (Copeto, 2011a).

Atualmente, na GNR é possível fazer a destrição de PE desenvolvidos pelo Ministério da Administração Interna (MAI), programas desenvolvidos em parceria com outras entidades e programas elaborados pela GNR.

Os programas desenvolvidos pelo MAI são: o PES; Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança; Programa Comércio Seguro; Verão Seguro – Chave Direta; Transporte Seguro de Tabaco; Sistema Táxi Seguro; Abastecimento Seguro; Programa Farmácia Segura e o Programa Campo Seguro²⁸.

Nos programas desenvolvidos em parceria com outras entidades incluem-se os seguintes: Programa Internet Mais Segura; Segurança em Meio Rural; Projeto SOS Azulejo; Projeto Igreja Segura – Igreja Aberta; Programa Rumo Seguro; Projeto AAL4ALL e a Linha Saúde 24²⁹.

Por fim, os programas elaborados pela GNR são: o Programa Residência Segura; Programa Turismo Seguro; Projeto Investigação e Apoio a Vítimas Específicas; Programa de Apoio ao Turista (*Tourist Support Patrol*); Interlocutor Local de Segurança; Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência e a Operação Azeitona Segura³⁰.

No que concerne à PSP, através do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP), passou a desenvolver vários programas de origem ministerial tais como: Apoio 65 – Idosos em Segurança; Comércio Seguro; Escola Segura e Violência Doméstica³¹.

²⁸Cfr. portal institucional da GNR (https://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx)

²⁹Idem

³⁰Cfr. portal institucional da GNR (https://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx)

³¹Cfr. portal institucional da PSP (<https://www.psp.pt/Pages/atividades/MIPP.aspx>)

Complementarmente, a PSP desenvolve também outros programas e projetos entre os quais se destacam: o Significativo Azul; os Contratos Locais de Segurança; os Concertos de Palmo e meio; o Destino Seguro ligado à área do turismo; o Estou Aqui (Crianças) e Estou Aqui (Adultos); o Eu Cuido – Um Mundo Melhor Para os Animais; a Universidade Segura; e o programa Juntos Por todos³².

3.3. Programa Escola Segura

A existência de condições favoráveis em ambiente escolar e um clima de bem-estar e segurança é imprescindível para o sucesso de toda a comunidade educativa, pelo que para atingir esse objetivo, é necessária uma estrita coordenação e execução de tarefas atinentes à prevenção da criminalidade. Destarte, para a promoção da qualidade do serviço público que visa fomentar comportamentos de segurança, torna-se necessária a intervenção das forças de segurança e das escolas³³.

No sentido de minorar e vedar a evolução da criminalidade em ambiente escolar, e tomando como assertivo que os modelos tradicionais não estavam a ter sucesso face à conjuntura existente, o poder político tomou medidas preventivas de modo a colmatar essa problemática (Marçal, 2001).

Neste contexto, como referido anteriormente, o PES iniciou-se em 1992, através de uma iniciativa conjunta, celebrada entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Educação, visando a segurança em ambiente escolar³⁴, sendo esta operacionalizada pela GNR e pela PSP.

Assim, e na perspetiva de Soares (2002, p. 290), o PES tornou-se o “grande impulsionador de tudo o que se seguiu em termos de prevenção da criminalidade juvenil e da promoção de um melhor ambiente escolar.”

No que concerne ao âmbito de aplicação do PES, bem como aos seus objetivos prioritários³⁵, princípios estratégicos³⁶, parceiros institucionais³⁷ e estrutura organizacional³⁸, estes encontram-se tipificados no Despacho n.º 25650/2006, de 19 de dezembro, tendo sido posteriormente reavaliado e republicado em Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro.

³²Cfr. portal institucional da PSP (<https://www.psp.pt/Pages/atividades/MIPP.aspx>)

³³Cfr. Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro

³⁴Cfr. Relatório Anual de Segurança Interna 2018, pág. 134

³⁵Cfr. art.º 3.º do Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro

³⁶Cfr. art.º 4.º do Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro

³⁷Cfr. art.º 5.º do Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro

³⁸Cfr. art.º 6.º do Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro

Deste modo, perante o despacho supra, o PES tem “âmbito nacional e inclui todos os estabelecimentos de educação e ensino públicos, privados e cooperativos, com exceção dos estabelecimentos do ensino superior”³⁹. Trata-se de um método de operar “pró-ativo, centrado nas escolas, que visa garantir a segurança, prevenindo e reduzindo a violência, comportamentos de risco e incivildades, bem como melhorar o sentimento de segurança no meio escolar e envolvente”⁴⁰ visando sempre o público-alvo que se pretende proteger.

Assim, o PES apresenta-se com relações consolidadas entre os dois ministérios que agrega, e fruto dessa articulação, é “encarado pela sociedade e pelos responsáveis policiais como sendo uma iniciativa bastante positiva e de enorme relevo, visto que, procura defender um grupo considerado de risco, como são as crianças e os jovens adolescentes” (David, 2014, p. 41).

3.3.1. Na GNR

A GNR⁴¹ apresenta-se como um dos três atores que desenvolve o PES, e dada a sua elevada dispersão territorial, esta força de segurança assume uma responsabilidade imensa.

Neste sentido, a NEP/GNR – 3.58 de 06 de abril de 2011, revogada pela NEP/GNR – 3.58 de 28 de dezembro de 2017, regula o funcionamento da estrutura que desenvolve a Prevenção Criminal e o Policiamento Comunitário da GNR. Ao nível do Comando Operacional, a Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário encontra-se integrada na Divisão de Emprego Operacional da Direção de Operações do Comando Operacional. Ao nível do Comando Territorial (CTer), nas Secções de Operações de Treino e Relações Públicas existe uma Subsecção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário. Ao nível do Destacamento Territorial (DTER), está integrada a Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC), estando esta na dependência do Comandante do DTER (GNR, 2017).

A organização das SPC supõe um conjunto de diretrizes, como estarem “organizadas tendo em conta as características da Zona de Ação (ZA) do Destacamento Territorial”⁴², incorporar “militares de ambos os sexos”⁴³ e preferencialmente militares com curso de

³⁹Cfr. art.º 2.º n.º 2 do Despacho nº 8927/2017, de 10 de outubro

⁴⁰Cfr. art.º 2.º n.º 1 do Despacho nº 25650/2006, de 19 de dezembro

⁴¹A Guarda Nacional Republicana “designada por Guarda, é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa” - art.º 1.º n.º 1 da Lei nº 63/2007, de 06 de novembro (Lei Orgânica da GNR)

⁴²NEP/GNR – 3.58 de 28 de dezembro de 2017, ponto 3 – a. nº3, al. d)

⁴³Idem, al. f)

especialização, isto é, com aproveitamento no “Curso de Especialização em Prevenção Criminal, Policiamento Comunitário e Direitos Humanos” (GNR, 2017, p. 11).

Uma das várias competências da SPC é “desenvolver um patrulhamento preventivo e ser um elo de ligação privilegiado a toda a Comunidade local (...) tendo por base um modelo de atuação pró-ativo, que visa, acima de tudo, potenciar o sentimento de segurança”⁴⁴, pelo que não devem ser “desviados para a prossecução de serviços que não os orientados na ações (...) na sua vertente preventiva e pró-ativa”⁴⁵, apoiando não só as vítimas especialmente vulneráveis, como também promover a realização de “diagnósticos locais junto das forças vivas da população” (GNR, 2017, p. 6).

Em suma, o conjunto de ações elaboradas pelas SPC visa aproximar a GNR da comunidade escolar, promover uma imagem institucional de qualidade numa sociedade cada vez mais exigente e garantir uma relação de confiança para “que as eventuais vítimas se sintam confortáveis em comunicar situações de que são alvo, bem como aqueles que não o sendo diretamente, possam identificar e alertar para as situações de que têm conhecimento” (Copeto, 2018).

3.3.2. Na PSP

A PSP⁴⁶ apresentando-se como ator do PES, adequou o seu modo de atuação e reestruturou as condições para a execução do programa aprovado ministerialmente.

Neste sentido, a 15 de maio de 2006, surge a publicação da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (DNPSPP), onde é aprovado o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), mais tarde designado MIPP⁴⁷, visando congregar determinações, operacionalizar objetivos e finalidades do policiamento, sistematizar formações específicas, exarar mecanismos de articulação entre as valências e apresentar linhas orientadoras estratégicas ao nível da coordenação, supervisão e avaliação (Cezário, 2009).

Organicamente, a PSP é dividida em CTer de Polícia que são unidades que se encontram na dependência do Diretor Nacional e prosseguem as atribuições da PSP na

⁴⁴NEP/GNR – 3.58 de 28 de dezembro de 2017, ponto 4 – d. al. 1)

⁴⁵NEP/GNR – 3.58 de 28 de dezembro de 2017, ponto 5 – d.

⁴⁶A Polícia de Segurança de Segurança Pública “designada por PSP, é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa” - art.º 1.º n.º 1 da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto (Lei Orgânica da PSP)

⁴⁷Através da Ordem de Operações n.º 4822 de 12 de julho de 2010, da DNPSPP

respetiva área de responsabilidade⁴⁸ incluindo o comando, serviços e subunidades⁴⁹. A Divisão Policial é a subunidade do respetivo CTer de Polícia e estas dispõem de subunidades operacionais designadas esquadras. É nestas últimas, nomeadamente nas esquadras de Competência Territorial e esquadras Destacadas, que estão integrados os elementos que operacionalizam o MIPP.

Através da Diretiva suprarreferida, com o intuito de fomentar na comunidade educativa uma cultura de segurança, foram concebidas equipas especializadas para intervir em grupos mais vulneráveis, sendo estas designadas Equipas do Programa Escola Segura (EPES) e Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima⁵⁰.

As EPES são “responsáveis pela segurança e vigilância nas áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil, deteção de problemas que possam intervir na segurança dos cidadãos e pela deteção de cifras negras no seio das comunidades escolares”⁵¹, realizando um “trabalho que à partida não deveria ser aleatório (...) mas sim dirigido para determinados fins, com a ajuda dos cidadãos” (Durão, 2012, p. 117).

Deste modo, e à semelhança da GNR, no intuito de providenciar respostas às necessidades do público-alvo, os agentes que compõe estas equipas auferem de formação específica para a execução das missões que lhes estão atribuídas. No que respeita à formação, como refere Elias (2018), trata-se de um fator progressista e inovador, face aos desígnios tradicionais, pois o reforçar de competências potencia a proximidade com o público-alvo.

Posto isto, e face ao entendimento de Oliveira (2006, p. 300), o “Programa «Escola Segura» é, hoje em dia, uma iniciativa de sucesso que se encontra institucionalizada junto das forças de segurança e da sociedade civil”, onde a PSP investe na descoberta de novos fundamentos de criminalidade e insegurança, incidindo na estreita relação de proximidade com a sociedade em geral e com o cidadão em particular.

⁴⁸Cfr. art.º 34.º n.º 1 da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto

⁴⁹Cfr. art.º 35.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto

⁵⁰Cfr. portal institucional da PSP (<https://www.psp.pt/Pages/atividades/MIPP.aspx>)

⁵¹Cfr. ponto 3.d da Diretiva Estratégica nº 10/2006 de 15 de maio da DN/PSP

CAPÍTULO 4.

METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

4.1. Método de Abordagem

De acordo com Santo (2015, p. 13), a concepção de metodologia “corresponde ao estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas válidas e validadas permanentemente, métodos aqueles que devem ser planejados e apropriados aos objetos de análise de cada disciplina, em ordem à revisão permanente e crítica do conhecimento científico”.

Segundo Oliveira (2005, p. 28), a metodologia corresponde a um “processo onde se aplicam diferentes métodos, técnicas e materiais (...) para a coleta de dados no campo”, visto que estas conduzem e cotejam os métodos⁵² que “constituem um conjunto de técnicas que determinam o sentido orientador de uma investigação” (Rosado, 2015, p. 77).

Neste ensejo, o presente estudo adota uma metodologia qualitativa tendo como “objetivo alcançar um entendimento mais profundo e subjetivo do objeto de estudo” (Vilelas, 2009, p. 108), pelas técnicas da entrevista no desígnio de alcançar um entendimento pleno do fenómeno (Santo, 2015) mediante “perspetiva dos atores intervenientes no processo” (Coutinho, 2013, p. 28).

Segundo Fortin (2009b), este tipo de metodologia leva a que o investigador observe, descreva, interprete, e retrate o fenómeno tal como se evidencia, portando como meta descrever ou interpretar, utilizando “dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa” (Hernández *et al.*, 2006, p. 5).

O método de abordagem utilizado na investigação é o método hipotético-dedutivo, uma vez que “inicia pela perceção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual se formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, se testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela hipótese” (Marconi & Lakatos, 2007), isto é, “baseia-se num racional e lógico que parte do geral para o particular” (Sarmiento, 2013, p. 8).

Realizar uma análise da operacionalização do PES a nível nacional seria de difícil consecução, pelo que se tornou indispensável delimitar a investigação a uma área mais

⁵²Marconi e Lakatos, (2003, p. 83) definem métodos como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista”

circunscrita. Deste modo, o distrito de Braga apresenta-se como o distrito mais a norte de Portugal Continental com elevado número de ilícitos em ambiente escolar (RASI, 2019). Assim, procurar-se-á compreender como o PES está a ser desenvolvido, identificar possíveis lacunas existentes e propor eventuais melhorias na componente operacional da GNR.

Neste contexto, o distrito de Braga foi o palco de estudo, uma vez que combina o elevado índice de criminalidade em ambiente escolar, conforme dados do RASI, com a intervenção de duas forças de segurança distintas, nomeadamente GNR e PSP.

Neste sentido, e partindo da premissa que o próprio título apresenta com o estudo de caso, pretendemos “compreender determinados indivíduos, determinado problema ou uma situação particular, em grande profundidade” (Patton, 1990, p. 54), mediante uma “exploração intensiva de uma simples unidade de estudo, de um caso (...) que exija do investigador uma atitude (...) interventiva” (Freixo, 2012, p. 120).

4.2. Modelo de Análise

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2013, p. 139), o modelo de análise é um “conjunto de conceitos e hipóteses logicamente articulados entre si”, onde a etapa basilar “parte sempre de uma questão” (Fortin, 2009a, p. 72).

A questão supra “servirá de primeiro fio condutor” (Quivy e Campenhoudt, 2013, p. 31), e mediante esta, “o investigador procura exprimir o mais exatamente possível o que procura saber” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 32).

Assim sendo, formulamos a seguinte QC:

QC: Que ações se poderão implementar na GNR para melhorar a prevenção da criminalidade em ambiente escolar no distrito de Braga?

Com o propósito de obter uma resposta, apresentam-se as seguintes questões derivadas (QD):

QD1: De que forma é desenvolvido o Programa Escola Segura?

QD2: Quais as ações realizadas pelos elementos do Programa Escola Segura aquando de uma ocorrência em ambiente escolar?

QD3: Existe algum tipo de fator diferenciador que influencia a prevenção e/ou a criminalidade escolar?

QD4: Existe distinção na frequência e no direcionamento das ações de prevenção consoante os índices de criminalidade escolar?

Nesta sequência, formularam-se hipóteses, ou seja, “proposições conjeturais ou suposições que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmiento, 2013, p. 13), no sentido de antecipar possíveis propriedades do objeto estudado.

Posto isto, foram levantadas as seguintes hipóteses (H):

H1: O Programa é desenvolvido diferentemente por todos que o operacionalizam, não se encontrando definida a articulação e o planeamento entre os seus atores.

H2: Aquando de uma ocorrência em ambiente escolar, as ações desenvolvidas pelos elementos do Programa Escola Segura constituem respostas de primeira linha.

H3: A prevenção e/ou a criminalidade escolar são influenciados por diversos fatores nas áreas geográficas no distrito de Braga.

H4: As ações apresentam-se transversais a toda a comunidade escolar, sendo os aspetos materiais e organizacionais mais relevantes do que fatores de natureza criminal.

Por fim, elaboramos uma estrutura da investigação⁵³ de forma a demonstrar os critérios, as técnicas e os procedimentos utilizados, bem como uma matriz de investigação⁵⁴ que estrutura e resume o presente estudo.

4.3. Técnicas de recolha de dados

A recolha de dados apresenta-se como um processo estruturado, com o objetivo de lograr informações essenciais, “para que a informação recolhida no universo informacional seja fiável e os resultados da investigação sejam válidos, os instrumentos e métodos científicos utilizados devem ser apropriados” (Sarmiento, 2013, p. 27).

Deste modo, no que concerne à recolha de dados, foram empregues técnicas de investigação, nomeadamente a análise documental e o inquérito por entrevista.

A análise documental, inicialmente traduzida na revisão da literatura (Capítulos 1 a 3) e posteriormente na análise de dados, corresponde à “pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse”, tendo sido materializada em pesquisas documentais (jurisprudência, lei, relatórios institucionais, etc.) e em pesquisas bibliográficas (obras literárias, artigos, publicações, etc.) com relevância científica (Marconi & Lakatos, 2003, p. 174).

⁵³Ver Apêndice A

⁵⁴ Ver Apêndice B

No que respeita à entrevista, esta corresponde ao “método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos da recolha de informações” (Sousa & Baptista, 2011, p. 79), regendo-se a todo o momento por “critérios de ética e de respeito pelo entrevistado e pela sua cultura” (Sarmiento, 2013, p. 30).

4.3.1. Inquérito por entrevista

Para alguns autores, o inquérito por entrevista é um “instrumento por excelência da investigação” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 196), na medida em que possibilita o acesso a dados com “um grau máximo de autenticidade e profundidade” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 192).

Na presente investigação, os inquéritos por entrevista foram aplicados a atores com reconhecida experiência na temática, tais como Diretores de agrupamento escolar, militares da GNR que integram as SPC e agentes da PSP que integram as EPES.

Numa primeira fase, realizaram-se entrevistas exploratórias e não estruturadas, de forma a ganhar familiaridade com a problemática e a preparar o guião das futuras entrevistas de cariz confirmatório⁵⁵.

Antes de ser aplicado, o guião foi submetido à apreciação por um painel constituído pela Doutora Ana Romão, pelo Doutor Paulo Sampaio (Diretor de Agrupamento de Escolas), pelo Tenente-Coronel da GNR Rogério Copeto e pelo Comissário da PSP Magalhães Pereira.

Optou-se por elaborar entrevistas semiestruturadas⁵⁶ com o intuito de proporcionar autonomia ao entrevistado para manifestar as suas convicções, o seu entendimento e sapiência sobre o tema em estudo (Marconi & Lakatos, 2003), possibilitando ainda ao entrevistador solicitar esclarecimentos quando necessário (Sarmiento, 2013).

Desta forma, havia intenção de todas as entrevistas se realizarem presencialmente, o que não foi inteiramente concretizado pelo facto de ter sido decretado o estado de emergência em Portugal, a 18 de março, em consequência da crise pandémica do COVID-19. Devido ao confinamento, todas as entrevistas agendadas para data posterior a 18 de março tiveram de ser realizadas à distância, através de telefone e de correio eletrónico.

⁵⁵Visa confirmar a informação obtida anteriormente em fontes primárias e secundárias (Sarmiento, 2013)

⁵⁶Nos casos em que “o entrevistado responde às perguntas do guião pela ordem que entender, podendo também falar sobre outros assuntos relacionados com as perguntas” (Sarmiento, 2013, p. 34)

Todas as entrevistas foram acompanhadas de uma carta de apresentação⁵⁷ visando o consentimento informado. Foi elaborado ainda um pedido de autorização⁵⁸ ao Ex.mo Senhor Superintendente-Chefe Manuel Augusto Magina da Silva (Diretor Nacional da PSP), para se efetivarem entrevistas a elementos da PSP que exercem funções no Comando Distrital de Braga, especificamente na área em que esta investigação se centra. Finalmente, a transcrição das entrevistas foi remetida aos entrevistados para validação.

4.4. Amostragem: composição e caracterização

No decurso desta fase, torna-se primordial definir amostra, bem como precisar a sua composição e caracterização. Neste sentido, a amostra é definida como “uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 223), ou seja, um subconjunto de indivíduos integrando a mesma população, que são convidados a colaborar na investigação (Fortin, 2009b).

Tendo em consideração a problemática e o objeto de estudo, os critérios de seleção dos participantes incidiram sobre elementos que “asseguem uma relação íntima destes com a experiência que se quer descrever e analisar” (Rousseau & Saillant, 2009, p. 149) privilegiando a “diversidade máxima dos perfis relativamente ao problema estudado” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 163).

Neste ensejo, a amostragem da presente investigação foi não-probabilística⁵⁹ consubstanciada por seleção racional⁶⁰, privilegiando-se uma amostra com função de especialização e grau de experiência profissional na área conexas ao programa em apreço.

O público-alvo do inquérito por entrevista diz respeito aos atores que integram o PES, designadamente a GNR, a PSP e as Escolas.

Visando-se então a diversidade dos perfis, das experiências e das responsabilidades, foram tidas em conta as funções, competências, contextos institucionais e o conhecimento dos entrevistados, pelo que foram elaborados dois guiões. O Guião A⁶¹ destinou-se às forças de segurança, sendo dirigido a todos os militares da GNR e a todos os agentes da PSP que no distrito de Braga compõem o PES; e o Guião B⁶² foi orientado para os Diretores de

⁵⁷Ver Apêndice C

⁵⁸Ver Anexo A

⁵⁹Nos casos em que “os elementos da população não têm a mesma probabilidade de serem selecionados para integrarem a amostra” (Freixo, 2012, p. 211)

⁶⁰Segundo Freixo (2012, p. 212), “[...] baseia-se na seleção pelo investigador de determinados sujeitos em função de características típicas”

⁶¹Ver Apêndice D

⁶²Ver Apêndice E

agrupamento de escolas do distrito, uma vez que recai nestes a responsabilidade de um conjunto alargado de estabelecimentos escolares.

No que respeita à GNR, num total de 12 elementos que integram o PES, entrevistámos 11 elementos, dado que um elemento que integrava o programa se encontrava ausente por questões de serviço.

Concernente à PSP, num total de 13 elementos que integram o PES, entrevistámos 7 elementos, não sendo possível realizar a totalidade de entrevistas devido à indisponibilidade dos elementos por questões de serviço.

Relativamente aos agrupamentos de escolas, e dada a impossibilidade de entrevistar os 58 agrupamentos que constituem o distrito de Braga, tal como projetado realizamos 20 entrevistas no sentido de obter um conjunto considerável de dados sobre a comunidade educativa.

Desta forma, a composição e caracterização da amostra coaduna um total de 38 entrevistas, devidamente detalhadas em Apêndice F.

4.5. Tratamento e análise de dados

A estratégia metodológica qualitativa incidiu sobre a análise documental e inquéritos por entrevista. No que concerne à análise documental, artigos e publicações científicas, relatórios institucionais, e diplomas legais foram determinantes enquanto “informações prévias sobre o campo de interesse” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 179), apresentando-se essencial para a conceção de um enquadramento teórico.

No que respeita à análise e tratamento de dados obtidos através do inquérito por entrevista, e na indispensabilidade de utilizar uma técnica que conferisse rigor científico (Robson & McCartan, 2016), enveredou-se pela técnica de análise⁶³ de conteúdo proposta por Sarmiento (2013).

A análise de conteúdo consiste numa “técnica sistemática e replicável, que classifica e reduz o número de palavras de texto, em categorias de conteúdo, utilizando uma metodologia científica com regras de codificação” (Sarmiento, 2013, p. 53).

⁶³ Ver Anexo B

Elaboradas as entrevistas na sua totalidade, e na tentativa de alcançar uma “boa análise de conteúdo”, estas foram minuciosamente transcritas e foi realizada a sua leitura reflexiva⁶⁴ (Sarmiento, 2013, p. 52).

Seguidamente, elaborou-se uma codificação⁶⁵ alfanumérica das respostas às entrevistas, de nomenclatura (n.º questão, guião, posição na subcategoria), onde os dados são categorizados e classificados em categorias⁶⁶, subcategorias⁶⁷ e unidades de registo⁶⁸ (UR). Associadas às UR, encontram-se as unidades de contexto⁶⁹ (UC), que são segmentos representativos de texto retirados do discurso do entrevistado, devidamente identificados e realçados (Sarmiento, 2013).

Posteriormente, foram elaboradas as matrizes⁷⁰ das UC e UR assim como matrizes⁷¹ de análise de conteúdo por questão. Nesta última, os dados são organizados de forma qualitativa e quantitativa, contendo ainda unidades de enumeração (UEn), ou seja, “contam o número de vezes que se repete a unidade de registo numa entrevista” (Sarmiento, 2013, p. 54).

4.6. Local e data da pesquisa e recolha de dados

De acordo com a tipologia e o objetivo dos dados, a recolha concretizou-se em diversos locais e em momentos temporais distintos. A pesquisa e recolha de dados utilizados na análise documental ocorreu principalmente na Biblioteca Nacional de Portugal, na Biblioteca da Escola da Guarda em Queluz, na Biblioteca da Academia Militar na Amadora, no Comando de Doutrina e Formação da GNR, no CTer da GNR de Braga e no Comando Distrital da PSP de Braga, no período de novembro de 2019 a março de 2020.

Uma vez que a investigação estava subordinada a um estudo de caso que versa o distrito de Braga, todas as entrevistas foram realizadas mediante a disposição territorial de cada entrevistado. Esta fase de recolha decorreu entre 17 de março e 16 de abril de 2020,

⁶⁴Efetuuou-se para “compreender a substância e o sentido dos discursos, de modo a identificar o sistema de categorias” e para “codificar as respostas, ou seja, evidenciar, classificar, agregar e categorizar as respostas” (Sarmiento, 2013, p. 52)

⁶⁵Ver Apêndice G e Apêndice H

⁶⁶Categorias são “grupos de subcategorias com particularidades comuns” e tem características “gerais e abstratas” (Sarmiento, 2013, p. 53)

⁶⁷Subcategorias são “conjuntos de unidades de registo, agregadas segundo as particularidades comuns” (Sarmiento, 2013, p. 54)

⁶⁸UR são “fragmentos mínimos de conteúdo, que exprimem uma característica ou atributo e fazem parte de uma dada subcategoria” (Sarmiento, 2013, p. 54)

⁶⁹UC são “segmentos do texto que contêm as unidades de registo” (Sarmiento, 2013, p. 54)

⁷⁰Ver Apêndice I e Apêndice J

⁷¹Ver Apêndice K e Apêndice L

constando, em Apêndice F, todas as informações atinentes às entrevistas devidamente discriminadas.

No que respeita ao distrito de Braga, este apresenta uma área total de 2694,8 Km², conforme representado na Figura n.º 1, onde a GNR assume responsabilidade territorial numa área de 2616,9 Km², através de cinco Destacamentos Territoriais: DTer de Braga, DTer de Barcelos, DTer de Guimarães, DTer de Fafe e DTer da Póvoa de Lanhoso na dependência do CTer de Braga. No que concerne à PSP, esta detém responsabilidade sobre uma área de 77,9 Km² através da Esquadra de Barcelos, 2ª Esquadra de Braga, Esquadra de Vila Nova de Famalicão e a Esquadra de Guimarães na dependência do Comando Distrital da PSP de Braga.



Figura n.º 1 – Mapa do distrito de Braga

Fonte: Comando Territorial da GNR de Braga

CAPÍTULO 5.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. Análise e discussão dos inquéritos por entrevista

No presente capítulo, são apresentados, analisados e discutidos todos os dados obtidos através dos inquéritos por entrevista, realizados a atores com reconhecida experiência na temática, nomeadamente a elementos da GNR, PSP (Guião A) e das Escolas (Guião B).

As respostas obtidas através do Guião A e Guião B, encontram-se devidamente codificadas (Apêndice G e H, respetivamente), analisadas (Apêndice I e J, respetivamente) e detalhadamente apresentadas no Apêndice K e Apêndice L, respetivamente.

A análise e discussão foi estruturada mediante as categorias e subcategorias dos dados refletidos nas matrizes de análise de conteúdo, possibilitando retirar ilações e asseverar respostas para as QD e para a QC apresentadas nas “Conclusões e Recomendações”.

5.1.1. Apresentação, análise e discussão da categoria “Desenvolvimento do PES”

A categoria em questão visa compreender como se desenvolve o PES, na perspetiva dos entrevistados da GNR e PSP (Quadro n.º 1) e dos elementos da comunidade escolar (Quadro n.º 2).

Quadro n.º 1 – Matriz da análise da categoria “Desenvolvimento do PES” do Guião A

UR	Entrevistados																		UEn	Total	
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	E16	E17	E18			
Questão n.º 1																					
1.A.1				X	X		X				X	X	X	X	X		X	X	10	10/18	
1.A.2	X																		1	1/18	
1.A.3		X	X			X		X	X	X						X			7	7/18	
Questão n.º 2																					
2.A.1				X		X		X				X							4	4/18	
2.A.2		X			X							X		X		X			5	5/18	
2.A.3		X								X	X	X	X	X				X	7	7/18	
2.A.4	X		X				X		X	X							X		6	6/18	
Questão n.º 3																					
3.A.1							X	X	X				X	X	X	X	X	X	8	8/18	
3.A.2	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X							10	10/18	
Questão n.º 8																					
8.A.1		X	X							X	X			X	X			X	7	8/18	
8.A.2	X			X	X	X	X	X	X			X	X			X	X		11	11/18	

Fonte: Elaboração própria

Respeitante à questão n.º 1 “Como é desenvolvido o Programa Escola Segura?”, dez entrevistados afirmam que o PES é desenvolvido por meio auto e apeado (1.A.1). Apenas E1 afirma que o programa é desenvolvido unicamente por meio apeado (1.A.2), salientando que “a intervenção é feita em três níveis (...) normalmente fazemos só apeado”. Relativamente ao desenvolvimento do PES unicamente por meio auto (1.A.3), sete entrevistados assumem este meio como a única forma de operacionalização do programa, tal como destaca E10, “o policiamento é auto (...) não só nas imediações como no interior dos recintos escolares”.

Desta análise, evidenciam-se diferentes formas de desenvolvimento do PES, tanto ao nível interno da GNR, como relativamente à PSP.

Em relação à questão n.º 2 “Das ações que são desenvolvidas no âmbito do Programa Escola Segura, qual considera ser a mais eficaz?”, as subcategorias apuradas remetem para ações relacionadas com a prevenção de *Bullying* e *ciberbullying* (2.A.2), Internet segura (2.A.1) e Comportamentos aditivos (2.A.3), destacando-se das demais pela concordância verificada entre os entrevistados. Neste alinhamento, no que respeita à internet segura, E8 destaca que na “realidade dos miúdos tudo passa pela internet (...) é tudo através das redes sociais”, evidenciando a necessidade de “um acrescido investimento nestas temáticas” (E8).

Quanto à questão n.º 3 “É elaborado algum planeamento de atividades e de articulação com as escolas?”, as respostas dividem-se, sendo que oito entrevistados afirmam que no início do ano letivo elaboram planeamento de atividades (3.A.1). Porém, os restantes dez afirmam não ser possível realizar planeamento (3.A.2). A justificação da não realização é avançada por E12. Segundo este, “a resposta da escola varia e depende de muitos fatores (...) sendo que metade dos agrupamentos faz planeamento de atividades, e a outra metade vai solicitando em função dos problemas que vão aparecendo na escola”, E11 corrobora sustentando que “temos de nos sujeitar às escolas (...), as escolas têm o planeamento e nós vamo-nos adaptando conforme conseguimos”.

Posto isto, quatro entrevistados referem a necessidade de uniformizar o modo de operacionalização do PES, pelo que sugerem a elaboração de um planeamento conjunto, entre os agrupamentos e as forças de segurança, “porque há total autonomia das escolas e cada agrupamento é que trabalha da forma que acha melhor” (E1).

Relativamente à questão n.º 8 “Existe algum balanço final realizado com as escolas acerca das atividades desenvolvidas?”, uma vez que são as escolas que deliberam o público-alvo e o número de ações de prevenção a realizar nos estabelecimentos de ensino, tornou-se essencial perceber se é realizado algum balanço pelos elementos do PES.

Através da análise das entrevistas, verifica-se que a maioria dos entrevistados (11/18) não realiza qualquer balanço final (8.A.2). Não obstante, E4 defende a importância e a necessidade de tal ser implementado, uma vez que “todas as escolas têm uma reunião que fazem (...) para eles é obrigatório, para nós não (...) mas achava importante começarmos a fazer isso com a escola”.

Quanto aos sete entrevistados que afirmam elaborar balanço final (8.A.1) com os Diretores de agrupamento, estes salientam a pertinência e necessidade deste balanço “porque as escolas não têm conhecimento que aconteceu um crime” (E10) e, como tal, quando há necessidade de intervir para alterar determinados comportamentos, “apresentamos isso com resultados, temos o *background* e a extração do *briefing* da nossa atuação e reagrupamos (...) e apresentamos isso como número” (E10).

A par do balanço final, E3 refere que, por iniciativa própria, acrescenta os resultados obtidos nos inquéritos por questionário, aplicando-os “pré e pós todas as sessões” que realiza. Deste modo, confirma se a mensagem foi transmitida com sucesso para o público-alvo, propondo assim uma medida inovadora a ser implementada a nível nacional.

Quadro n.º 2 – Matriz da análise da categoria “Desenvolvimento do PES” do Guião B

UR	Entrevistados																		UEn	Total		
	E19	E20	E21	E22	E23	E24	E25	E26	E27	E28	E29	E30	E31	E32	E33	E34	E35	E36			E37	E38
Questão n.º 1																						
1.B.1	X		X	X				X				X		X		X		X	X		9	9/20
1.B.2	X					X															2	2/20
1.B.3	X	X	X		X	X	X	X	X	X			X		X	X	X	X		X	15	15/20
1.B.4												X		X							2	2/20
1.B.5																			X		1	1/20
Questão n.º 2																						
2.B.1	X	X				X							X				X				5	5/20
2.B.2	X					X								X				X		X	5	5/20
2.B.3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	20	20/20
Questão n.º 3																						
3.B.1	X	X	X		X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	17	17/20
3.B.2										X	X	X	X		X			X			6	6/20
3.B.3				X																	1	1/20

Fonte: Elaboração própria

Passando à análise das respostas do agrupamento escolar, na questão n.º 1 “Como é desenvolvido o Programa Escola Segura nas escolas?”, a maioria dos entrevistados (15/20) afirma que o programa é desenvolvido em articulação com a Direção das Escolas (1.B.3) em parceria com as Equipas Educar para a Saúde (1.B.1), com coordenadores de estabelecimento (1.B.4) e com o gabinete de apoio ao aluno (1.B.2). No que concerne às respostas cuja articulação ocorre sem haver ligação com a direção das escolas, de acordo

com E29, a articulação recai unicamente com o coordenador de estabelecimento ou com “(...) Técnicos da Escola de Psicologia, Assistente Social e Mediadora Comportamental” (1.B.5), como refere E37.

Face ao exposto, os dados corroboram o que foi obtido nas entrevistas à GNR/PSP, nomeadamente quando E7 refere que “no mesmo agrupamento as escolas praticam diferentes modelos organizativos”, envolvendo elementos com “diferentes âmbitos de responsabilidade” (E12).

Em relação à questão n.º 2 “Qual a perceção que tem relativamente às ações realizadas pela GNR/PSP no âmbito do Programa Escola Segura?”, todos os entrevistados concordam que as ações realizadas pela GNR/PSP são positivas (2.B.3). Todavia alguns entrevistados pormenorizam as respostas, afirmando que as ações são dissuasoras (2.B.1), conforme adianta E35. Além de dissuasoras e positivas, confirmaram também ser pedagógicas (2.B.2) pelos entrevistados E19, E24, E32, E36 e E38.

Referente à questão n.º 3 “É elaborado algum planeamento de atividades e de articulação com a GNR/PSP?”, a maioria dos entrevistados (19/20) sustenta que no seu agrupamento é elaborado planeamento de atividades com a GNR/PSP. Contudo, E22 admite não elaborar planeamento, mencionando “situações em que houve a necessidade de pedir a colaboração da GNR, não havendo diretamente nenhum planeamento anual”. Face ao conjunto de entrevistados que realizam planeamento de atividades, verificam-se dois modos de operar: agrupamentos que realizam essa tarefa no início do ano letivo (3.B.1) e agrupamentos que a realizam no decorrer do ano letivo (3.B.2), conforme explica E32 que refere ser “elaborado, no início do ano letivo, ainda que, por vezes, de forma informal, um planeamento de ações, com continuidade ao longo do ano letivo”.

Como se viu na revisão da literatura, o PES tipifica os seus objetivos prioritários, princípios estratégicos, parceiros institucionais e estrutura organizacional através do Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro. No entanto, em nenhum momento determina como deve ser operacionalizado e posto em prática, gerando uma diversidade de modalidades de ação. Não obstante, importa salientar o caráter positivo (2.B.3) da avaliação, evidenciada pela totalidade de agrupamentos, corroborando a visão de que o programa é “encarado pela sociedade e pelos responsáveis policiais como sendo uma iniciativa bastante positiva e de enorme relevo, visto que, procura defender um grupo considerado de risco, como são as crianças e os jovens adolescentes” (David, 2014, p. 41).

5.1.2. Apresentação, análise e discussão da categoria “Intervenção dos elementos do PES”

Esta categoria visa compreender a intervenção dos elementos do PES aquando de uma ocorrência em contexto escolar, assim como inferir se os meios de comunicação utilizados são profícuos. No que respeita à GNR e PSP, as respostas encontram-se explanadas no Quadro n.º 3, e atinente às Escolas, no Quadro n.º 4.

Quadro n.º 3 – Matriz da análise da categoria “Intervenção dos elementos do PES” do Guião A

UR	Entrevistados																		UEn	Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	E16	E17	E18		
Questão n.º 4																				
4.A.1			X						X		X								3	3/18
4.A.2	X	X	X	X	X			X		X		X		X	X		X	X	12	12/18
4.A.3	X		X		X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X		13	13/18
Questão n.º 5																				
5.A.1													X			X			2	2/18
5.A.2	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X		X	X				13	13/18
5.A.3									X					X		X	X	X	5	5/18
Questão n.º 6																				
6.A.1	X					X	X					X							4	4/18
6.A.2		X	X	X	X			X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	14	14/18

Fonte: Elaboração própria

Analisando a questão n.º 4 “Qual o meio de comunicação mais utilizado para solicitar uma intervenção em ambiente escolar?”, a maioria dos entrevistados (13/18) refere ser o telefone (4.A.3), dada a facilidade de uso, e o correio eletrónico (4.A.2), pela salvaguarda de informação. O contacto presencial (4.A.1) é mais raro, tendo sido mencionado apenas por três de dezoito entrevistados.

Através destes dados, é possível escrutinar a diversidade de meios de comunicação que as forças de segurança disponibilizam para os contactos com o cidadão, e em particular com a comunidade educativa.

A “informação interpessoal” (Durão, 2008, p. 142) praticada assume maior propensão para elevar “os índices de colaboração por parte dos seus múltiplos parceiros institucionais e indiferenciados” (DNPSP, 2012, p. 5).

Quanto à questão n.º 5 “Existe alguma linha direta de atendimento no âmbito do Programa Escola Segura?”, esta surge no sentido de aferir se a comunidade escolar dispõe dos contactos dos elementos ou de alguma linha do PES. Assim, verifica-se que a maioria dos elementos das forças de segurança (13/18) disponibiliza o contacto direto adstrito ao PES (5.A.2), sendo que cinco elementos disponibilizam o contacto pessoal, conforme

minúcia E9, sustentando que “não é elegante não ceder os nossos contactos se os presidentes das direções de escola todos eles cedem os contactos pessoais (...), há essa proximidade”.

Neste ensejo, verifica-se que a proximidade dos elementos do PES varia entre agrupamentos, ocorrendo em determinados agrupamentos a troca do contacto pessoal ou da linha direta do PES (mais proximidade) enquanto outros dispõem meramente do contacto institucional geral da GNR/PSP (menos proximidade).

Com a questão n.º 6 “Quando existe uma ocorrência na escola, são sempre os elementos do Programa Escola Segura a atuar?”, a maioria dos entrevistados (14/18), afirma serem sempre os elementos do PES (6.A.2) “a ocorrer a qualquer solicitação numa escola, desde que os mesmos estejam disponíveis” (E16). Contudo, quatro entrevistados respondem de forma contrária, referindo que “o objetivo é prevenir a criminalidade e centramos o trabalho na prevenção” pelo que evitam participar nas ocorrências de outra natureza.

De facto, conforme se determina na NEP/GNR – 3.58 de 28 de dezembro de 2017 no seu ponto 5, os militares não devem ser “desviados para a prossecução de serviços que não os orientados nas ações (...) na sua vertente preventiva e pró-ativa (...) não devendo por princípio, ser envolvidos em ações repressivas” (GNR, 2017, p. 11) pelo que se evita empregar elementos das SPC em ações de repressão.

Quadro n.º 4 – Matriz da análise da categoria “Intervenção dos elementos do PES” do Guião B

UR	Entrevistados																		UEn	Total		
	E19	E20	E21	E22	E23	E24	E25	E26	E27	E28	E29	E30	E31	E32	E33	E34	E35	E36			E37	E38
Questão n.º 4																						
4.B.1		X		X							X										3	3/20
4.B.2		X	X	X	X		X	X			X	X				X			X	X	11	11/20
4.B.3	X		X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X	16	16/20
Questão n.º 5																						
5.B.1		X							X					X				X			4	4/20
5.B.2	X		X		X	X		X		X	X		X		X					X	10	10/20
5.B.3				X			X					X				X	X		X		6	6/20

Fonte: Elaboração própria

No que concerne à questão n.º 4 “Qual o meio de comunicação mais utilizado para solicitar uma intervenção em ambiente escolar?”, esta corrobora os dados obtidos nas entrevistas às forças de segurança, sendo o telefone (4.B.3) o meio de comunicação mais utilizado, seguindo-se o correio eletrónico (4.B.2). À semelhança do Guião A, os três entrevistados que recorrem ao meio presencial (4.B.1) referem-no de forma complementar, isto é, “nos casos diários, privilegiamos o contacto pessoal e nas ações de planificação, através do e-mail” (E22).

Relativamente à questão n.º 5 “Tem conhecimento da existência de alguma linha direta de atendimento para a GNR/PSP no âmbito do Programa Escola Segura?”, as respostas assemelham-se ao que já se observou para os entrevistados da GNR/PSP, sendo possível perceber a relação de proximidade que se estabelece entre os atores. Neste alinhamento, seis entrevistados dispõem exclusivamente do contacto pessoal dos elementos das forças de segurança (5.B.3), realçando a estreita relação de proximidade. Como individualiza E35, “temos o número de telemóvel do agente principal do referido programa para agilizarmos os contactos”. Relativamente à linha direta de atendimento (5.B.2), metade dos entrevistados afirma ter conhecimento deste contacto, ainda que o recurso a ela possa ser diminuto, quando comparado com o correio eletrónico.

Consequentemente, os quatro agrupamentos que possuem unicamente o contacto geral institucional (5.B.1) apresentam uma relação mais distanciada com as forças de segurança. E20 afirma deter meramente “os contactos tradicionais (...) com a GNR concelhia”, assim como E38, que refere apenas ter “o número de contacto (...) do posto”.

Em suma, a facilidade de contacto referida pelo testemunho destes entrevistados permite às forças de segurança perceber causas e identificar problemas caminhando a par com a comunidade, como referem Almeida e Clemente (2013).

5.1.3. Apresentação, análise e discussão da categoria “Fatores influenciadores da prevenção e da criminalidade”

A presente categoria visa identificar fatores que influenciam a prevenção da criminalidade em ambiente escolar, assim como assinalar elementos que potenciam a ocorrência de ilícitos criminais neste contexto. As percepções dos elementos das forças de segurança, nomeadamente da GNR e PSP, encontram-se explanadas no Quadro n.º 5, e dos Diretores de agrupamento de escolas, no Quadro n.º 6.

Quadro n.º 5 – Matriz da análise da categoria “Fatores influenciadores da prevenção e da criminalidade” do Guião A

UR	Entrevistados																		UEn	Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	E16	E17	E18		
Questão n.º 7																				
7.A.1								X							X				2	2/18
7.A.2		X											X						2	2/18
7.A.3	X																		1	1/18
7.A.4			X																1	1/18
7.A.5			X		X														2	2/18
7.A.6	X	X	X	X		X	X	X		X	X	X		X		X	X		13	13/18
7.A.7	X														X			X	3	3/18

7.A.8									X										1	1/18
Questão n.º 9																				
9.A.1	X	X	X			X	X	X		X					X			X	9	9/18
9.A.2				X	X				X		X	X	X	X		X	X		9	9/18
Questão n.º 12																				
12.A.1	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	17	17/18
12.A.2	X	X	X	X		X	X	X				X					X		9	9/18
12.A.3	X		X	X	X		X					X	X						7	7/18
12.A.4		X	X				X					X							4	4/18
12.A.5			X	X	X		X	X				X		X					7	7/18

Fonte: Elaboração própria

No que respeita à questão n.º 7 “Quais os principais fatores que considera serem potenciadores da prática de crimes em ambiente escolar?”, existe um rol de fatores passíveis de serem considerados potenciadores. As subcategorias que mais se destacam pela concordância entre os entrevistados são: a Estrutura familiar (7.A.6), Estupefacientes (7.A.2) e as Redes sociais (7.A.1).

Ao analisarmos a mesma questão dirigida aos Diretores de agrupamento (Guião B), é possível asseverar que os três fatores destacados pela maioria dos entrevistados são: a Estrutura familiar (6.B.3), seguindo-se as Redes sociais (6.B.2) e os Estupefacientes (6.B.8). A referência à estrutura familiar inclui aspetos como “défices na transmissão de valores e de educação à criança e o descontínuo acompanhamento” (E7) e o desajustamento do “ambiente vivido pela criança no domicílio” (E17). Esta situação, na perspetiva de E3 e E5, poderá ser agravada pelo sentimento de impunidade (7.A.5) vivido pelos jovens, uma vez que segundo o sistema jurídico, “a resposta não é adequada (...), o jovem é apanhado e vai à comissão e volta (...) para junto dos colegas feito herói” (E5).

Desta forma, é possível afirmar que todos os atores do PES partilham da mesma opinião acerca dos fatores que potenciam a prática de crimes em ambiente escolar, o que seria pertinente reforçar a abordagem destas temáticas nas escolas.

Nas respostas à questão n.º 9 “Existe alguma coordenação com os encarregados de educação?”, metade dos entrevistados respondem afirmativamente (9.A.1) que as ações, por norma, são desenvolvidas a pedido das escolas. No que respeita aos nove entrevistados que afirmam não realizar ações com os encarregados de educação (9.A.2), estes referem que desistiram porque “os pais que deveriam participar não vêm” (E1) ou “aderem pouco” (E8). E11 pormenoriza que “as escolas pediam a nossa colaboração e até ficavam envergonhadas”. Neste alinhamento, como ideia inovadora, E6 e E7 delinearam como momento chave para estabelecer contacto e transmitir informações, a altura em que “os encarregados de educação vão receber as notas”.

Deste modo, é possível afirmar que apesar da intensão de todos os atores trazerem os pais para as ações de sensibilização, muitos em nada cooperam, havendo necessidade de transmitir as informações quando os pais se dirigem à escola para receber as notas.

Referente à questão n.º 12 “Na sua opinião e numa perspetiva futura, que propostas sugere para melhorar a prevenção da criminalidade através do Programa Escola Segura?”, a maioria dos entrevistados (17/18) destaca a escassez de recursos humanos e materiais (12.A.1). Face ao exposto, E10 ilustra que “o rácio anda à volta de 7500 alunos por cada militar”, tornando-se impossível abarcar toda a comunidade escolar, agravado pela necessidade de “haver equipamento atualizado e não um telemóvel de teclas arcaico” (E11). Ainda a este respeito, E8 reforça a questão das viaturas, exemplificando que “são três militares com apenas uma viatura” acrescido do elevado desgaste associado (E8, E5).

Seguidamente, a subcategoria mais referida é a autonomia das escolas (12.A.2), na medida em que, como refere E3, a “ação depende do Diretor da escola”, pelo que se não existem solicitações/recetividade por parte dos estabelecimentos de ensino a intervenção da GNR/PSP fica comprometida.

Neste sentido, metade dos entrevistados vão de encontro à opinião de E1, defendendo a existência de um planeamento partilhado “entre a GNR e o Ministério da Educação” de forma a colmatar a diversidade de modelos que a autonomia das escolas acaba por proporcionar. Foi ainda sugerida a possibilidade de os militares serem convidados a participar em atividades no âmbito da “educação para a cidadania” (E3) contribuindo com matérias, no âmbito da prevenção criminal, em prol da segurança dos jovens.

Sete entrevistados referiram ainda que as ações de prevenção (12.A.3), nomeadamente ao nível das apresentações de sensibilização, “poderiam ser melhoradas” (E7), bem como é importante atender a temáticas como a “violência no namoro” e manter a atualização das abordagens em assuntos como o “*cyberbullying*” (E4).

No que concerne à formação e atualização (12.A.5), sete entrevistados salientam que deve existir uma maior aposta na formação, “a formação é muito importante e tem de se investir” (E5), pois só assim “podemos conseguir ter êxito” (E12). Deve, portanto, haver um investimento na “formação contínua e orientação, a nível do comando geral” (E7), uma vez que “novas temáticas não têm qualquer tipo de enquadramento dado pela cadeia hierárquica, temos de ser autodidatas” (E7), sendo a formação “pessoal” (E4).

Por fim, destaca-se a subcategoria intervenção uniforme (12.A.4) reveladora de que quatro entrevistados consideram que as forças de segurança deveriam adotar os mesmos procedimentos a nível nacional. E3 defende a ideia de haver uma única forma de operar o

PES, ainda que com dissemelhanças territoriais, existe “necessidade de uniformizar a forma de trabalho”, à semelhança do programa escolar que “é o mesmo em todas as escolas” (E3).

A este propósito, os entrevistados aludem à experiência em curso no CTer de Braga, que consiste num portefólio de atividades⁷² que as SPC entregam aos Diretores de Agrupamento, para que estes façam as escolhas das temáticas em função do ano de escolaridade. E7 defende que o portefólio poderia ser difundido a nível nacional, como “a primeira ferramenta que ia orientar quem faz o planeamento das escolas”, aproximando assim a “uniformização da atuação no terreno” (E7). A visão é partilhada por E2, que defende que o “portefólio devia estar vertido numa NEP”, acrescentando que a uniformização deveria abranger a PSP, uma vez que, o PES “é desenvolvido quer por nós, quer pela PSP, aqui em Braga, com formas de intervenção completamente diferentes”.

Posto isto, apesar de existir o Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro, a NEP/GNR – 3.58 de 28 de dezembro de 2017 e a Diretiva Estratégica n.º 10/2006 da DNPS, os entrevistados consideram ser necessário existir uma reestruturação e uniformizar a intervenção de todos os atores. Uma vez que todos caminham para o mesmo fim, deve existir uma “orientação definida, (...) porque os problemas das escolas são transversais a nível nacional” (E2).

Quadro n.º 6 – Matriz da análise da categoria “Fatores influenciadores da prevenção e da criminalidade” do Guião B

UR	Entrevistados																		UEn	Total		
	E19	E20	E21	E22	E23	E24	E25	E26	E27	E28	E29	E30	E31	E32	E33	E34	E35	E36			E37	E38
Questão n.º 6																						
6.B.1														X	X						2	2/20
6.B.2			X									X	X		X	X		X			6	6/20
6.B.3	X				X	X	X	X	X	X					X		X		X	X	11	11/20
6.B.4	X							X												X	3	3/20
6.B.5										X										X	2	2/20
6.B.6		X	X	X														X			4	4/20
6.B.7										X											1	1/20
6.B.8		X		X			X										X	X			5	5/20
Questão n.º 9																						
9.B.1		X				X				X				X	X			X	X	X	8	8/20
9.B.2	X			X												X					3	3/20
9.B.3					X		X	X			X		X								5	5/20
9.B.4									X			X									2	2/20
9.B.5	X																				1	1/20
9.B.6			X														X				2	2/20

Fonte: Elaboração própria

⁷²Ver Anexo C

Na interpretação dos entrevistados da comunidade escolar, a resposta à questão n.º 6 “Quais os principais fatores que considera serem potenciadores da prática de crimes em ambiente escolar?”, acentua sobretudo a estrutura familiar (6.B.3), tal como se verificou também nas entrevistas aos membros da GNR/PSP. Na mesma linha, outros fatores como faltas justificadas (6.B.5) também foram realçados, uma vez que podem indiciar escasso acompanhamento dos encarregados de educação, ocorrendo situações em que o educando falta às aulas e os encarregados de educação tomam conhecimento, mas as faltas “aparecem justificadas sem qualquernexo causal”, como explicam o E29 e E38.

Desta forma, os fatores potenciadores elencados no Guião A e no Guião B, vão ao encontro do que se evidenciou na revisão da literatura, uma vez que “o jovem é muitas vezes vítima de constelação familiar” (Laranjeira, 2007, p. 223). Deste modo, as particularidades do contexto em que o jovem cresce, bem como os cenários sociais que vivencia, podem ou não aumentar a probabilidade do recurso à criminalidade como forma de amparo (Gomes, 2010).

Sobre a questão n.º 9 “Na sua opinião, que fatores influenciam a prevenção da criminalidade em ambiente escolar?”, à semelhança da questão n.º 12 do Guião A, a subcategoria mais destacada é recursos humanos (9.B.1). E38 refere que apesar do “nosso Agrupamento de Escolas [estar] a 500mt da esquadra da PSP de Guimarães” é necessário o aumento de recursos humanos (9.B.1) para que a presença dos elementos do PES possa chegar aos 16 Agrupamentos de escolas. A subcategoria encarregados de educação (9.B.3) foi também destacada por cinco entrevistados. E29 reforça a importância do acompanhamento parental, dado que “a prevenção tem de ser sustentada por eles e estes nem à escola comparecem”. Esta opinião é partilhada pelas forças de segurança, como constatado.

O défice na frequência do patrulhamento (9.B.2) e do número de ações (9.B.4) também se destacaram entre as respostas dos entrevistados, assim como a sugestão da extensão do PES ao ensino superior (9.B.5). Na perspetiva de E19, alargar o programa ao ensino superior seria de importância extrema, “atendendo à proximidade de estabelecimentos e à influência que os alunos mais velhos têm nos mais novos”.

A sugestão por parte dos Diretores de agrupamento em aumentar a frequência do patrulhamento, o número de ações e alargar o PES ao Ensino Superior, vem corroborar a ideia de Stelko-Pereira e Williams (2010), que defendem que este fenómeno não se restringe apenas ao estabelecimento físico enquanto escola, mas poderá suceder-se no trajeto ou em espaços circundantes à escola, implicando deste modo um risco acrescido nos jovens.

5.1.4. Apresentação, análise e discussão da categoria “Ações de prevenção”

A categoria em questão propõe aferir se as ações por parte dos atores do PES modalizam de acordo com os índices de criminalidade apresentados nos diferentes estabelecimentos de ensino. Deste modo, expõem-se as respostas dos entrevistados da GNR, PSP e Diretores de agrupamento no Quadro n.º 7 e Quadro n.º 8, respetivamente.

Quadro n.º 7 – Matriz da análise da categoria “Ações de prevenção” do Guião A

UR	Entrevistados																		UEn	Total	
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	E16	E17	E18			
Questão n.º 10																					
10.A.1		X						X	X	X		X								5	5/18
10.A.2				X							X									2	2/18
10.A.3	X				X								X		X					4	4/18
10.A.4			X			X	X							X		X	X	X	X	7	7/18
Questão n.º 11																					
11.A.1									X				X		X		X			4	4/18
11.A.2	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X		X		X		X	X	14	14/18

Fonte: Elaboração própria

Analisando a questão n.º 10 "Fazem distinções, na frequência e direcionamento, das ações de prevenção consoante os índices de criminalidade escolar?", sete entrevistados declaram que não existe diferenciação (10.A.4), aquando da sua intervenção.

Os elementos do PES referem que idealmente deveria existir uma diferenciação aquando da sua intervenção, uma vez que dispõem de informações criminais. Contudo, tal não é viável, uma vez que as ações dentro da escola dependem do aval da direção ou do responsável pela articulação do programa com as forças de segurança, conforme análise da questão n.º 12 realizada ao Guião A. Este ideal é corroborado por E7, que alerta para a impossibilidade de efetuar essa distinção, mencionando igualmente um caso em que a própria escola manifesta resistência à presença da GNR por questões de imagem.

Por conseguinte, o desempenho da atividade operacional dos elementos do PES poderá ficar condicionada pela vontade do Diretor de agrupamento de escolas.

Relativamente à questão n.º 11 “Há comunicação com elementos da Investigação Criminal antes e depois das ações?”, verificamos que quatro entrevistados admitem não existir comunicação (11.A.1) nem antes, nem depois. No que respeita aos entrevistados que afirmam existir comunicação, esta é meramente informal (11.A.2) e sem qualquer frequência definida. Conforme evidencia E2, “esta informação muita das vezes é em *off* (...) não é colocada no papel”, no entanto, sempre que necessário, é elaborado o devido relatório de serviço. Oito entrevistados reforçam ainda que, o facto de ser a escola a definir o público-

alvo e a data, poderá constituir um entrave a todo o trabalho da investigação criminal, uma vez que a presença dos elementos do PES em recinto escolar nem sempre se demonstra oportuna, e “poderá mesmo comprometer o sucesso de investigações a decorrer” (E2).

Perante as sugestões dos entrevistados E2, E3, E7 e E12 seria vantajoso reestruturar a NEP/GNR 3.58 implementando medidas de comunicação formais e de carácter obrigatório antes e depois das ações, no sentido de auxiliar os elementos da investigação criminal.

Quadro n.º 8 – Matriz da análise da categoria “Ações de prevenção ” do Guião B

UR	Entrevistados																		UEn	Total		
	E19	E20	E21	E22	E23	E24	E25	E26	E27	E28	E29	E30	E31	E32	E33	E34	E35	E36			E37	E38
Questão n.º 7																						
7.B.1				X	X	X	X					X		X		X	X				8	8/20
7.B.2	X							X		X	X		X		X			X	X	X	9	9/20
7.B.3		X	X						X												3	3/20
Questão n.º 8																						
8.B.1	X		X							X		X			X				X		6	6/20
8.B.2		X				X									X						3	3/20
8.B.3				X		X	X						X								4	4/20
8.B.4				X	X		X	X		X		X	X			X	X		X		10	10/20

Fonte: Elaboração própria

Na ótica dos representantes da comunidade escolar, a resposta à questão n.º 7 “As ações da GNR/PSP no âmbito do Programa Escola Segura, são diferenciadas consoante as escolas/ turmas que apresentam maior índice criminalidade?”, indica que quase metade considera existir direcionamento (7.B.2), isto é, ações direcionadas para turmas em específico. Seguidamente, a subcategoria que os Diretores de agrupamento mais destacam é a frequência e direcionamento (7.B.1), ou seja, ações diferenciadas para escolas e turmas em específico. Por fim, verifica-se que apenas três entrevistados declaram não realizar diferenciação (7.B.3), pelo que na tentativa de descortinar o motivo de tal fenómeno, E27 defende que no seu agrupamento “não há criminalidade, logo não pode haver diferenciação”.

Em relação à questão n.º 8 “As ações de prevenção realizadas pela GNR/PSP, no âmbito do Programa Escola Segura, têm influência na comunidade escolar?”, metade dos entrevistados admite que as ações realizadas nas escolas têm um efeito preventivo (8.B.4). Seis entrevistados enaltecem o cariz positivo (8.B.1) das mesmas. Quatro entrevistados destacam ainda, que as ações promovem condutas corretas (8.B.3) no sentido de “minorar consideravelmente os atos de vandalismo após a sua intervenção” (E22). Por fim, em minoria, somente três entrevistados aludem para um efeito dissuasor (8.B.2).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Concretizado o enquadramento metodológico, teórico, jurídico e conceptual, bem como a análise e discussão dos resultados, urge o momento de tecer conclusões atinentes à temática em análise. Neste alinhamento, através do conhecimento obtido ao longo da investigação, serão exploradas as QD, serão verificadas as hipóteses de investigação e a QC será respondida. Por fim, serão confirmados os objetivos da investigação, destacadas as respetivas limitações e alimentada a curiosidade científica para futuras investigações.

No sentido de dar resposta à QD1 “De que forma é desenvolvido o Programa Escola Segura?”, concorre a H1: “O Programa é desenvolvido diferentemente por todos que o operacionalizam, não se encontrando definida a articulação e o planeamento entre os seus atores”, verificada através da investigação empírica.

O PES é desenvolvido pelos três atores (GNR/PSP/Escolas) de maneira diferenciada, tanto a nível interinstitucional como intrainstitucional. A maioria dos elementos das forças de segurança responsáveis pela operacionalização do PES, vulgo elementos do PES, não elaboram planeamento, dado que a intervenção dentro do recinto escolar necessita do aval do Diretor de agrupamento de escolas.

Neste sentido, considera-se necessário o planeamento de atividades de carácter obrigatório entre a GNR/PSP e as Escolas. A par do planeamento, haveria vantagem na elaboração de um relatório final para a comunidade escolar, uma vez que as escolas não têm conhecimento dos números da criminalidade, assim como adotar a iniciativa de distribuir inquéritos antes e depois de cada intervenção em ambiente escolar, de forma a avaliar se a mensagem está a ser transmitida com sucesso.

Nesta senda, no que respeita ao desenvolvimento do PES, nomeadamente o Despacho nº 8927/2017, a Diretiva Estratégica n.º 10/2006 e a NEP/GNR 3.58), não especificam o modo de operacionalização do PES, não contemplam a uniformização de procedimentos nem atribuem autonomia a todos os atores do PES.

Relativamente à QD2 “Quais as ações realizadas pelos elementos do Programa Escola Segura aquando de uma ocorrência em ambiente escolar?”, estabeleceu-se a H2: “Aquando de uma ocorrência em ambiente escolar, as ações desenvolvidas pelos elementos do Programa Escola Segura constituem respostas de primeira linha”.

A hipótese foi verificada através do trabalho de campo, asseverando que o meio mais utilizado para estabelecer comunicação é a via telefónica ou o correio eletrónico, dada a

facilidade de uso e a salvaguarda de informação. Neste âmbito, a relação de proximidade entre as escolas e as forças de segurança varia de agrupamento para agrupamento, uma vez que existem agrupamentos que dispõem do contacto pessoal ou contacto direto para a SPC/EPES (mais proximidade), ao invés de agrupamentos que dispõem unicamente do contacto institucional da GNR/PSP (menor proximidade).

Aquando de uma ocorrência em recinto escolar, os elementos do PES, na sua maioria, afirmam intervir com uma resposta de primeira linha. Contudo, verificamos elementos que apenas intervêm após a atuação da patrulha de ocorrências, comprovando assim diferentes modos de atuar ao nível interno do CTer da GNR de Braga.

No que concerne à QD3 “Existe algum tipo de fator diferenciador que influencia a prevenção e/ou a criminalidade escolar?”, formulou-se a H3: “A prevenção e/ou a criminalidade escolar são influenciados por diversos fatores nas áreas geográficas no distrito de Braga”, que é totalmente verificada através do trabalho empírico. Decorrente das respostas obtidas, é possível afirmar que a criminalidade e a prevenção da criminalidade são influenciadas pela presença de um ou mais fatores.

Ao nível dos fatores relacionados com a criminalidade, os três atores referem a desestruturação familiar. Deste modo, foi ainda perceptível a intenção de envolver os pais nas ações de sensibilização, intenção que se depara com obstáculos de ordem prática, designadamente pela indisponibilidade/resistência dos encarregados de educação, situação que importará reverter.

No que respeita à prevenção da criminalidade é de destacar a carência de recursos humanos e materiais, a autonomia das escolas, a necessidade de atualizar as apresentações de sensibilização, a falta de formação, a difusão a nível nacional do portefólio de atividades das SPC utilizado atualmente no CTer de Braga, aumentar a frequência do patrulhamento, aumentar o número de ações, assim como alargar o âmbito do PES ao ensino superior.

No que diz respeito à QD4 “Existe distinção na frequência e no direcionamento das ações de prevenção consoante os índices de criminalidade escolar?”, concorre a H4: “As ações apresentam-se transversais a toda a comunidade escolar, sendo os aspetos materiais e organizacionais mais relevantes do que fatores de natureza criminal”, pelo que é infirmada, uma vez que se verifica distinção na frequência e direcionamento nas ações por parte dos Diretores de agrupamento de escolas. Contudo, a maioria dos elementos das forças de segurança não realizam distinção nas suas ações, dado que quem determina o número de ações e o público-alvo é unicamente o Diretor de agrupamento.

Acessoriamente, apurou-se que este modo de operar constitui um entrave ao serviço dos elementos da investigação criminal, tendo sido referida a possibilidade de condicionar diversas investigações que estejam a decorrer. Neste sentido, foi sugerido que os elementos do PES, antes e depois das ações de sensibilização, comuniquem com os elementos da investigação criminal formalmente e de forma obrigatória, de modo a não comprometer e auxiliar possíveis investigações que estejam a decorrer.

Findada a apresentação das respostas às QD, estão reunidas as condições para responder à QC “Que ações se poderão implementar na GNR para melhorar a prevenção da criminalidade em ambiente escolar no distrito de Braga?”.

Esta investigação permitiu vincar o papel que a GNR desempenha ao nível do PES, em particular na elaboração de ações de prevenção criminal, ações pedagógicas e de sensibilização junto da comunidade escolar, uma vez que educar as crianças e jovens é construir o futuro cidadão.

Posto isto, como resultado desta investigação, conclui-se que urge implementar e readaptar ações na GNR, no âmbito do PES, de forma a melhorar a prevenção da criminalidade em ambiente escolar no distrito de Braga.

Em suma, as ilações retiradas neste trabalho podem organizar-se em quatro áreas, nomeadamente ações ao nível do Planeamento, na melhoria da Operacionalização, na melhoria dos Meios e, por fim, na Avaliação das ações.

No âmbito do Planeamento, na GNR poderá ser melhorada a formação pessoal dos militares em matérias de contexto educativo, bem como criar um planeamento conjunto de atividades e aprimorar, em termos das temáticas e de atualizações, as apresentações de sensibilização dirigidas aos jovens. Foi ainda sugerida a possibilidade de envolver os militares em atividades no âmbito escolar que tratem de comportamentos cívicos, contribuindo em matérias de prevenção criminal. Foi, por fim, sugerida a aplicação do programa ao ensino superior.

Relativamente à Operacionalização, as ações desenvolvidas pela GNR podem ser melhoradas numa base de uniformização intraorganizacional e interorganizacional, bem como aumentar a cooperação formal e de cariz obrigatório com os elementos da investigação criminal. Para esse efeito, será importante reestruturar a NEP/GNR – 3.58 e conceder autonomia a todos os atores do PES, no sentido de o poder de decisão estar equitativamente distribuído.

Em relação aos Meios, na GNR urge reforçar os recursos humanos e materiais, por forma a possibilitar o incremento do efetivo, aumentar o número de ações, bem como investir no reforço da proximidade com os restantes atores do PES.

Referente à Avaliação, realça-se a importância da elaboração de um relatório final descritivo a apresentar à comunidade educativa, expondo as intervenções e as suas consequências, permitindo refletir retrospectivamente e aplicar novas medidas pró-ativas e direcionadas, nomeadamente na prevenção da criminalidade escolar.

No decorrer da investigação, foram identificadas ações de cariz inovador, podendo eventualmente servir de mote para uma futura aplicabilidade no território nacional. Em concreto, trata-se de ações como: integrar nas ações de sensibilização os encarregados de educação, aproveitando oportunidades como, por exemplo, a sua presença nas reuniões de final de período; aplicar ao público-alvo inquéritos pré e pós intervenção em meio escolar, de forma a avaliar a concretização dos objetivos predefinidos e, por fim, difundir o portefólio de atividades, utilizado atualmente no CTer de Braga.

Como limitação e dificuldade a assinalar, destacamos o facto de ter sido decretado estado de emergência, por motivo da pandemia do COVID-19 no decorrer da investigação, o que impediu que se realizassem as entrevistas em modo presencial a todos os entrevistados, como estava planeado.

Apesar da limitação supramencionada, foi possível a obtenção de uma base de investigação robusta que corroborou as hipóteses de investigação deduzidas e que, conjuntamente com o conhecimento obtido através da revisão de literatura e da investigação empírica, possibilitou responder à QC. Por conseguinte, as metas e os objetivos da investigação foram alcançados.

Para futuras investigações, seria proveitoso aplicar esta investigação noutras áreas geográficas do território nacional, dada a variabilidade interterritorial.

Por fim, o que mais orientou o esforço desenvolvido foi a expectativa de que o presente RCFTIA contribua para o incremento de capacidades e competências, em contexto operacional, da GNR, caminhando e adaptando procedimentos, a fim de responder eficazmente na sua missão em prol da *grei*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia Militar [AM] (2015). *NEP 520/4ª/11MAI15/AM: Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: AM.
- Academia Militar [AM] (2016). *NEP 522/1ª/20JAN16/AM: Normas para a redação de trabalhos de investigação na Academia Militar*. Lisboa: AM.
- Almeida, P. & Clemente, P. (2013). *Prevenção e segurança: política e estratégia*. In C. P. Alves, A. (2010). *Introdução à segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana
- Alves, A. C. (2008). *Em busca de uma sociologia de Polícia*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
- American Psychological Association [APA] (2010). *Publication Manual of the American Psychological Association* (6.ª Ed.). Washington, DC: APA.
- APAV. (2019). *Estatísticas APAV - Relatório Anual 2018*. Lisboa: APAV.
- Araújo, D. (2018). Segurança: Conceito e Perceções. In T. Rodrigues, e M. Painho, *Modelos Preditivos e Segurança Pública* (pp. 25 - 44). Porto: Fronteira do caos Editores.
- Assembleia da República [AR] (1976). Decreto de 10 de abril de 1976: Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, 1ª série, n.º 86.
- Assembleia da República [AR]. (1982). DL n.º 401/82, de 23 de setembro: Aprova o Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes. *Diário da República*, série I, n.º 221.
- Assembleia da República [AR]. (1987). DL n.º 78/87, de 17 de fevereiro: Aprova o Código de Processo Penal. Revoga o Decreto-Lei n.º 16489, de 15 de fevereiro de 1929. *Diário da República*, série I, n.º 40.
- Assembleia da República [AR]. (1991). Lei n.º 189/91, de 17 de fevereiro: Regula a criação, competência e funcionamento das comissões de proteção dos menores. *Diário da República*, série I-A, n.º 113.
- Assembleia da República [AR]. (1995). DL n.º 48/95, de 15 de março: Código Penal. *Diário da República*, série I-A, n.º 63.
- Assembleia da República [AR]. (1999). Lei n.º 147/99, de 01 de setembro: Aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Revoga o Decreto-Lei n.º 189, de 17 de maio de 1991. *Diário da República*, série I-A, n.º 204.
- Assembleia da República [AR]. (1999). Lei n.º 166/99, de 14 de setembro: Aprova a Lei Tutelar Educativa. *Diário da República*, série I-A, n.º 215.

- Assembleia da República [AR]. (2007). Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto: Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública. *Diário da República*, série I, n.º 168, 6065-6074.
- Assembleia da República [AR]. (2007). Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, série I, n.º 213, 8043-8051.
- Assembleia da República [AR]. (2008). Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto: Aprova a Lei de Segurança Interna. *Diário da República*, série I, n.º 167, 6135-6141.
- Assembleia da República [AR]. (2015). Lei n.º 141/87, de 17 de fevereiro: Revê a Organização Tutelar de Menores. Revoga o Decreto-Lei n.º 314, de 27 de outubro de 1978. *Diário da República*, série I, n.º 40.
- Assembleia da República [AR]. (2017). Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro: Aprova o Regulamento do Programa Escola Segura. Revoga o Despacho Conjunto n.º 25650, de 19 de dezembro. *Diário da República*, série II, n.º 195.
- Assembleia da República [AR]. (2018). Lei n.º 26/18, de 05 de julho: Regula a criação, competência e funcionamento das comissões de proteção dos menores. *Diário da República*, série I-A, n.º 113.
- Audet, J. & Katz, J. (2006). *Précis de Victimologie Générale*. Paris: Dunod, 2º Ed.
- Barradas, J. (2011). *Policimento de Proximidade vs. Comunitário – uma abordagem policial*. Dissertação apresentada com visa à obtenção de uma pós-graduação em Direito e Segurança, Instituto de Estudos Superiores Militares, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Binder, Arnold, Gilbert G. & Dickson D. (2001), *Juvenile Delinquency: Historical, Cultural and Legal Perspectives*. Ohio: Anderson Publishing.
- Borges, B. M. (2011). *Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: Comentários e Anotações à Lei 147/99 de 1 de setembro*. Coimbra: Almedina.
- Calixto, I. (2015). *Análise Situacional da Passagem Aérea da Estação de Comboios de Azambuja*. Lisboa: ISCPSI.
- Caravita, S. (2004). *L'alunno prepotente. Conoscere e contrastare il bullismo nella scuola*. Brescia: Editrice La Scuola.
- Carvalho, A. T. (2016). *Direito Penal Parte Geral Questões fundamentais - Teoria geral do crime* (3ª Edição). Porto: Universidade Católica Editora.
- Carvalho, M. (2012). Delinquência de Crianças e Jovens: uma Questão de Olhar(es)?. In *Alicerces. Revista de Investigação, Ciência, Tecnologias e Artes* (5, 23-35). Acedido a 07 de março de 2020 em <https://goo.gl/WJhcjo>

- Cezário, K. (2009). Os jovens em Portugal e a Polícia de Segurança Pública (PSP) – Um policiamento orientado para a cidadania: o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Edição 4, 56-71.
- Clemente, P. (2000). *A Polícia em Portugal: Da Dimensão Política Contemporânea da Seguridad Pública* (volume I). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Clemente, R. (2009). *Inovação e modernidade no direito de menores. A perspetiva da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Cockbain, E., & Laycock, G. (2017). Crime Science. *Oxford Research Encyclopedia of Criminology*, 1-37. doi:10.1093/acrefore/9780190264079.013.4.
- Copeto, R. (2011a). *A GNR e o Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária. Segurança e Defesa*, nº 16 (Jan-Mar), pp. 48-54.
- Copeto, R. (2011b). *O Papel das Forças de segurança no Sistema de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Dissertação apresentada com vista à obtenção de grau de mestre, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Copeto, R. (2018). Mais escola(s) segura(s). *Lidador Notícias*. Acedido a 19 de março de 2020 em <http://www.lidadornoticias.pt/opiniaio-rogerio-copeto-oficial-gnr-mais-escolas-seguras/>
- Costa, A. (1996). *Para a Modernização das Atividades Policiais*. Lisboa: MAI.
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- David, M. (2014). *Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade: Funcionalidades, problemas e potencialidades*. Dissertação Final de Mestrado em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.
- Delgado, P. (2006). *O direito da criança. Da participação à responsabilidade. O Sistema de proteção e educação de crianças e jovens*. Porto: Profedições.
- Dias, A. (2008). *Organizações e meio envolvente: o caso do “Policiamento de Proximidade”*. Acedido a 16 de março de 2020 em <https://research.unl.pt/ws/files/11233388/659.pdf>
- Dias, H. (2012). *Metamorfoses da Polícia: Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Lisboa: Almedina.
- Dias, J. F. & Andrade, M. C. (1997) (2ª Ed.). *Criminologia, “O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena”*. Coimbra: Coimbra Editora.
- DNPSP. (2012). *Grandes Opções Estratégicas 2013-2016*. Lisboa: DNPSP.

- Douglas, J. & Olshaker, M. (2019). *De frente com o serial killer*. Rio de Janeiro: HarperCollins.
- Duarte, L., Deggeroni, C. & Negrelli, A. (2011). *Prevenção social do crime: conceito e estratégias*. Acedido a 10 de março de 2020 em http://books.google.pt/books?id=u_GDD9Kdsg0C&pg=PA310&dq=Policiamento+de+proximidade&hl=ptPT&sa=X&ei=uVq4Uu_ZFaOp0QWBkYCQDQ&ved=0CF8Q6AEwCTgK#v=onepage&q&f=false
- Durão, S. (2008). *Patrulha e Proximidade – Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*. Coimbra: Almedina.
- Durão, S. (2012). Policiamento de proximidade em Portugal: limites de uma metáfora mobilizadora. In S. Durão, & C. Darck, *Polícia, Segurança e Ordem Pública: Perspetivas Portuguesas e Brasileiras* (pp. 101-133). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Eiras, H., & Fortes, G. (2010). *Dicionário de Direito Penal e Processo Penal*. (3ª ed.). Lisboa: Quid Juris.
- Elias, L. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna: Desafios e Prospetiva*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Elias, M. (2011). *Segurança na Contemporaneidade - Internacionalização e Comunitarização*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade de Lisboa.
- Fernandes, A. (2005). *O Poder Político e Segurança Interna*. Coordenação de Valente, M., Coimbra: I Colóquio de Segurança Interna, Edições Almedina, SA, pp. 23–37.
- Ferreira, M. (2015). *Contratos Locais de Segurança: Dicotomia entre mais Sociedade Civil ou mais Polícia*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Ferri, E. (1897). *Criminal Sociology*. New York.
- Fontes, J. (2015). A Superioridade Ética do Estado. in E. P. CORREIA, *Liberdade e Segurança* (pp. 39 - 44). Lisboa: ISCPSI - ICPOL.
- Fortin, M. (2009a). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Fortin, M. (2009b). *O processo de Investigação da Concepção à Realização* (5ª ed.). Loures: Lusociência- Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Foucault, M. (2013). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Coimbra: Edições 70.
- Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica* (4ª ed.). Lisboa: Tipografia Tadinense.

- Furtado L. (2001). *O Novo Regime Jurídico das Crianças e Jovens*, Conferências da IGAI, p. 34.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [Gabinete SGSSI]. (2019). *Relatório Anual de Segurança Interna [RASI] 2018*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Lisboa: Texto Editora.
- Goode, E. (2001). *“Deviant Behavior”*, sixth edition, New Jersey, Prentice-Hall Inc.
- Gouveia, J. (2015). Direito Constitucional da Segurança. In J. B. Gouveia, & S. Santos, *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2017). *NEP 3.58. de 28 de dezembro - Regulamentação dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR*. Lisboa: Comando Operacional.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2020). O Policiamento Comunitário e os Programas Especiais na GNR In *Portal da Guarda Nacional Republicana*. Acedido a 28 de março de 2020 em https://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx
- Guerra, L. (2016). Clarificação do conceito de Segurança. In Valente, M., *Estudos Comemorativos dos 30 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e dos 10 anos da Politeia* (pp. 112 - 199). Lisboa: ICPOL/ISCPSI.
- Guerra, P. (2016). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada*. Lisboa: Almedina.
- Guerreiro, A., Pontedeira, C., Sousa, R., Magalhães, M., Oliveira, E., & Ribeiro, P. (2015). Intimidade e Violência no Namoro: Refletir a Problemática nos/as Jovens. Em P. Casaleiro, & P. Branco, *Atas do Colóquio Internacional: Os Jovens e o Crime - Transgressões e Justiça Tutelar* (pp. 14-26). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Hermenegildo, R. S. (2013). Autonomização, Emergência e Afirmação da Segurança Interna da União Europeia. *Nação e Defesa*, 135, pp. 153-171.
- Hernández, R., Fernández, C., & Baptista, P. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Inácio, A. & Araújo, D. (2018). Um Novo Paradigma Para a Segurança: Atores de Segurança Interna. *Proelium*, VII (14), 23–28.
- Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM] (2015). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: IESM.

- Laranjeira, C. (2007). A análise psicossocial do jovem delinquente: uma revisão da literatura. *Psicologia em Estudo*, V. 12, n.º 2, 221-227. Acedido a 8 de março de 2020 em <http://goo.gl/Xs6GiH>
- Leitão, J. (2001). Tácticas de Patrulha. *Revista Polícia Portuguesa n.º 128, Separata da Revista março/abril 2001* (pp. 6-8).
- Leitão, J. B. (1999). Causas de Proximidade Policial. *Revista da Polícia Portuguesa*, Ano LXII, II série, bimestral, n.º 120 (pp. 3-6).
- Lucas, A. (2001). *Marginalidade, Risco e Delinquência – Cadernos Malhoa*. Caldas da Rainha: Nova Galáxia.
- Machado, P., & Neves, A. V. (2011). *Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano - A prevenção do crime através do espaço construído* (Volume 7). Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Marçal, Á. (2001). *Programa Escola Segura – Metodologia de Acção*. In *Polícia Portuguesa – Órgão de Informação e Cultura da PSP*, Ano LXIV, II Série, Bienal, N.º 128, Março/Abril (pp. 27-28).
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2007). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5.ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Martins, C. (2007). *As crianças e jovens em perigo: Conhecer o passado, compreender o presente... para aperfeiçoar o futuro*. Dissertação apresentada com vista à obtenção de grau de mestre, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Mendes, C. (2010). Violência na escola: conhecer para intervir School violence: to know to intervene. *Revista de Enfermagem Referência. II* (12), 71–82.
- Moleirinho, P. (2009). *Da polícia de proximidade ao policiamento orientado pelas informações*. Dissertação apresentada com vista à obtenção de grau de mestre, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Moura, J. (2002). *Direito Tutelar de Menores – O Sistema em Mudança*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Oliveira, J. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento – A emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, M. (2005). *Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses* (3.ª Ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

- Organização da Nações Unidas [ONU] (2011). *Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos [UN-HABITAT] - Manual de Introdução sobre O Policiamento do Espaço Urbano*. Nações Unidas [UN], Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime [UNODC]. Nova Iorque: UN.
- Patton, M. (1990). *Qualitative evaluation methods*. London: Sage Publications.
- Pereira, B. (2002). *Para uma Escola sem Violência: Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Pereira, R. (2018). Prefácio. In T. F. Rodrigues, e M. Painho, *Modelos Preditivos e Segurança Pública* (pp. 1 - 5). Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Piedade, P. (2001). *Intervenção social na evolução do sistema de proteção social*. Acedido a 10 de maio de 2020 em <http://www.cpihts.com/Patricia%20Piedade.pdf>
- Polícia de Segurança Pública [PSP] (2006). *Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de maio - Programa Integrado de Policiamento de Proximidade*. Lisboa: DNPSP.
- Polícia de Segurança Pública [PSP] (2010). *Ordem de Operações n.º 4822 de 12 de julho*. Lisboa: DNPSP.
- Polícia de Segurança Pública [PSP] (2020). Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade In *Portal da Polícia de Segurança Pública*. Acedido a 28 de março de 2020 em <https://www.psp.pt/Pages/atividades/MIPP.aspx>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6.ª Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramírez, F. (2001). *Condutas agressivas na idade escolar*. Amadora: McGraw-Hill.
- Robson, C., & McCartan, K. (2016). *Real World Research* (fourth edition). New Jersey: Wiley.
- Rodrigues, A. (1997). Repensar o Direito de Menores em Portugal—Utopia ou Realidade?. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. 7(3), 355-386.
- Rodrigues, E. (1997). *Menores em Risco: Que Família de Origem? In Crianças de Risco*. Instituto de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa. 541 - 574.
- Rodrigues, T., Hermenegildo, R., Xavier, A., Luís, A., Semedo, J., & Ribeiro, S. (2019). *Segurança Interna no século XXI – população e território*. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Rosado, D. P. (2015). *Sociologia da Gestão e das Organizações*. Lisboa: Gradiva.

- Rousseau, N., & Saillant, F. (2009). Abordagens de Investigação Qualitativa. In M.-F. Fortin (Ed.), *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5.a Edição, pp. 147–160). Loures: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Santo, P. (2015). *Introdução à metodologia das ciências sociais. Génese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Santos, A. (2016). Segurança e Globalização: A perspetiva dos estudos críticos de segurança. *Proelium*. X (10), 107-114.
- Sarmento, M. (2013). *Guia Prático sobre Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (3ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada.
- Sebastião, J., Alves, M. & Campos, J. (2010). *Violência na Escola: Tendências, Contextos, Olhares*. Alpiarça: Edições Cosmos.
- Soares, V. (2002). *O Programa Escola Segura: Um Estudo na Cidade do Porto*. In Forças de Segurança e Investigação Científica – Um Espaço de Reflexão, em António Fraga (et al.) (pp. 287-337). Lisboa: MAI.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Stelko-Pereira, A. & Williams, L. (2010). Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Revista Temas em Psicologia* 18(1), pp. 45-55. Acedido a 08 de março de 2020 em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a05.pdf>
- Teixeira, N. (2002). *Contributos para a Política de Segurança Interna*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Tomás, C., Belo, C. (2012). Conversando sobre Direitos Humanos e Direitos da Criança. In *Alicerces. Revista Científica de Investigação, Ciência, Tecnologias e Artes*. Instituto Politécnico de Lisboa: Edições Colibri. Acedido a 27 de março de 2020 em <https://goo.gl/AS18nR>
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: Processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO

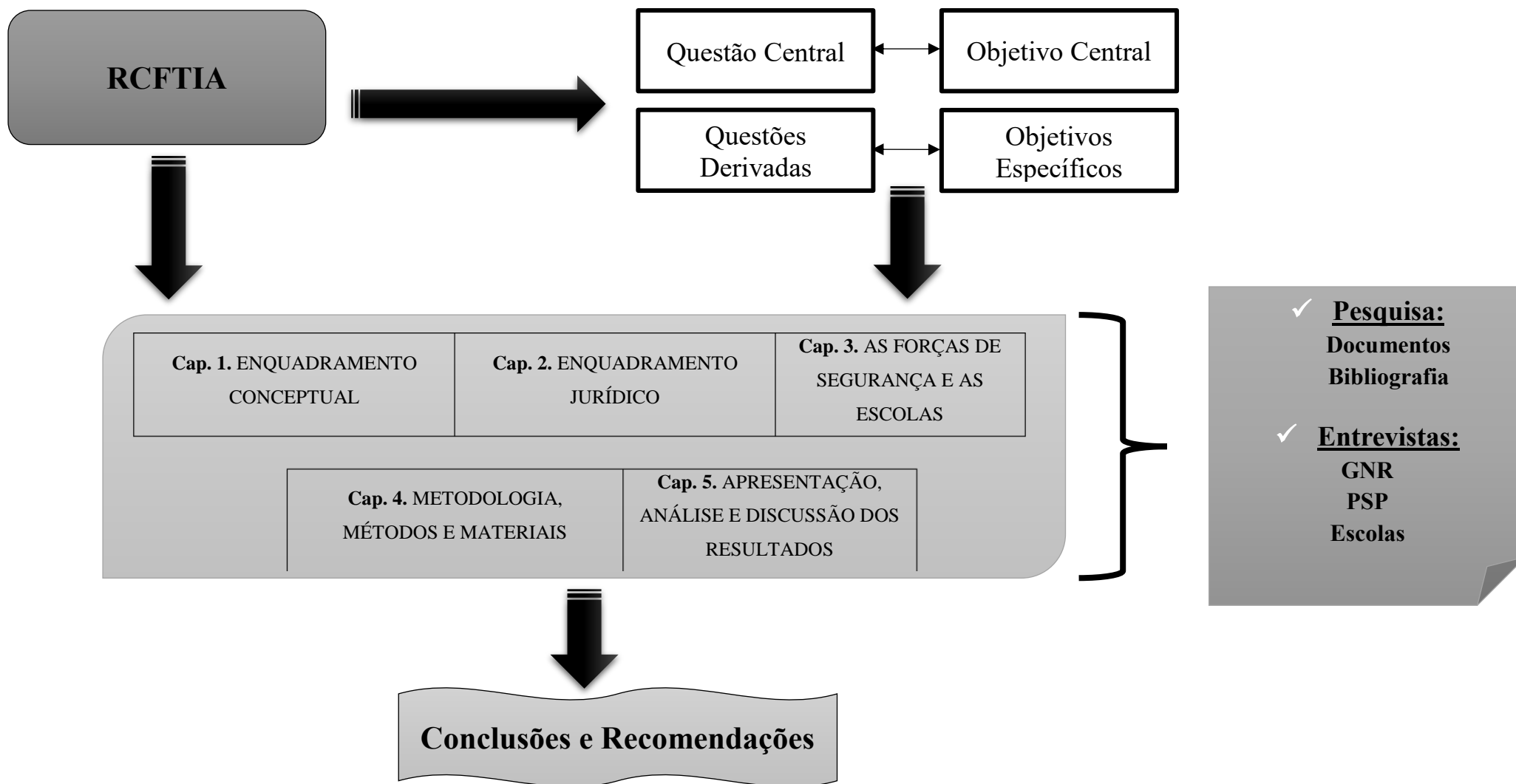


Figura n.º 2 – Estrutura da investigação

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B – MATRIZ DE INVESTIGAÇÃO

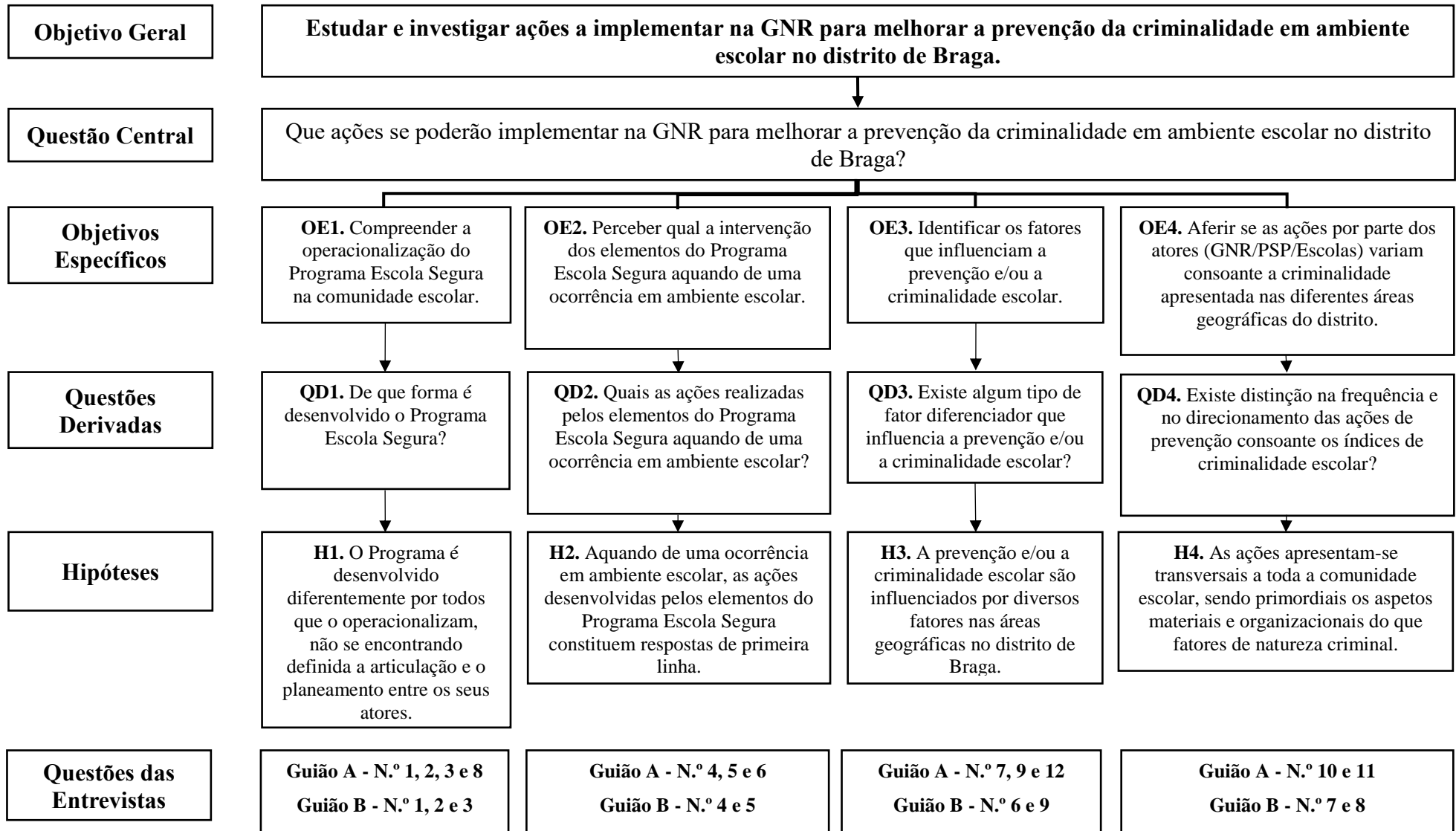


Figura n.º 3 – Matriz de investigação

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE C – CARTA DE APRESENTAÇÃO



ACADEMIA MILITAR

O PROGRAMA ESCOLA SEGURA NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE EM AMBIENTE ESCOLAR: ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE BRAGA

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Rui Miguel Nogueira Oliveira

Orientadora: Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Coorientador: Tenente-Coronel Rogério Paulo Magro Copeto

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020

CARTA DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, ministrado na Academia Militar, é exigido legalmente a elaboração de um Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).

Face ao exposto, eu, Aspirante da Guarda Nacional Republicana Rui Miguel Nogueira Oliveira, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a a sua colaboração no âmbito da elaboração da dissertação de mestrado subordinada ao tema “O Programa Escola Segura na prevenção da criminalidade em ambiente escolar: Estudo de Caso do distrito de Braga”.

O objetivo da presente investigação é reunir conhecimento sobre esta temática ouvindo os testemunhos dos atores envolvidos, pelo que é primordial a elaboração de entrevistas a elementos com experiência profissional nestas matérias, contribuindo assim para um suporte à componente prática.

De forma a salvaguardar os interesses de V. Ex.^a, será garantido o anonimato e assegurado que os dados se destinam exclusivamente a finalidades académicas.

Solicito ainda autorização para proceder à gravação da entrevista, a qual será posteriormente transcrita e se pretender, os resultados desta transcrição ser-lhe-ão enviados para validação. Caso o deseje, poderá também ser facultado o trabalho na íntegra após a aprovação final.

Grato pela sua disponibilidade,

Respeitosamente,

Rui Oliveira

Aspirante de Infantaria da GNR

APÊNDICE D – GUIÃO DA ENTREVISTA A - GNR / PSP

Caracterização do Entrevistado:

Entrevista N.º _____

Sexo: _____ Idade: _____

Posto/Função: _____

Habilitação Académica: _____

Cursos: _____

Local: _____

Data: _____ Hora de Início: _____ Hora de Fim: _____

1. Como é desenvolvido o Programa Escola Segura?
2. Das ações que são desenvolvidas no âmbito do Programa Escola Segura, qual considera ser a mais eficaz?
3. É elaborado algum planeamento de atividades e de articulação com as escolas?
4. Qual o meio de comunicação mais utilizado para solicitar uma intervenção em ambiente escolar?
5. Existe alguma linha direta de atendimento no âmbito do Programa Escola Segura?
6. Quando existe uma ocorrência na escola, são sempre os elementos do Programa Escola Segura a atuar?
7. Quais os principais fatores que considera serem potenciadores da prática de crimes em ambiente escolar?
8. Existe algum balanço final realizado com as escolas acerca das atividades desenvolvidas?
9. Existe alguma coordenação com os encarregados de educação?
10. Fazem distinções, na frequência e direcionamento, das ações de prevenção consoante os índices de criminalidade escolar?
11. Há comunicação com elementos da Investigação Criminal antes e depois das ações?
12. Na sua opinião e numa perspetiva futura, que propostas sugere para melhorar a prevenção da criminalidade através do Programa Escola Segura?

APÊNDICE E – GUIÃO DA ENTREVISTA B - DIRETORES DE AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

Caracterização do Entrevistado:

Entrevista N.º _____

Sexo: _____ Idade: _____

Função: _____

Habilitação Académica: _____

Local: _____

Data: _____ Hora de Início: _____ Hora de Fim: _____

1. Como é desenvolvido o Programa Escola Segura nas escolas?
2. Qual a perceção que tem relativamente às ações realizadas pela GNR/PSP no âmbito do Programa Escola Segura?
3. É elaborado algum planeamento de atividades e de articulação com a GNR/PSP?
4. Qual o meio de comunicação mais utilizado para solicitar uma intervenção em ambiente escolar?
5. Tem conhecimento da existência de alguma linha direta de atendimento para a GNR/PSP no âmbito do Programa Escola Segura?
6. Quais os principais fatores que considera serem potenciadores da prática de crimes em ambiente escolar?
7. As ações da GNR/PSP no âmbito do Programa Escola Segura, são diferenciadas consoante as escolas/ turmas que apresentam maior índice criminalidade?
8. As ações de prevenção realizadas pela GNR/PSP, no âmbito do Programa Escola Segura, têm influência na comunidade escolar?
9. Na sua opinião, que fatores influenciam a prevenção da criminalidade em ambiente escolar?

APÊNDICE F – COMPOSIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Quadro n.º 9 – Composição e caracterização da amostra

Código	Identificação dos Entrevistados									
	Organização	Posto	Função	Habilitações Académicas	Sexo	Idade	Curso de especialização	Data	Hora	Modo
Entrevistas do Guião A										
E1	GNR	Guarda Principal	SPC do DTer de Guimarães	12.º Ano	M	36	Não	17/03/2020	14:06 - 14:40	Presencial
E2	GNR	Cabo	SPC do DTer de Braga	12.º Ano	M	43	Sim	18/03/2020	09:46 - 10:11	Presencial
E3	GNR	Guarda Principal	SPC do DTer de Braga	Licenciatura	M	38	Não	18/03/2020	10:36 - 10:59	Presencial
E4	GNR	Guarda Principal	SPC do DTer de Póvoa de Lanhoso	12º Ano	M	41	Não	19/03/2020	14:01 - 14:39	Presencial
E5	GNR	Cabo Chefe	SPC do DTer de Póvoa de Lanhoso	12º Ano	M	47	Não	19/03/2020	14:50 - 15:32	Presencial
E6	GNR	Guarda	SPC do DTer de Fafe	12º Ano	F	34	Não	23/03/2020	16:10 - 16:27	Telefónico
E7	GNR	Cabo	SPC do DTer de Fafe	12º Ano	M	44	Sim	30/03/2020	10:35 - 13:42	Telefónico
E8	GNR	Guarda Principal	SPC do DTer de Barcelos	12º Ano	F	33	Não	30/03/2020	15:14 - 15:51	Telefónico
E9	PSP	Agente Principal	Esquadra de Guimarães	12º Ano	M	53	Não	01/04/2020	17:16 - 17:51	Telefónico
E10	GNR	Guarda Principal	SPC do DTer de Barcelos	12º Ano	M	38	Sim	06/04/2020	11:06 - 11:27	Telefónico
E11	GNR	Guarda Principal	SPC do DTer de Póvoa de Lanhoso	12º Ano	M	42	Sim	08/04/2020	09:17 - 09:24	Telefónico
E12	GNR	Guarda	SPC do DTer de Guimarães	12º Ano	F	38	Sim	09/04/2020	-	Correio Eletrónico
E13	PSP	Agente Principal	Esquadra de Barcelos	12º Ano	M	46	Sim	15/04/2020	-	Correio Eletrónico
E14	PSP	Agente Principal	1ª Esquadra de Braga	12º Ano	M	40	Não	15/04/2020	-	Correio Eletrónico
E15	PSP	Chefe de Polícia	Esquadra de Vila Nova de Famalicão	12º Ano	M	54	Sim	15/04/2020	-	Correio Eletrónico

E16	PSP	Agente Principal	Esquadra de Guimarães	12º Ano	M	45	Sim	16/04/2020	-	Correio Eletrónico
E17	PSP	Agente Principal	Esquadra de Barcelos	12º Ano	M	45	Não	16/04/2020	-	Correio Eletrónico
E18	PSP	Agente Principal	1ª Esquadra de Braga	12º Ano	M	46	Sim	16/04/2020	-	Correio Eletrónico
Entrevistas do Guião B										
E19	Diretor do Agrupamento de Escolas de Vale do Tamel			Mestrado	M	50		19/03/2020		Correio Eletrónico
E20	Subdiretor do Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso			Licenciatura	M	54		19/03/2020		Correio Eletrónico
E21	Diretora do Agrupamento de Escolas de Celeirós			Licenciatura	F	53		21/03/2020		Correio Eletrónico
E22	Diretora do Agrupamento de Escolas de Celorico de Basto			Licenciatura	F	51		26/03/2020		Correio Eletrónico
E23	Diretora do Agrupamento de Escolas de Ribeirão			Mestrado	F	54		27/03/2020		Correio Eletrónico
E24	Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches			Mestrado	M	50		27/03/2020		Correio Eletrónico
E25	Subdiretor do Agrupamento de Escolas de Prado			Mestrado	M	44		31/03/2020		Correio Eletrónico
E26	Diretora do Agrupamento de Escolas de Mosteiro e Cávado			Mestrado	F	52		26/03/2020		Correio Eletrónico
E27	Diretor do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro			Mestrado	M	60		27/03/2020		Correio Eletrónico
E28	Diretora do Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar			Mestrado	F	57		26/03/2020		Correio Eletrónico
E29	Subdiretor do Agrupamento de Escolas			Mestrado	M	55		26/03/2020		Correio Eletrónico
E30	Diretor do Agrupamento de Escolas de Gondifelos			Licenciatura	M	53		26/03/2020		Correio Eletrónico
E31	Diretora do Agrupamento de Escolas Rosa Ramalho			Licenciatura	F	54		27/03/2020		Correio Eletrónico
E32	Diretor do Agrupamento de Escolas das Taipas			Mestrado	M	57		30/03/2020		Correio Eletrónico
E33	Diretor do Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo			Licenciatura	M	53		26/03/2020		Correio Eletrónico
E34	Diretor do Agrupamento de Escolas de Fragoso			Licenciatura	M	53		26/03/2020		Correio Eletrónico
E35	Diretor do Agrupamento de Escolas Alcaldes de Faria			Licenciatura	M	63		26/03/2020		Correio Eletrónico
E36	Adjunta da Diretora do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda			Mestrado	F	47		27/03/2020		Correio Eletrónico
E37	Diretor do Agrupamento de Escolas de Vila Verde			Licenciatura	M	52		26/03/2020		Correio Eletrónico
E38	Diretora do Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda			Mestrado	F	47		26/03/2020		Correio Eletrónico

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE G – CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA DO GUIÃO A

Quadro n.º 10 – Codificação Alfanumérica das respostas às entrevistas do Guião A

Questão (Q)	Categoria	Subcategoria	UR
1. Como é desenvolvido o Programa Escola Segura?	Desenvolvimento do PES	Viatura e apeado	1.A.1
		Apeado	1.A.2
		Viatura	1.A.3
2. Das ações que são desenvolvidas no âmbito do Programa Escola Segura, qual considera ser a mais eficaz?	Desenvolvimento do PES	Internet Segura	2.A.1
		<i>Bullying e Cyberbullying</i>	2.A.2
		Comportamentos aditivos	2.A.3
		Todas são eficazes	2.A.4
3. É elaborado algum planeamento de atividades e de articulação com as escolas?	Desenvolvimento do PES	Início do ano letivo	3.A.1
		Não é elaborado planeamento	3.A.2
4. Qual o meio de comunicação mais utilizado para solicitar uma intervenção em ambiente escolar?	Intervenção dos elementos do PES	Presencial	4.A.1
		Correio Eletrónico	4.A.2
		Via telefone	4.A.3
5. Existe alguma linha direta de atendimento no âmbito do Programa Escola Segura?	Intervenção dos elementos do PES	Contacto institucional	5.A.1
		Contacto direto para o PES	5.A.2
		Contacto pessoal dos elementos do PES	5.A.3
6. Quando existe uma ocorrência na escola, são sempre os elementos do Programa Escola Segura a atuar?	Intervenção dos elementos do PES	Nunca os elementos do PES	6.A.1
		Sempre os elementos do PES	6.A.2
7. Quais os principais fatores que considera serem potenciadores da	Fatores influenciadores da criminalidade	Redes sociais	7.A.1
		Condição económico-social	7.A.2
		Insucesso escolar	7.A.3

prática de crimes em ambiente escolar?		Pares	7.A.4
		Sentimento de impunidade	7.A.5
		Estrutura familiar	7.A.6
		Estupefacientes	7.A.7
		Bairros	7.A.8
8. Existe algum balanço final realizado com as escolas acerca das atividades desenvolvidas?	Desenvolvimento do PES	Existe balanço final	8.A.1
		Não existe balanço final	8.A.2
9. Existe alguma coordenação com os encarregados de educação?	Fatores influenciadores da prevenção da criminalidade	Existe coordenação	9.A.1
		Não existe coordenação	9.A.2
10. Fazem distinções, na frequência e direcionamento, das ações de prevenção consoante os índices de criminalidade escolar?	Ações de prevenção	Em frequência e direcionamento	10.A.1
		Em frequência	10.A.2
		Em direcionamento	10.A.3
		Não são diferenciadas	10.A.4
11. Há comunicação com elementos da Investigação Criminal antes e depois das ações?	Ações de prevenção	Não existe comunicação	11.A.1
		Existe comunicação informal	11.A.2
12. Na sua opinião e numa perspetiva futura, que propostas sugere para melhorar a prevenção da criminalidade através do Programa Escola Segura?	Fatores influenciadores da prevenção da criminalidade	Recursos humanos e materiais	12.A.1
		Autonomia das escolas	12.A.2
		Ações de prevenção	12.A.3
		Intervenção Uniforme	12.A.4
		Formação e atualização	12.A.5

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE H – CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA DO GUIÃO B

Quadro n.º 11 – Codificação Alfanumérica das respostas às entrevistas do Guião B

Questão (Q)	Categoria	Subcategoria	UR
1. Como é desenvolvido o Programa Escola Segura?	Desenvolvimento do PES	Equipa Educar para a Saúde	1.B.1
		Gabinete de Apoio ao Aluno e Família (GAAF)	1.B.2
		Direção das Escolas	1.B.3
		Coordenador de Estabelecimento	1.B.4
		Técnicos da Escola de Psicologia, Assistente Social e Mediadora Comportamental	1.B.5
2. Qual a perceção que tem relativamente às ações realizadas pela GNR/PSP no âmbito do Programa Escola Segura?	Desenvolvimento do PES	Dissuasoras	2.B.1
		Pedagógicas	2.B.2
		Positivas	2.B.3
3. É elaborado algum planeamento de atividades e de articulação com a GNR/PSP?	Desenvolvimento do PES	Início do ano letivo	3.B.1
		Decorrer do ano letivo	3.B.2
		Não é elaborado planeamento	3.B.3
4. Qual o meio de comunicação mais utilizado para solicitar uma intervenção em ambiente escolar?	Intervenção dos elementos do PES	Presencial	4.B.1
		Correio Eletrónico	4.B.2
		Via telefone	4.B.3
5. Tem conhecimento da existência de alguma linha direta de atendimento para a GNR/PSP no âmbito do Programa Escola Segura?	Intervenção dos elementos do PES	Contacto institucional	5.B.1
		Contacto direto para o PES	5.B.2
		Contacto pessoal dos elementos do PES	5.B.3
6. Quais os principais fatores que considera serem potenciadores da	Fatores influenciadores da criminalidade	Condição económico-social, financeira e cultural	6.B.1
		Redes sociais	6.B.2

prática de crimes em ambiente escolar?		Estrutura familiar	6.B.3
		Pares	6.B.4
		Faltas justificadas	6.B.5
		<i>Bullying</i>	6.B.6
		Insucesso escolar	6.B.7
		Estupefacientes	6.B.8
7. As ações da GNR/PSP no âmbito do Programa Escola Segura, são diferenciadas consoante as escolas/ turmas que apresentam maior índice criminalidade?	Ações de prevenção	Em frequência e direcionamento	7.B.1
		Em direcionamento	7.B.2
		Não são diferenciadas	7.B.3
8. As ações de prevenção realizadas pela GNR/PSP, no âmbito do Programa Escola Segura, têm influência na comunidade escolar?	Ações de prevenção	Influência positiva	8.B.1
		Efeito dissuasor	8.B.2
		Promoção de condutas corretas	8.B.3
		Efeito preventivo	8.B.4
9. Na sua opinião, que fatores influenciam a prevenção da criminalidade em ambiente escolar?	Fatores influenciadores da prevenção da criminalidade	Recursos humanos	9.B.1
		Frequência do patrulhamento	9.B.2
		Encarregados de educação	9.B.3
		Número de ações	9.B.4
		Ensino Superior	9.B.5
		Nada a referir	9.B.6

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE I – ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO GUIÃO A

Quadro n.º 12 – Matriz das unidades de contexto e de registo das respostas às questões do Guião A

Entrevistados	UC	UR
Questão n.º 1 - Como é desenvolvido o Programa Escola Segura?		
E1	“(…) a intervenção é feita em três níveis: dentro da escola, no exterior e no percurso até à casa do aluno. Normalmente fazemos só apeado. ”	1.A.2
E2	“ Fazemos auto , nos estamos sediados no centro da cidade, e a área é toda periférica à cidade.”	1.A.3
E3	“Nós fazemos quase tudo auto . À exceção das ações que são dentro da escola.”	1.A.3
E4	“(…) quando é aqui na Póvoa de Lanhoso fazemos apeado , nos outros conselhos é auto , até fazemos as entradas e saídas das escolas (…) regulamos o trânsito.”	1.A.1
E5	“Fazemos auto e apeado , mas privilegiamos o apeado , frequentemente fora nas entradas e saídas escolares e asseguramos que há um fluxo normal.”	1.A.1
E6	“É mais auto , porque nós temos de nos deslocar a escolas de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto.”	1.A.3
E7	“Realizamos uma atuação dentro e fora, e adequamos o auto com o apeado. ”	1.A.1
E8	“Por norma fazemos auto porque as escolas são um bocadinho distantes do destacamento (…) fazemos muitas intervenções fora e dentro das escolas.”	1.A.3
E9	“Vamos as escolas quando somos solicitados e aí usamos a viatura, nas ações é sempre de viatura também, apeado não fazemos (…) dentro e fora das escolas.”	1.A.3
E10	“(…) o policiamento é auto (…) não só nas imediações como no interior dos recintos escolares.”	1.A.3
E11	“Fazemos de forma auto e apeada (…) e fazemos dentro e fora das escolas.”	1.A.1
E12	“(…) normalmente é feito de forma mista, auto e apeada , principalmente dentro dos estabelecimentos de ensino.”	1.A.1
E13	“O patrulhamento é efetuado auto e apeado , fora do recinto escolar. As intervenções no interior são escassas, e em situações mais críticas, coordenado com a direção do estabelecimento em causa.”	1.A.1
E14	“(…) é desenvolvido em patrulhas dobradas que são feitas em viatura policial caracterizada e adstrita ao programa (…) sendo nesses momentos também efetuadas patrulhas apeadas nas áreas circundantes.”	1.A.1
E15	“(…) todos os elementos pertencentes ao Programa Escola segura, desenvolvem através do patrulhamento auto e apeado. ”	1.A.1
E16	“O Programa Escola Segura é essencialmente desenvolvido com o apoio de um carro caracterizado , e esporadicamente com o recurso a um motociclo também caracterizados , mas neste caso com dizeres alusivos à Escola Segura.”	1.A.3
E17	“(…) conforme a distância da escola poderá a deslocação ser feita de forma apeada ou auto . Geralmente no exterior da escola exceto quando solicitada a presença do agente no interior.”	1.A.1
E18	“O programa é realizado em modo auto e apeado , e dentro e fora dos recintos escolares.”	1.A.1
Questão n.º 2 - Das ações que são desenvolvidas no âmbito do Programa Escola Segura, qual considera ser a mais eficaz?		
E1	“(…) eu acho que são todas eficazes, uma vez que dão ao aluno ferramentas para se defender e pedir ajuda.”	2.A.4
E2		2.A.3

	“Provavelmente a questão dos consumos e no <i>bullying e cyberbullying</i> .”	2.A.2
E3	“ Todas as ações na sala de aula com alunos.”	2.A.4
E4	“(…) a da internet , dos problemas das redes sociais, tem maior importância.”	2.A.1
E5	“É o <i>bullying</i> .”	2.A.2
E6	“Palestras como Internet Segura (...), mas acabam por ser todas importantes.”	2.A.1
E7	“As ações em auditório para grandes grupos, porque chegamos ao maior número possível de alunos, sendo na generalidade importantíssimas.”	2.A.4
E8	“(…) uma semana em que é direcionada para internet , e a realidade dos miúdos tudo passa pela internet, é tudo através das redes sociais.”	2.A.1
E9	“Isso são todas que a Direção Nacional da PSP determina.”	2.A.4
E10	“Tudo, faz falta tudo , sendo que na SPC de Barcelos reestruturamos o nosso funcionamento (...) por temas por ano.”	2.A.4
E11	“Eu acho que são as de estupefacientes .”	2.A.3
E12	“(…) internet segura, bullying e cyberbullying, comportamentos aditivos , são as que mais se aplicam (...) de modo mais eficaz em função do contexto sociocultural local a atingir.”	2.A.1
		2.A.2
		2.A.3
E13	“(…) tendo em conta os locais identificados pela ocorrência de incivildades é o consumo de estupefacientes .”	2.A.3
E14	“As ações de sensibilização cujo feedback é deveras positivo, são as ações de prevenção das drogas e álcool, e o bullying .”	2.A.3
		2.A.2
E15	“(…) são as transgressões e possíveis consumos ilegais , a nível comercial como é o caso de cafés e salas de jogos com atenção especial para bebidas e tabaco .”	2.A.3
E16	“Dos muitos que se consideram essenciais e que hoje muitos nos preocupam, salientava o <i>cyberbullying</i> .”	2.A.2
E17	“(…) na generalidade são todas , é difícil destacar uma em particular.”	2.A.4
E18	“As temáticas sobre o consumo de estupefacientes , ao ponto de termos informação de retorno de alguns casos e são surpreendentes.”	2.A.3
Questão n.º 3 - É elaborado algum planeamento de atividades e de articulação com as escolas?		
E1	“(…) no início dos anos letivos entregamos o portefólio elaborado com as nossas atividades (...) e consoante as necessidades do agrupamento vão solicitando as ações.”	3.A.2
E2	“O nosso planeamento tem a ver com a orientação do portefólio (...) onde tem as atividades que pretendemos desenvolver e são de acordo com as escolas .”	3.A.2
E3	“(…) através do portefólio de atividades entregue às escolas (...) onde há escolas que tem um planeamento mais estruturado.”	3.A.2
E4	“(…) nós mandamos para escolas que temos ações daqueles temas e depois do que eles conseguem fazer metem os temas que eles entenderem (...) as escolas já tem tudo definido para o ano inteiro, mas nós não fazemos planeamento , oferecemos o portefólio no início do ano e as que querem incluem lá.”	3.A.2
E5	“A gente reúne com a escola e em datas específicas sem prejudicar as aulas fazemos as ações (...) outras são marcadas anualmente outras não, outras são inopinadas, nós é que reajustamos, não há planeamento .”	3.A.2
E6	“ Nós não , no início do ano letivo passamos pelo agrupamento (...) e depois eles precisam mesmo de fazer um planeamento (...) e mediante o planeamento deles eles pedem nos para nós passarmos nas escolas.”	3.A.2
E7	“Dentro das atividades que constam no portefólio, criado por mim, são as escolas que dentro das atividades que o coordenador pedagógico solicita aí damos o nosso contributo, mas são as escolas que solicitam quando necessitam .”	3.A.2
E8	“Sim, fazemos (...) mediante aquilo que nós oferecemos depois as escolas trabalham com o tema que acham mais pertinente, mas sempre planeado .”	3.A.1

E9	“(…) como as escolas tem os seus programas e nós no início do ano vamos começando a programar (…) e através dos mapas mensais vamos atuando (…) nós vamos agendando porque já sabemos que vai vir a diretiva nacional.”	3.A.1
E10	“ Fazemos , nós temos agendamento das atividades anuais, temos ideia do que queremos fazer e de acordo com a nossa disponibilidade, dado que temos 25500 alunos da nossa conta, temos de ter essa política de agendamento. ”	3.A.1
E11	“(…) temos de nos sujeitar às escolas , que depois as escolas têm o planeamento e nós vamo-nos adaptando conforme conseguimos.”	3.A.2
E12	“ Não , porque a resposta da escola varia e depende de muitos fatores, experiência dos docentes em trabalhar com o SPC, dinamismo dos docentes, ano letivo, existência de estruturas escolares como auditórios, etc., sendo que metade dos agrupamentos faz um planeamento de atividades e a outra metade vai solicitando atividades em função dos problemas que vão aparecendo na escola.”	3.A.2
E13	“ Não , nos início dos anos letivos, são apresentados às escolas o plano de ações de sensibilização, para programação do ano, e esporadicamente articulado reforço de policiamento para prevenção/extinção de alguns comportamentos inadequados.”	3.A.2
E14	“ Sim , aqui só trabalhamos mediante um planeamento realizado em reuniões no início do ano letivo juntamente com a direção e psicólogos dos respetivos agrupamentos, onde são delineadas estratégias de intervenção tendo por base as problemáticas do ano letivo transato.”	3.A.1
E15	“Tudo com base em planeamento , para além das várias diretivas da DN/PSP relativamente ao planeamento das diversas atividades e de articulação com a escolas difundidas a nível nacional, as EPES promovem, de forma concertada com os respetivos parceiros e com os representantes de outras entidades consideradas relevantes a nível local.”	3.A.1
E16	“No início de cada ano fazemos um planeamento com as escolas que nos querem receber, e desenvolvemos ações de sensibilização junto dos alunos das escolas e quando no seio das mesmas ocorra algum tipo de comportamento inadequado.”	3.A.1
E17	“Existe um plano anual para ações de sensibilização, que em conjunto com as escolas fica logo definido e planeado. ”	3.A.1
E18	“A nossa intervenção rege-se por um planeamento , que superiormente é aprovado.”	3.A.1
Questão n.º 4 - Qual o meio de comunicação mais utilizado para solicitar uma intervenção em ambiente escolar?		
E1	“Sem dúvida o telefone , eles tem os nossos contactos pessoais, se bem que o e-mail também é muito utilizado.”	4.A.3 4.A.2
E2	“Preferencialmente é o e-mail. ”	4.A.2
E3	“É a forma presencial, telefone e e-mail. ”	4.A.1 4.A.3 4.A.2
E4	“É normalmente o e-mail. ”	4.A.2
E5	“(…) sempre o telemóvel e email. ”	4.A.3 4.A.2
E6	“É quase sempre a chamada telefónica , ou para mim ou para o cabo.”	4.A.3
E7	“É o telefone de serviço aqui do SPC de Fafe.”	4.A.3
E8	“(…) o e-mail. ”	4.A.2
E9	“É o contacto pessoal. ”	4.A.1
E10	“ E-mail e telefone. ”	4.A.2 4.A.3
E11	“É mais pelo telefone e às vezes presencial. ”	4.A.3 4.A.1
E12	“Principalmente por telefone , mas o e-mail também é muito frequente.”	4.A.3 4.A.2
E13	“É o telefone , na maioria das vezes.”	4.A.3

E14	“(…) a comunicação para intervenção é feita via telefone para a central rádio deste comando (…) ou se for uma intervenção coordenada, agendada essa prévia comunicação é feita por correio eletrónico. ”	4.A.3
		4.A.2
E15	“O meio utilizado para solicitar a intervenção em ambiente escolar geralmente é o telefone através da central rádio. Para a realização de ações de sensibilização é usado o email próprio da escola segura.”	4.A.3
		4.A.2
E16	“O meio de contacto mais utilizado é o telefone. ”	4.A.3
E17	“Pelo telefone para a Esquadra ou pelo e-mail. ”	4.A.3
		4.A.2
E18	“O meio mais utilizado é o e-mail da escola segura.”	4.A.2
Questão n.º 5 - Existe alguma linha direta de atendimento no âmbito do Programa Escola Segura?		
E1	“A secção tem um telemóvel de serviço. ”	5.A.2
E2	“Temos o contacto de serviço , que é o telemóvel que me acompanha.”	5.A.2
E3	“Nós temos contacto direto. ”	5.A.2
E4	“Nós temos um telefone de contacto que nos está atribuído, o telemóvel é que é um telemóvel antigo.”	5.A.2
E5	“Existe o telemóvel de serviço. ”	5.A.2
E6	“Temos é o telemóvel de Serviço (…) mas vou lhe ser muito sincero todos eles ou ligam para o meu ou para o do Cabo”	5.A.2
E7	“Sim, o telefone do SPC. ”	5.A.2
E8	“Nos temos aqui um telemóvel de serviço do SPC.”	5.A.2
E9	“ Não (…) não é elegante não ceder os nossos contactos se os presidentes das direções de escola todos eles cedem os contactos pessoais (...), há essa proximidade.”	5.A.3
E10	“ Telefone de serviço cujo contacto nós fazemos questão que todos os intervenientes com responsabilidades nos agrupamentos tenham (...) temos essa política de os manter com esse contacto atualizado.”	5.A.2
E11	“Sim, é o telefone do SPC. ”	5.A.2
E12	“Sim, temos um telemóvel de serviço direcionado para o Programa Escola Segura e a maioria dos Diretores têm o nosso número de telefone pessoal , por forma a agilizar o contacto.”	5.A.2
E13	“ Não existe , por norma damos o da divisão.”	5.A.1
E14	“(…) nas reuniões de início de ano letivo, são partilhados os contactos quer privados, quer profissionais sendo estabelecido critérios de utilização, garantindo sempre meios e canais de comunicação entre escola e Polícia.”	5.A.2
		5.A.3
E15	“Os elementos afetos às EPES têm um telemóvel cujo número é dados às responsáveis das escolas e em caso de ocorrências podem ligar diretamente para os mesmo.”	5.A.2
E16	“A linha mais direta para o contacto dos elementos da escola segura é o telefone da Divisão de Guimarães , mas o que muitos dos Diretores de escola têm usado é o meu contacto pessoal. ”	5.A.1
		5.A.3
E17	“Desconheço, mas acho que não, todos me ligam para o contacto pessoal. ”	5.A.3
E18	“Recorro tal como os restantes elementos ao contacto pessoal , dada a abertura que temos com os Diretores das escolas.”	5.A.3
Questão n.º 6 - Quando existe uma ocorrência na escola, são sempre os elementos do Programa Escola Segura a atuar?		
E1	“Não, nós tentamos não participar nas ocorrências . O objetivo é prevenir a criminalidade e centramos o trabalho na prevenção e não de polícia mau para ganhar confiança.”	6.A.1
E2	“Se estivermos de serviço e tendo disponibilidade procuramos ser nós a deslocarmo-nos às escolas.”	6.A.2
E3	“Os colegas do territorial não tem a mesma sensibilidade, o posto atua, mas se a gente puder sermos nós a ajudar a escola, é isso que a gente faz. ”	6.A.2
E4	“(…) nós vamos quando podermos , e quando temos disponibilidade.”	6.A.2

E5	“As vezes os Diretores ligam e vamos pra lá , outras ligam pro posto e vai a patrulha tomar conta da ocorrência.”	6.A.2
E6	“Não, é sempre a patrulha às ocorrências que tomam conta da situação e depois vai para o Comandante de Destacamento e vê o que nós temos que fazer.”	6.A.1
E7	“Não, vai a patrulha e depois seguidamente vamos atuar mais em determinada temática que envolveu a ocorrência criminal.”	6.A.1
E8	“Se estivermos em Esposende e acontece em Famalicão é impossível para nós conseguir ir, e aí pedimos o apoio do piquete (...) asseguramos as ocorrências nas escolas nos conselhos que estamos a patrulhar.”	6.A.2
E9	“(…) na medida dos possíveis somos nós que vamos (...) é o elemento da escola segura porque só temos mesmo aquilo (...) nós temos disponibilidade, e até são faixas etárias muito sensíveis (...) e para desmistificar do que se falava noutros tempos (...) o programa tem mesmo essa função de aproximar a sociedade e a sociedade ver a polícia como um parceiro.”	6.A.2
E10	“ Quando nos é solicitado e temos disponibilidade em lapso de tempo para isso vamos, caso contrário fazemos o encaminhamento para o comandante do posto responsável pela zona de ação.”	6.A.2
E11	“Se estivermos presentes nós vamos , senão vai a patrulha.”	6.A.2
E12	“Não, normalmente é a patrulha às ocorrências , tentamos não participar nas ocorrências, a nossa principal missão é a prevenção não a reação (...) fazemos é a monitorização e acompanhamento das ocorrências, por forma a melhor direcionar as ações de sensibilização.”	6.A.1
E13	“ Sim , exceto se não houver nenhum elemento afeto ao programa de serviço.”	6.A.2
E14	“ Sim , com exceção pontual se, a equipa Escola Segura estiver ocupada com outra situação ou, não esteja de serviço, sendo esta última muito remota.”	6.A.2
E15	“Geralmente são sempre os elementos das EPES que tomam conta de todas as ocorrências.”	6.A.2
E16	“ São sempre os elementos da escola segura a ocorrer a qualquer solicitação numa escola, desde que os mesmos estejam disponíveis, caso contrário é ativado o carro patrulha que estiver de serviço.”	6.A.2
E17	“ Sim , mas poderá acontecer na hora da ocorrência não estarem presentes os elementos afetos a este programa.”	6.A.2
E18	“ Sim , salvo se por alguma situação estes não estejam disponíveis.”	6.A.2
Questão n.º 7 - Quais os principais fatores que considera serem potenciadores da prática de crimes em ambiente escolar?		
E1	“Na nossa zona de ação temos escolas rurais e escolas de áreas suburbanas e nota se a diferença (...) mas é a droga (...), acompanhamento dos pais não é tão presente e o insucesso escolar .”	7.A.7
		7.A.6
		7.A.3
E2	“É a questão socio económica , e a questão familiar , onde ambos os pais trabalham e não tem tanta disponibilidade para o filho.”	7.A.2
		7.A.6
E3	“(…) pressão dos pares sem dúvida (...) grande parte das escolas é a retaguarda familiar que não é mais indicada (...) acrescido do sentimento de impunidade .”	7.A.4
		7.A.6
		7.A.5
E4	“É sempre o seio familiar , noventa e nove por cento é do meio familiar que deixa muito a desejar.”	7.A.6
E5	“ Sensação de impunidade pela falta de resposta pelo sistema (...) a resposta não é adequada (...) porque o jovem é apanhado e vai à comissão e volta e vai pra juntos dos colegas feito herói.”	7.A.5
E6	“(…) muitas das vezes são aquelas situações que as crianças vêm em casa (...) aquilo é normal e acabam por repetir aquilo que vêm.”	7.A.6
E7	“É o seio familiar sem dúvida.”	7.A.6
E8	“(…) falta de maturidade no uso das redes sociais e depois aliado ou não a isso é a falta de estruturação familiar .”	7.A.1
		7.A.6
E9	“(…) onde há muitos bairros sociais , habitados por indivíduos de etnia cigana.”	7.A.8

E10	“Essencialmente, o que explica isso é a fraca retaguarda familiar , explica muito aquilo que é a problemática da comunidade escolar em todos os locais.”	7.A.6
E11	“Eu acho que é a falta de educação em casa (...) é o que leva muitas vezes a haver problemas.”	7.A.6
E12	“(…) a desestrutura familiar , pois percebemos que normalmente quando uma criança apresenta problemas criminais, também tem problemas em casa ou falta de acompanhamento familiar .”	7.A.6
E13	“Na minha opinião, é a desigualdade social que se verifica.”	7.A.2
E14	“A meu ver, o fator mais relevante, preponderante para que ocorra prática de crimes em ambiente escolar é o fator familiar .”	7.A.6
E15	“Atualmente existe um enorme fenómeno relacionado com o cibercrime e o uso indevido das redes sociais , relacionados com a devassa da vida privada e do uso indevido da imagem. Existe ainda alguns fenómenos relacionados com o uso de substâncias aditivas legais e ilegais .”	7.A.1
		7.A.7
E16	“Pela experiência que fui adquirindo ao longo dos tempos, afigura-se-me que a desestruturação familiar é o fator que mais tem pesado no mau comportamento de alguns alunos.”	7.A.6
E17	“O principal fator, será quando em casa existe uma família completamente destruída .”	7.A.6
E18	“(…) o uso de estupefacientes por parte de alguns grupos escolares.”	7.A.7
Questão n.º 8 - Existe algum balanço final realizado com as escolas acerca das atividades desenvolvidas?		
E1	“(…) não, com as escolas não fazemos nenhum balanço .”	8.A.2
E2	“ Fazemos , principalmente nas secundárias e escolas profissionais (...) onde é elaborado um relatório para percebermos qual o impacto das nossas ações dentro da própria escola (...) no final de cada ano fazemos um relatório e recebemos um relatório para perceber quais foram as incidências e as questões que ficaram resolvidas pela nossa intervenção.”	8.A.1
E3	“ Fazemos , costumamos fazer inquéritos pré e pós todas as sessões (...) e temos uma escola que se propõe a fazer relatório final de ano dessas ações contrapondo com o número de ocorrências desse ano letivo. Medida muito importante que devia ser implementada, porque até para nos próprios é bom.”	8.A.1
E4	“Todas as escolas têm uma reunião que fazem (...) para eles é obrigatório, nós não (...) mas achava importante começarmos a fazer isso com a escola.”	8.A.2
E5	“ Geralmente não , quem faz é a escola.”	8.A.2
E6	“Não, não fazemos (...) mas às vezes temos Diretores que nos dizem que as coisas no final do período correram bem, mas seria bom.”	8.A.2
E7	“ Não , no fundo é um trabalho e um balanço contínuo, vamos trocando com os Diretores pedagógicos e com as direções das escolas e vão-nos dando a opinião se a intervenção diferenciada valeu a pena (...) mas poderia ser feito até.”	8.A.2
E8	“(…) à escola não (...) por acaso nunca fizemos, mas até me está a dar uma boa ideia, acho que nunca fizemos isso.”	8.A.2
E9	“ Não , mas todos os dias fazemos o plano de atividades.”	8.A.2
E10	“(…) sim , essencialmente quando nos propomos a tentar alterar determinados comportamentos da comunidade escolar apresentamos isso com resultados, temos o <i>background</i> e a extração do <i>briefing</i> da nossa atuação e reagrupamos (...) apresentamos isso como número porque as escolas não têm conhecimento que aconteceu um crime (...) e porque depois há outra força de segurança que recebe queixas na nossa zulo alfa e nós não conseguimos reunir esses dados.”	8.A.1
E11	“ Fazemos , não com todas, mas com algumas fazemos .”	8.A.1
E12	“Não, não existe balanço final realizado com as escolas, só um balanço interno na Guarda.”	8.A.2
E13	“Nós aqui não fazemos nenhum balanço final .”	8.A.2

E14	“Sim, todos os anos letivos, as escolas que estão adstritas á PSP de Braga, os psicólogos que integram as equipas escolares de cada agrupamento, fazem e comunicam o balanço das intervenções/ações efetuadas pela Polícia. ”	8.A.1
E15	“A todos os estabelecimentos de ensino no final do ano entregamos os dados provenientes da plataforma que regista todas as ocorrências escolares, ações de sensibilização, formação e atividades desenvolvidas”.	8.A.1
E16	“O ponto de situação vai-se fazendo de modo informal ao longo do ano letivo. É de salientar que algumas escolas têm dificuldade em expor as suas fragilidades pelo facto de ser um fator de afastamento de novas candidaturas.”	8.A.2
E17	“ Desconheço por total qualquer balanço, aqui não fazemos. ” .	8.A.2
E18	“ Sim, existe reuniões com os Agrupamentos Escolares, para fazer um balanço no final do ano letivo.”	8.A.1
Questão n.º 9 - Existe alguma coordenação com os encarregados de educação?		
E1	“ Existem bastantes , mas são propostas apenas pelos agrupamentos, e cada agrupamento é um universo diferente (...) normalmente as ações tem pouca aderência e poucos participantes. Os pais que deveriam participar não vêm.”	9.A.1
E2	“(…) é nomeado um pai como um representante dos encarregados de educação e é com esse que articulamos as ações e fazemos atividades para os pais apos período letivo, fazemos bastantes ao longo do ano. ”	9.A.1
E3	“ Fazemos para os pais e com os pais , mas por norma são organizadas pela escola.”	9.A.1
E4	“ Nós tínhamos internet para os pais, mas posso lhe dizer que as ações que nós marcamos não aparece ninguém.”	9.A.2
E5	“ Fazíamos ações de sensibilização , mas a verdade é que os pais não querem saber nem aparecem (...) deve responsabilizar-se os pais (...) e a GNR não devia ir à escola ensinar os pais, eles têm de ter a responsabilidade de criar os filhos.”	9.A.2
E6	“ Já fizemos (...) e são os professores que nos pedem (...) o que costumamos fazer é marcar essas ações para um final do período, ou seja o pai vai buscar as notas à escola (...) porque se não for assim os pais não aparecem (...) porque já nos aconteceu marcar ações e não aparecer lá ninguém.”	9.A.1
E7	“(…) no momento estratégico, quando os encarregados de educação vão receber as notas nós combinamos com a direção e trinta minutos antes (...) tudo planeado, apresentamos o que queremos transmitir , só assim porque aí eles são obrigados a levantar as notas e apanhamo-los aí de surpresa.”	9.A.1
E8	“ Há ações de sensibilização que são direcionadas aos encarregados de educação, mas aderem pouco.”	9.A.1
E9	“ Não . Os pais fazem comunicação à escola e a escola comunica-nos.”	9.A.2
E10	“ Sim , a nossa abordagem à comunidade escolar visa não só os alunos, assim como os encarregados de educação e nos últimos dois anos temos tido também uma ação formativa para o corpo docente e os demais colaboradores adultos da comunidade escolar (...) temos feito uma sensibilização a esses adultos que depois disso (...) eles já detetam determinadas situações.”	9.A.1
E11	“ Nós fazíamos , mas o que nós cá temos é que quando é para os pais eles não aparecem, e nós fazíamos e as escolas pediam a nossa colaboração e até ficavam envergonhadas.”	9.A.2
E12	“ Desenvolvemos ações de sensibilização dirigidas para encarregados de educação, no entanto a participação dos pais é muito reduzida.”	9.A.2
E13	“ Não , esporadicamente em casos concretos há articulação para resolução de problemas, exemplo do <i>bullying</i> , mas não se verifica grande adesão dos encarregados de educação nas ações de sensibilização propostas para os mesmos.”	9.A.2

E14	“(…) com os pais diretamente só em caso de alguma ocorrência em que o descende esteja diretamente envolvido.”	9.A.2
E15	“Atualmente existe reuniões com as direções dos encarregados de educação e as EPES que nos transmitem os problemas por eles detetados e nos obriga a tomar providências ao nível da pro atividade, de forma a prevenir e acautelar as ilicitudes e incivildades evidenciadas.”	9.A.1
E16	“A nossa intervenção é feita essencialmente em articulação com as direções, não com os pais.”	9.A.2
E17	“Só é feito contacto com os encarregados de educação, quando o educando é sinalizado pela prática ou suspeito de atos criminais.”	9.A.2
E18	“ Por vezes efetuam-se ações de sensibilização para encarregados de educação, mas os que teriam mais interesse em comparecer são aqueles que nunca participam.”	9.A.1
Questão n.º 10 - Fazem distinções, na frequência e direcionamento, das ações de prevenção consoante os índices de criminalidade escolar?		
E1	“São dadas em sala de aula ou auditório às turmas que a escola achar pertinente , elas é que decidem (...). Há escola que sugerem turma a turma e outras em auditório juntando quatro turmas lá dentro.”	10.A.3
E2	“(…) tentamos perceber os fenómenos que ocorrem em cada uma delas e direcionarmos as nossas ações de sensibilização para cada um desses fenómenos (...) temos escolas que não precisamos de estar tão próximos e outras que temos de estar todos os dias.”	10.A.1
E3	“Nós não fazemos distinção , apenas fazemos ações pontuais a escola com determinado problema (...) é sempre à solicitação da escola.”	10.A.4
E4	“ Costumamos porque são eles que pedem quando ocorrem mais crimes.”	10.A.2
E5	“ Sim , há casos que Diretores pedem para ir a turmas específicas , e temos em atenção escolas profissionais e é onde atuamos mais vezes .”	10.A.3
E6	“ Não , nós tentamos passar por todas as escolas e depois vamos aquelas que os professores nos solicitam (...) porque há Diretores que não gostam de ver a guarda na escola.”	10.A.4
E7	“Uma vez que são as escolas a solicitar não podemos fazer essa distinção , porque temos um Diretor de agrupamento que há mais de 10 anos não quer que a GNR entre na escola, para não dar uma má imagem.”	10.A.4
E8	“Fazemos mais ações, mais policiamento à escola profissional, onde geograficamente está colocada num sítio problemático (...) nós adequamos à realidade de cada escola .”	10.A.1
E9	“A nossa presença dissuasora (...) mas antecipamo-nos sempre e marcamos a presença mais naquela escola que vai aumentando a criminalidade (...) há essa preocupação de acorrermos às escolas que dão mais problemas .”	10.A.1
E10	“ Sim (...) e adequamos na nossa postura, no nosso comportamento, na nossa assertividade de acordo com essas realidades, ou seja, eu não tenho a mesma abordagem na zulo alfa de Esposende como tenho na zulo alfa de Famalicão.”	10.A.1
E11	“Passamos por todas, mas incidimos mais onde há mais problemas, mas passamos por todas, não da mesma forma, por isso incidimos mais nas que nos podem trazer mais problemas .”	10.A.2
E12	“ Sim , direcionamos para as escolas com mais problemas de criminalidade as ações de prevenção. Por norma, também são essas as escolas mais expeditas em solicitar a nossa intervenção .”	10.A.1
E13	“ Sim , fazemos apenas em direcionamento .”	10.A.3
E14	“ Não , esse tipo de distinção não se verifique porque, poderíamos cair no erro de benefício de umas escolas em deterioramento de outras quando, a causa desse índice de criminalidade poderá ser devido a frequência de um grupo restrito de população com particularidades especiais.”	10.A.4
E15	“Obviamente que nos megas agrupamentos teremos um policiamento mais direcionado para a vertente da criminalidade com a participação mais ativa de forma a promover um forte sentimento de segurança a toda a comunidade educativa.”	10.A.3

E16	“ Não existe , a menos que dentro de uma escola ou nas imediações da mesma, ocorrem situações que requerem a nossa presença de forma mais assídua, efetivamente a nossa presença será mais visível nessa escola até que as coisa acalmem.”	10.A.4
E17	“ Não , as ações são efetuadas de forma aleatória .”	10.A.4
E18	“Aqui não existe esse método de operar.”	10.A.4
Questão n.º 11 - Há comunicação com elementos da Investigação Criminal antes e depois das ações?		
E1	“ Sim , tentamos servir como elo de ligação entre as escolas e o NIC (...) se existir necessidade formalmente fazemos informação de serviço.”	11.A.2
E2	“(…) aqui fazemos algumas ações com os binómios e antes de as fazer comunico sempre ao NIC até no sentido de perceber se eles querem ou não que eu faça, porque pode haver ali alguma questão que eles já estejam em investigação que eu não tenha conhecimento (...) eles vão me dizer é pertinente ou não é pertinente (...) e vamos lhe passando esta informação muitas das vezes em off como é obvio, não é informação colocada no papel .”	11.A.2
E3	“(…) quando obtemos informações que sejam relevantes, mas como não há nada formal , apenas só falamos.”	11.A.2
E4	“(…) fazemos informação de serviço (...) a articulação é feita, mas mais formal não existe .”	11.A.2
E5	“Já tivemos casos onde fizemos informação de serviço, mas articulamos de forma informal , e o NIC também nos pedem informações, há partilha de informação.”	11.A.2
E6	“(…) nós só comunicamos se eventualmente formos à escola e tivermos informação, depois falamos com os colegas quando lá chegamos e se for de interesse deles, fazemos relatório de serviço (...) não é formal .”	11.A.2
E7	“(…) o nosso modo de operar é ir ao comandante de destacamento e depois ele é que decide se vai ser feito ou não o relatório de serviço, mas quase sempre é informal .”	11.A.2
E8	“(…) comunicamos quer formalmente para ficar registado e informalmente , aliás até o meio mais privilegiado (...) e passamos a informação porque temos boa relação com eles e com o comandante de destacamento para os pôr a par destas situações.”	11.A.2
E9	“(…) para a coisa funcionar bem nós aconselhamos as escolas a mandar email para a Polícia de Segurança Pública e assim fica vinculado, elucidamos as escolas para mandar um email para o comandante da divisão e depois este reencaminha para a investigação e depois na medidas dos possíveis eles irão trabalhar aquilo se acharem que deva ser trabalhado.”	11.A.1
E10	“Eventualmente há algum trabalho de parceria (...) mas é informal , se bem que apresentam na mesma resultados.”	11.A.2
E11	“Falamos quando se trata principalmente de estupefacientes (...) temos muita colaboração informal com eles.”	11.A.2
E12	“Sim, de forma informal e se necessário de forma formal com informações de serviço.”	11.A.2
E13	“ Não . Apenas em ocorrências criminais envolvendo a comunidade escolar é que tem de existir partilha de informação.”	11.A.1
E14	“Sim, sempre que se justifique quer por parte dos elementos da escola segura quer por parte dos elementos da investigação criminal há partilha de conhecimento e de interajuda, porque até temos o contacto pessoal deles, tendo as ações sempre o contributo de ambos.”	11.A.2
E15	“Nas ocorrências relacionadas com a comunidade escolar na primeira linha avança os elementos afetos às EPES e se for necessária a valência da investigação criminal, é obvio que passará para a sua esfera de competências.”	11.A.1
E16	“ De modo formal não , o que ocorre é que sempre que saímos para a rua em missão de serviço estamos, em termos de comunicações, ligados em rede. Se, em algum momento for preciso reportar aos elementos da	11.A.2

	Investigação Criminal quaisquer situação a mesma ser-lhes-á comunicada.”	
E17	“ Não em caso de ações de sensibilização , sim quando praticado crimes.”	11.A.1
E18	“Sim através de vias informais , expediente informal com contacto pessoal, informação nossa e por vezes com as vítimas e os suspeitos.”	11.A.2
Questão n.º 12 - Na sua opinião e numa perspetiva futura, que propostas sugere para melhorar a prevenção da criminalidade através do Programa Escola Segura?		
E1	“Há quase necessidade de impor a nossa ação à escola, pelo que as escolas é que deviam ter obrigatoriedade de nos solicitar a nós (...) há outras que não querem saber, ou a direção dizia que não havia necessidade de a GNR intervir (...) e é importante que entre a GNR e o Ministério da Educação existisse uma planeamento partilhado , porque há total autonomia das escolas e cada agrupamento é que trabalha da forma que acha melhor .”	12.A.2
	“(…) recursos humanos são fundamentais.”	12.A.1
	“(…) é muito difícil tentar meter tudo que é internet segura em dois dias por exemplo.”	12.A.3
E2	“(…) mais efetivo , o problema que temos é que dois elementos são pouco e para aquilo que as escolas nos pedem.”	12.A.1
	(...) tenho aqui um Diretor que se não fosse pelo Vice-diretor se calhar não entrava lá porque ele não olha para a guarda como um parceiro , ao ponto perguntar e querer perceber porque queríamos estar dentro da escola (...) afeta o ranking, e se o Diretor não tiver preocupado com a comunidade escolar, isto não nos vai facilitar a vida.”	12.A.2
	“(…) a intervenção deveria ser uniforme , este portefólio devia estar vertido numa NEP (...) termos uma orientação definida , com um nível de intervenção que devemos ter, porque os problemas das escolas são transversais a nível nacional, devia de haver uma orientação mais fidedigna onde dizia e toda a gente obedece a estes critérios para que as coisas fossem realizados dessa forma.”	12.A.4
	“O Programa Escola Segura é desenvolvido quer por nós, quer pela PSP, que são completamente antagónicos aqui em Braga, com formas de intervenção completamente diferentes (...) devia ser uma orientação única e usarem a mesma planificação que nós por exemplo.”	12.A.4
E3	“(…) a nossa ação depende do Diretor da escola , onde temos um agrupamento que entregámos o portefólio como em todas as escolas diz que vai agendar, e desde 2013 que nunca agendou nada.”	12.A.2
	“(…) o efetivo é muito pouco (...) e tem de haver equipamento atualizado e não um telemóvel de teclas arcaico.”	12.A.1
	“(…) a falta de formação .”	12.A.5
	“Necessidade de uniformizar a forma de trabalho (...) porque o programa é o mesmo em todas as escolas, mas o da GNR é diferente.”	12.A.4
	“Ordem superior a dizer que uma aula de educação para a cidadania fosse ministrada por nós , aí já conseguíamos ir a todas as escolas.”	12.A.3
E4	“As escolas funcionam como aqui chamamos às quintas, onde temos Diretores à vinte ou trinta que só querem dar bons resultados, e sabem que se formos vamos apanhar droga e não nos querem lá .”	12.A.2
	“(…) o problema é a formação que nós temos que é zero (...) a formação é pessoal e uma pessoa tem de se adaptar, porque não temos formação .”	12.A.5
	“A Guarda determina que temos de falar na violência no namoro, e a apresentação nunca nos foi enviada, não existe (...) a apresentação de cyberbullying é de 2015 por exemplo (...) superiormente naquelas datas temos que enviar fotos das ações , mas as escolas não querem nessas datas (...) e talvez trabalhar tudo num dia certo com as escolas tinha mais lógica.”	12.A.3
E5	“(…) parcerias com a rádio para divulgar conselhos para os jovens ouvir (...) e as temáticas abordadas em vez de serem num mês se fossem articuladas em dois ou três dias tinham maior impacto.”	12.A.3
	“Sem dúvida que a formação é muito importante e tem de se investir.”	12.A.5

	“Melhorar a parte logística (...) temos uma viatura com quase 300 mil quilómetros (...) porque trabalhamos a imagem e não é favorável.”	12.A.1
E6	“(…) mais meios e mais materiais .”	12.A.1
	“Há Diretores que não gostam de ver a Guarda na escola , e às vezes há situações que até havia necessidade de intervir em turmas, mas se o Diretor não autorizar, não podemos fazer nada .”	12.A.2
E7	“ Formação contínua e orientação, a nível de comando geral (...) formação na comunicação, devia existir (...) as novas temáticas não têm qualquer tipo de enquadramento dado pela cadeia hierárquica, temos de ser autodidatas (...) uma vez por ano reunirem presencialmente todos os SPC para haver uma troca e partilha de ideias e informação .”	12.A.5
	“As SPC têm um <i>modus operandi</i> todas diferentes e isso está mal.	12.A.4
	“(…) o efetivo é muito reduzido.”	12.A.1
	“As apresentações poderiam ser melhoradas .”	12.A.3
	“Ser difundido o portefólio a nível nacional, uma vez que o Comando de Braga é o único que possui um portefólio que foi criado por mim (...) assim era a primeira ferramenta que ia orientar quem faz o planeamento das escolas, e aí já faz com que haja aproximação de atuação no terreno.”	12.A.4
	“Existir uma premissa legal que obrigasse os Diretores das escolas a comunicar o que se passa (...) há mais de 10 anos que não entramos lá (...) não querem ver a imagem da escola manchada por causa do ranking.”	12.A.2
E8	“Só se consegue trabalhar se tiver recursos eficientes (...) três militares com apenas uma viatura, por muito que demos o nosso melhor nunca conseguimos suprir todas as necessidades que existem (...) mais meios , numa secção só temos um computador e somos três militares e temos de esperar uns pelos outros para trabalhar.”	12.A.1
	“(…) a formação ser mais continua, para nos mantermos atualizados.”	12.A.5
	“Alguns Diretores (...) não querem ver o nome das escolas associadas a má publicidade, e não gostam de ver a Guarda por ali (...) assumindo-se até como escolas que não precisavam da GNR.”	12.A.2
E9	“ Mais agentes e meios é sempre bom para fazer reforço ao programa.”	12.A.1
E10	“(…) apreende-se com os recursos humanos , o nosso rácio anda à volta de 7500 alunos por cada militar.”	12.A.1
E11	“ Recursos humanos é necessário, nos somos três e é insuficiente para o motivo da secção.”	12.A.1
E12	“Uma aposta nos recursos humanos é fundamental (...) quer aumentando o efetivo.”	12.A.1
	“(…) apostar na formação interna , só assim podemos conseguir ter êxito.”	12.A.5
	“(…) haver entre a GNR e o Ministério da Educação uma melhor articulação, porque há escolas que não gostam da presença da GNR e são poucas as dinâmicas em trabalhar com parceiros exteriores à escola.”	12.A.2
	“A forma como são conduzidas as operações da Guarda, centrando a exploração de temáticas num período de tempo muito curto não é positivo.”	12.A.3
	“Divulgar um portefólio uniforme de ações de sensibilização a nível nacional, para uniformizar a forma de operar das SPC`S.”	12.A.4
E13	“ Haver um reforço de meios humanos , fomentar ambientes de maior partilha de informação e aceitação entre os EE e as forças de segurança, principalmente quando há necessidade de intervenção no interior do recinto escolar.”	12.A.1
		12.A.3
E14	“(…) para tal acontecer, deve haver um maior empenho e esforço por parte da tutela em reforçar o efetivo , dotá-los com meios materiais, formações constantes para acompanhamento das tecnologias e conhecimento para que não se tornem “obsoletos.”	12.A.1
		12.A.5
E15	“A nível local torna-se necessário reforçar o serviço com mais elementos afetos às EPES.”	12.A.1

E16	“Quanto a mim o programa é, em termos de eficiência suficientemente e ajustado, talvez uma forma de lhe acrescentar uma mais valia seria, na medida dos possíveis, adquirir uma viatura caracterizada com dísticos alusivos ao referido programa, como a que já existiu noutros tempos.”	12.A.1
E17	“ Melhores meios materiais , e mais abertura no que diz respeito a formalidades para que o serviço seja menos burocrático. Melhores meios didáticos para as ações de sensibilização assim como para as mostras que fazemos na apresentação nas feiras para a área vocacional para o mercado de trabalho.”	12.A.1
		12.A.2
E18	“ Mais meios materiais e mais visibilidade do trabalho desenvolvido pelos elementos da Escola Segura.”	12.A.1

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE J – ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO GUIÃO B

Quadro n.º 13 – Matriz das unidades de contexto e de registo das respostas às questões do Guião B

Entrevistados	UC	UR
Questão n.º 1 - Como é desenvolvido o Programa Escola Segura?		
E19	“O Órgão Diretivo tem procurado implementar com outras valências existentes na escola, nomeadamente o Gabinete de Apoio ao Aluno; a Equipa Educar para a Saúde e a Rádio Escolar toda a coordenação necessária.”	1.B.3 1.B.2 1.B.1
E20	“Dada a próxima relação com o agrupamento, há abertura para falarem sempre com o Diretor das escolas deste agrupamento. ”	1.B.3
E21	“Em estreita cooperação com a Direção e as equipas que dinamizam o Plano Anual de Atividade e o Plano da Saúde. ”	1.B.3 1.B.1
E22	“(…) trabalha em parceria com a Educação para a Saúde que são incluídas num Plano anual de Atividades e posteriormente aprovadas em Conselho Pedagógico e só depois agendadas com os Srs. Agentes da Escola Segura.”	1.B.1
E23	“ Depois da reunião com os agentes , o programa com as ações é analisado nas reuniões de departamento de docentes e estes selecionam as atividades.”	1.B.3
E24	“O Programa Escola Segura é planificado/concretizado a partir da articulação conjunta entre a Direção do Agrupamento, o Gabinete de Apoio ao Aluno e Família (GAAP) e os Agentes da Escola Segura destacados para o Agrupamento.”	1.B.3 1.B.2
E25	“(…) os Diretores das escolas e a Escola Segura por norma agilizam e coordenam o seu plano de ação para todo o ano letivo.”	1.B.3
E26	“Os agentes da GNR reúnem no início do ano letivo com a Diretora do agrupamento e apresentam o programa, tal como os contactos. A equipa de Educar para a Saúde é, preferencialmente, a responsável pela articulação com esta equipa.”	1.B.3 1.B.1
E27	“É feito numa gestão de proximidade com a direção , o que contribui para a prevenção de comportamentos de risco e da redução de atos geradores de insegurança nas escolas.”	1.B.3
E28	“Decorrentes de cada necessidade específica e com vista às ações do ano transato a direção trata de escolher as ações que deseja.”	1.B.3
E29	“Através de ações propostas/realizadas (atividades e formação presencial) por vários grupos disciplinares em coordenação com o coordenador de estabelecimento. ”	1.B.4
E30	“No nosso Agrupamento passa pelo acompanhamento e coordenação (...), cuja responsabilidade recai na Equipa Educar para a Saúde (...). ”	1.B.1
E31	“Em estreita articulação com a direção do Agrupamento de escolas e coordenadoras de estabelecimento e com base num plano de ação definido no início do ano letivo (...).”	1.B.3 1.B.4
E32	“O programa é desenvolvido apenas com a equipa PES , e com conhecimento do Subdiretor.”	1.B.1
E33	“Em completa articulação comigo e com o Agrupamento que é o que está definido no Projeto Educativo e Plano Anual de Atividades.”	1.B.3
E34	“Através de contactos permanentes quer com o Subdiretor , quer com a Prof. Responsável Ed. Para a Saúde com a ES (...) com os elementos do PES.”	1.B.3 1.B.1
E35	“estabelecimentos de ensino para garantir a segurança dos alunos e, sempre que a Direção do Agrupamento o solicita.”	1.B.3
E36	“O Programa Escola Segura desenvolve –se na nossa escola em parceria com a equipa PES (Programa Educação Saúde) , mas também numa relação muito direta dos agentes com a direção da escola. ”	1.B.1 1.B.3
E37	“(…) construído, em articulação com a GNR e os Técnicos da Escola de Psicologia, Assistente Social e Mediadora Comportamental e professores da Equipa de Saúde Escolar que constituem o Agrupamento de Escolas.”	1.B.5 1.B.1

E38	“O programa é desenvolvido através de um acompanhamento em regime de proximidade com os Diretores de cada escola em particular.”	1.B.3
Questão n.º 2 - Qual a perceção que tem relativamente às ações realizadas pela GNR/PSP no âmbito do Programa Escola Segura?		
E19	“As ações dinamizadas têm sido bem acolhidas (...) visando acompanhar os alunos, precauendo condutas conflituosas , impeditivas do melhor funcionamento das aulas e, por consequência, dos melhores resultados escolares .”	2.B.3
		2.B.1
		2.B.2
E20 E21	“No âmbito deste agrupamento a minha perceção é bastante positiva , pois, as ações da GNR, bem como a presença relativamente assídua, tem tido um efeito muito dissuasor .”	2.B.3
		2.B.1
E3	“As ações que constam do seu plano anual são-nos divulgadas pelos agentes (...) ótimas para a escola.”	2.B.3
E22	“Essas ações têm surtido um efeito muito positivo em todo o agrupamento (...) quando questionamos a população onde foi efetuada a intervenção o feedback tem sido muito bom .”	2.B.3
E23	“As ações têm sido de elevada pertinência e necessidade .”	2.B.3
E24 E25	“As ações realizadas no Programa Escola Segura são extremamente positivas , tanto na dimensão pedagógica /sensibilização da comunidade educativa quanto no efeito dissuasor e/ou na resolução de situações concretas.”	2.B.3
		2.B.2
		2.B.1
E26	“Muito adequadas às necessidades e desenvolvidas com profissionalismo.”	2.B.3
E8	“Estas ações, de qualidade , vão de encontro às necessidades do momento.”	2.B.3
E27	“Tenho uma perceção muito positiva .”	2.B.3
E28	“A melhor .”	2.B.3
E29	“São extremamente interessantes /objetivas/práticas/cativantes indo ao encontro das expectativas de toda a comunidade escolar.”	2.B.3
E30	“As ações implementadas são muito relevantes para contribuir para o clima de serenidade da comunidade educativa e para a formação dos alunos.”	2.B.3
E31	“Destaco a excelente postura e a comunicação assertiva da equipa da Escola Segura (...)para a criação de ambientes mais seguros no meio envolvente da escola.”	2.B.3
		2.B.1
E32 E33	“Ações fundamentalmente direcionadas para garantir a segurança na área escolar (...) nomeadamente as que permitam estabelecer relações de confiança e um clima favorável à prevenção.”	2.B.3
		2.B.2
E34	“A perceção que tenho é a de que as ações entre estas duas entidades (AEVA e Escola Segura) são as mais perfeitas possíveis .”	2.B.3
E16	“Profundamente pertinentes , adequadas aos alunos e ao contexto em que as mesmas são ministradas.”	2.B.3
E35 E36	“A ação realizada tem sido muito positiva , sobretudo porque tem um efeito dissuasor em relação a situações que podem ser problemáticas.”	2.B.3
		2.B.1
E18 E37	“As ações da escola segura são bastante pedagógicas e importantes para esclarecer os alunos, mantê-los informados .”	2.B.2
		2.B.3
E19	“Dar continuidade ao excelente trabalho nas escolas.”	2.B.3
E38	“Francamente positiva . Os agentes estão muito bem preparados e têm desenvolvido ações de acompanhamento, prevenção e informação muito pertinentes e úteis .”	2.B.3
		2.B.2
Questão n.º 3 - É elaborado algum planeamento de atividades e de articulação com a GNR/PSP?		
E19	“Sim, para que esta articulação possa ser reforçada junto da restante comunidade educativa, o Órgão Diretivo - através do seu Diretor - no início de cada ano letivo , tem tido a preocupação de a promover.”	3.B.1
E20	“No início do ano letivo a Direção reúne com elementos da escola segura.”	3.B.1
E21	“Sim, (...) no início do ano o agrupamento seleciona aquelas que se enquadram no âmbito do seu Projeto Educativo e do Plano Anual de Atividades.”	3.B.1
E22	“Já tivemos situações em que houve a necessidade de pedir a colaboração da GNR, não havendo diretamente nenhum planeamento anual .”	3.B.3
E23	“Sim. De acordo com as temáticas a serem abordadas, quando o ano começa , é elaborado um cronograma com as turmas alvo e respetivos objetivos de intervenção.”	3.B.1

E24	“Sim. No início do ano letivo é feita uma planificação das ações de sensibilização/formação a realizar ao longo do ano.”	3.B.1
E25	“Sim, no final de cada ano é preenchido um documento de diagnóstico. No início de cada ano agendam-se as sessões.”	3.B.1
E26	“Sim, o trabalho é articulado, em função das necessidades no início de cada ano , com a equipa da Educação para a Saúde, neste ano com o Parlamento dos Jovens.”	3.B.1
E27	“Sim. Principalmente palestras no decorrer do ano.”	3.B.2
E28	“Sim. As atividades durante o ano letivo são planeadas em conjunto e direcionadas para as turmas e anos de escolaridade.”	3.B.2
E29	“Sim, no início do ano bem como ao longo do ano escolar .”	3.B.1 3.B.2
E30	“Procura-se definir no início do ano as ações a implementar, no entanto também tem sido implementadas algumas atividades decorrentes de necessidades específicas que surgem.”	3.B.1 3.B.2
E31	“No início do ano foram definidas estratégias e atividades a desenvolver ao longo do ano letivo.”	3.B.1
E32	“É elaborado, no início do ano letivo , ainda que, por vezes, de forma informal, um planeamento de ações, com continuidade ao longo do ano letivo.”	3.B.1 3.B.2
E33	“No início de cada ano letivo é levada a cabo uma planificação de articulação com as diversas entidades parceiras (...) têm sido cumpridas e levadas a cabo com a preciosa ajuda da Escola Segura.”	3.B.1
E34	“Sim. No início do ano letivo o Agrupamento e a ES agilizam e coordenam o seu plano de ação para todo o ano letivo.”	3.B.1
E35	“Sim, no início do ano letivo planeia-se o trabalho a desenvolver e, durante o ano , há uma articulação próxima entre a Direção do Agrupamento e as forças de segurança.”	3.B.1 3.B.2
E36	“Sim. É sempre realizado um cronograma com as ações que serão levadas a efeito com as turmas e professores envolvidos no início de cada ano.”	3.B.1
E37	“Sim, no início do ano letivo , tal como referi acima.”	3.B.1
E38	“Sim, reúno frequentemente com agentes da PSP do P. Escola Segura para planearmos ações que entendemos ser mais úteis para os nossos alunos; fazemos reuniões, regra geral, no início do ano letivo e as atividades constam do nosso plano anual de atividades.”	3.B.1
Questão n.º 4 - Qual o meio de comunicação mais utilizado para solicitar uma intervenção em ambiente escolar?		
E19	“Numa eventual necessidade o meio mais utilizado é o telefone .”	4.B.3
E20	“Nos casos diários, privilegiamos o contacto pessoal e nas ações de planificação, através do e-mail .”	4.B.1 4.B.2
E21	“Via email ou telefone .”	4.B.2 4.B.3
E22	“O contacto é normalmente feito por telefone (...) são enviados emails de confirmação e por vezes a marcação é feita presencialmente .”	4.B.3 4.B.2 4.B.1
E23	“Preferencialmente por email .”	4.B.2
E24	“O telefone .”	4.B.3
E25	“ Telemóvel e email .”	4.B.3 4.B.2
E26	“O meio de comunicação mais utilizado é o telefone e também o email .”	4.B.3 4.B.2
E27	“O telefone é o meio de comunicação mais utilizado.”	4.B.3
E28	“É utilizado o telefone .”	4.B.3
E29	“ Telefone e email .”	4.B.3 4.B.2
E30	“(…) a articulação é feita presencialmente (as previstas), pelo mail (as que surgem como necessárias) ou pelo telefone (as urgentes).”	4.B.1 4.B.2 4.B.3
E31	“Contacto telefónico é o meio mais utilizado.”	4.B.3
E32	“(…) telemóvel apenas.”	4.B.3

E33	“Numa 1.ª fase, é sempre o telemóvel .”	4.B.3
E34	“Por norma por e-mail .”	4.B.2
E35	“Temos usado sobretudo o telefone .”	4.B.3
E36	“Para todas as situações privilegia-se o telefone dada a simplicidade e rapidez.”	4.B.3
E37	“ E-mail sem dúvida.”	4.B.2
E38	“(…) o telefone , em geral e em algumas situações (mais raras), via email .”	4.B.3 4.B.2
Questão n.º 5 - Tem conhecimento da existência de alguma linha direta de atendimento para a GNR/PSP no âmbito do Programa Escola Segura?		
E19	“Sim, existe o contacto da estrutura afeta ao Programa Escola Segura.”	5.B.2
E20	“Conheço apenas os contactos tradicionais que estabelecemos com a GNR concelhia .”	5.B.1
E21	“ Sim , contactamos várias vezes.”	5.B.2
E22	“ Não . Possuímos apenas os contactos diretos dos dois agentes que fazem a intervenção no nosso agrupamento.”	5.B.3
E23	“ Sim .”	5.B.2
E24	“No início do ano foram comunicados um endereço eletrónico e um número de telefone para contacto com o Programa Escola Segura .”	5.B.2
E25	“Temos contacto direto (via telemóvel) com os soldados da Guarda .”	5.B.3
E26	“ Sim . Os agentes disponibilizaram no início do ano letivo uma linha direta de contacto , o que foi muito útil.”	5.B.2
E27	“ Não . A existir essa linha direta no âmbito do Programa Escola Segura já nos teria sido comunicada.”	5.B.1
E28	“(…) o telefone disponibilizado pela Equipa da Escola Segura que apoia o agrupamento de escolas.”	5.B.2
E29	“ Sim . É a forma como temos estabelecido qualquer contacto.”	5.B.2
E30	“Temos contacto direto com os guardas que acompanham o nosso Agrupamento.”	5.B.3
E31	“ Sim , foi-nos disponibilizado o número da linha direta de atendimento para a GNR no âmbito da Escola Segura.”	5.B.2
E32	“ Não .”	5.B.1
E33	“ Sim , os contactos diretos com a Escola Segura.”	5.B.2
E34	“Usamos o contacto (telemóvel) do elemento da GNR responsável pela ES.”	5.B.3
E35	“ Não , porque temos o número de telemóvel do agente principal do referido programa para agilizarmos os contactos.”	5.B.3
E36	“ Não tenho conhecimento . O número de contacto que temos é do posto.”	5.B.1
E37	“Utilizamos, habitualmente, o contacto direto , via telemóvel, com os agentes do Programa Escola Segura.”	5.B.3
E38	“ Sim . Tenho conhecimento de números de telemóvel e telefone fixo para o efeito.”	5.B.2
Questão n.º 6 - Quais os principais fatores que considera serem potenciadores da prática de crimes em ambiente escolar?		
E19	“Essencialmente alunos pertencentes a ambientes familiares destrutturados ou outros comportamentos desviantes por parte dos alunos .”	6.B.3 6.B.4
E20	“(…) nas escolas é o bullying , (...) provocados pelo consumo de substâncias aditivas , em especial nas áreas circundantes da escola, que potenciam alguma conflitualidade.”	6.B.6 6.B.8
E21	“(…) são os ligados ao uso indevido da imagem (via redes sociais) e o bullying .”	6.B.2 6.B.6
E22	“ Bullying e consumos ilícitos .”	6.B.6 6.B.8
E23	“Meio de proveniência do aluno associado a ambientes familiares desfavorecidos; falta de acompanhamento dos seus educandos (...) em casa.”	6.B.3
E24	“Talvez o mais evidente, no contexto escolar, seja a falta de acompanhamento parental dos alunos/as, pelas mais variadas razões.”	6.B.3
E25	“Tráfico e consumo de substâncias ilícitas (...) maioritariamente, por jovens oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade .”	6.B.8 6.B.3

E26	“A ausência de acompanhamento e supervisão parental . Influências por amigos , embora não seja muito frequente no nosso agrupamento.”	6.B.3
		6.B.4
E27	“Principalmente a ausência/falta de acompanhamento por parte da família .”	6.B.3
E28	“ Insucesso escolar e famílias pouco estruturadas .”	6.B.7
		6.B.3
E29	“ Faltas que dão e depois aparecem justificadas sem qualquernexo causal.”	6.B.5
E30	“Neste momento, as redes sociais online são grande fonte dos problemas surgidos no Agrupamento.”	6.B.2
E31	“O uso das redes sociais e o uso dos telemóveis para comunicar - fotografar, fazer vídeos, gravações e texto.”	6.B.2
E32	“Condição económico-social e cultural de muitas famílias e riqueza pessoal e material disponível nas escolas.”	6.B.1
E33	“Fatores tais como falta de acompanhamento familiar e de retaguarda; alguma instabilidade económico-financeira das famílias; e sem dúvida o fácil acesso das crianças e jovens a redes sociais que pululam na Web.”	6.B.3
		6.B.1
		6.B.2
E34	“No momento penso que as redes sociais .”	6.B.2
E35	“O tráfico de estupefacientes , as situações familiares que não constituem uma boa retaguarda para as crianças e jovens.”	6.B.8
		6.B.3
E36	“ Bullyng , uso de drogas e as redes sociais .”	6.B.6
		6.B.8
		6.B.2
E37	“A falta de ações de prevenção e a falta de proximidade dos encarregados de educação .”	6.B.3
E38	“A falta de acompanhamento parental nas saídas extra escola (saídas à noite); a justificação de faltas à escola sem razão fundamentada; o grupo de amigos .”	6.B.3
		6.B.5
		6.B.4
Questão n.º 7 - As ações da GNR/PSP no âmbito do Programa Escola Segura, são diferenciadas consoante as escolas/ turmas que apresentam maior índice criminalidade?		
E19	“Com efeito, tudo leva a deduzir que há ações/intervenções diferenciadoras de uns agrupamentos para os outros. Cada escola tem a sua realidade/identidade.”	7.B.2
E20	“Penso que na esfera do meu agrupamento esta questão não se aplica .”	7.B.3
E21	“(…) no nosso caso sejam quase na sua totalidade iguais por ano de escolaridade, por terem caráter informativo/preventivo.”	7.B.3
E22	“ Sim , e diferentes em número para cada turma e ano , dada a sua especificidade.”	7.B.1
E23	“As intervenções têm sido sempre diferenciadas em número e de acordo com as necessidades emergentes de cada ano de escolaridade e classe .”	7.B.1
E24	“Sim. As ações de formação/sensibilização são desenhadas em função dessa realidade (...) às necessidades do público-alvo.”	7.B.1
E25	“Assim, algumas ações realizam-se de acordo com a faixa etária (...) são dirigidas especificamente a determinado público , em resultado das evidências dos seus comportamentos e atitudes.”	7.B.1
E26	“Não sei. Só conheço a realidade do nosso agrupamento. No entanto quando as atividades/ações são executadas são sempre ajustadas a cada turma .”	7.B.2
E27	“Neste Agrupamento não há criminalidade, logo não pode haver diferenciação .”	7.B.3
E28	“As ações delineadas normalmente são para todos os alunos do mesmo ano de escolaridade.”	7.B.2
E29	“(…) terão de ser diferentes em turmas/alunos , se estes são diferentes, logo geram comportamentos diferentes.”	7.B.2
E30	“Há diferença, seja de turma pra turma ou entre escolas do agrupamento.”	7.B.1
E31	“De acordo com as situações identificadas e especificidade das problemáticas os agentes da Escola Segura desenvolvem ações de intervenção diferenciadas e adequadas ao(s) aluno(s) e respetivas turmas .”	7.B.2
E32	“Compreende-se que sejam diferenciadas por número e turmas .”	7.B.1
E33	“(…) no caso em concreto do nosso Agrupamento, as ações são diferentes para turmas e alunos concretizadas e sempre em tempo útil, por forma a precaver comportamentos adequados.”	7.B.2
E34	“No Nosso Agrupamento, as ações são pensadas para cada unidade de ensino .”	7.B.1

E35	“Sim. É óbvio que as turmas/escolas mais complicadas em termos de indisciplina e criminalidade têm de ser o foco de atenção por parte das forças de segurança.”	7.B.1
E36	“Sim. Consoante as turmas/ grupos os agentes preparam a intervenção de forma diferenciada.”	7.B.2
E37	“São diferenciados de acordo com o perfil das turmas. ”	7.B.2
E38	“Sim, há ações específicas consoante o diagnóstico efetuado pelos professores.”	7.B.2
Questão n.º 8 - As ações de prevenção realizadas pela GNR/PSP, no âmbito do Programa Escola Segura, têm influência na comunidade escolar?		
E19	“Sim. Todas as ações preventivas levadas a cabo neste âmbito promovem sinais de alerta com impacto positivo em ambientes escolares.”	8.B.1
E20	“Penso que, indubitavelmente, tem um efeito dissuasor , contribuindo claramente para diminuir os índices de criminalidade.”	8.B.2
E21	“Considero que são muito importantes , pela qualidade da informação prestada e por ter um elevado impacto e preponderância de ser uma força de autoridade.”	8.B.1
E22	“ Minorando consideravelmente os atos de vandalismo após a sua intervenção.”	8.B.3
E23	“Sim, a proximidade da Escola Segura sensibiliza para a adoção de comportamentos socialmente mais ajustados.”	8.B.4
E24	“(...) promovem condutas corretas e têm, ainda, um efeito preventivo e dissuasor de atitudes/comportamentos disruptivos/violentos.”	8.B.3
		8.B.4
		8.B.2
E25	“Sim, mais para alteração de comportamentos. ”	8.B.3
E26	“Elas são importantes para a prevenção da violência e criminalidade.”	8.B.4
E27	“Sim, contribuem para a prevenção da delinquência juvenil.”	8.B.4
E28	“Sem dúvida que influencia positivamente. ”	8.B.1
E29	“Sim de forma preventiva , as autoridades ainda continuam a ter uma influência maior que o resto da comunidade sobre os alunos.”	8.B.4
E30	“As ações implementadas são muito importantes para contribuir para o clima de serenidade da comunidade educativa.”	8.B.1
E31	“Através da prevenção de comportamentos de risco e para a redução de atos geradores de insegurança em meio escolar (...), e para a redução de ações desagradáveis em contexto escolar.”	8.B.4
		8.B.3
E32	“A prática e as ações desenvolvidas pela Escola Segura e GNR na minha unidade orgânica comprovam essa intencionalidade, nomeadamente ao nível da prevenção. ”	8.B.4
E33	“Definitivamente, influenciam, muito pela positiva. ”	8.B.1
E34	“Sim, através do impacto dissuasor. ”	8.B.2
E35	“Sim, a paz educativa estabelece-se sem dúvida pelo caráter preventivo. ”	8.B.4
E36	“Considero que sim. Preveniu-se algumas situações.”	8.B.4
E37	“Sim. De forma positiva . Garante a manutenção do bom ambiente escolar.”	8.B.1
E38	“(...) claramente que sim. São altamente preventivas. ”	8.B.4
E35		
E19	“(...) em nosso entender, ser aplicado ao ensino superior atendendo à proximidade de estabelecimentos (...) que se deva aumentar a frequência de patrulhamento fora dos estabelecimentos de ensino.”	9.B.5
		9.B.2
E20	“Maior número de efetivos (...) a situação de dois agentes terem que monitorizar quatro concelhos, parece-me insuficiente.”	9.B.1
E21	“Não tenho nenhum fator a referir , pois parece-me estar adequada.”	9.B.6
E22	“A possibilidade de poderem passar no exterior dos estabelecimentos de ensino à paisana com maior frequência. ”	9.B.2
E23	“As ações devem ser sempre numa lógica preventiva sugerindo-se, desta forma, intervenções ao nível da família. ”	9.B.3
E24	“Fundamentalmente, mais meios humanos afetos ao Programa.”	9.B.1
E25	“A prevenção é ótima deve é ser dada aos pais também.”	9.B.3
E26	“Os encarregados de educação , penso que serão o maior entrave (...) apesar das atuações serem muito eficazes.”	9.B.3
E27	“Apesar dos agentes fazerem impossíveis, mais ações de sensibilização era o ideal.”	9.B.4

E28	“Maior número de efetivos de forma a permitir que a sua presença nas escolas seja mais frequente.”	9.B.1
E29	“A ausência dos pais , uma vez que a prevenção tem de ser sustentada por eles e estes nem à escola comparecem.”	9.B.3
E30	“(…) aumentar a disponibilidade para a implementação de ações de sensibilização.”	9.B.4
E31	“ Generalizar as ações de sensibilização para pais e encarregados de educação a realizar nas freguesias de origem dos alunos.”	9.B.3
E32	“Mais meios . Sejam eles humanos ou materiais.”	9.B.1
E33	“O número de efetivos adstritos à Escola Segura é muito reduzido, apesar de (mesmo em número reduzido), mesmo assim, fazerem milagres.”	9.B.1
E34	“Uma presença mais sólida, constante e permanente, dentro e fora das escolas.”	9.B.2
E35	“Considero que o trabalho atualmente desenvolvido tem sido bom e não vejo qualquer fator a ser apontado .”	9.B.6
E36	“(…), no entanto seria importante mais agentes no terreno para que possam visitar as escolas mais frequentemente.”	9.B.1
E37	“ Aumento dos efetivos da GNR neste projeto para fazer face a uma maior proximidade necessária a muitas escolas.”	9.B.1
E38	“O nosso Agrupamento de escolas está a 500mt da esquadra da PSP de Guimarães (...) no entanto, penso ser necessário, aumentar os agentes com estas funções para poderem chegar aos 16 Agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas da mesma forma.”	9.B.1

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE K – MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DO GUIÃO A

Quadro n.º 14 – Matriz de análise de conteúdo das entrevistas do Guião A

UR	Entrevistados																		UEn	Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	E16	E17	E18		
Questão n.º 1																				
1.A.1				X	X		X				X	X	X	X	X		X	X	10	10/18
1.A.2	X																		1	1/18
1.A.3		X	X			X		X	X	X						X			7	7/18
Questão n.º 2																				
2.A.1				X		X		X				X							4	4/18
2.A.2		X			X							X		X		X			5	5/18
2.A.3		X									X	X	X	X	X			X	7	7/18
2.A.4	X		X				X		X	X							X		6	6/18
Questão n.º 3																				
3.A.1								X	X	X				X	X	X	X	X	8	8/18
3.A.2	X	X	X	X	X	X	X				X	X	X						10	10/18
Questão n.º 4																				
4.A.1			X						X		X								3	3/18
4.A.2	X	X	X	X	X			X		X		X		X	X		X	X	12	12/18
4.A.3	X		X		X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X		13	13/18
Questão n.º 5																				
5.A.1													X			X			2	2/18
5.A.2	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X		X	X				13	13/18
5.A.3									X					X		X	X	X	5	5/18
Questão n.º 6																				
6.A.1	X					X	X					X							4	4/18
6.A.2		X	X	X	X			X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	14	14/18
Questão n.º 7																				

7.A.1								X							X				2	2/18
7.A.2		X											X						2	2/18
7.A.3	X																		1	1/18
7.A.4			X																1	1/18
7.A.5			X		X														2	2/18
7.A.6	X	X	X	X		X	X	X		X	X	X		X		X	X		13	13/18
7.A.7	X														X			X	3	3/18
7.A.8									X										1	1/18
Questão n.º 8																				
8.A.1		X	X							X	X			X	X			X	7	7/18
8.A.2	X			X	X	X	X	X	X			X	X			X	X		11	11/18
Questão n.º 9																				
9.A.1	X	X	X			X	X	X		X					X			X	9	9/18
9.A.2				X	X				X		X	X	X	X		X	X		9	9/18
Questão n.º 10																				
10.A.1		X						X	X	X		X							5	5/18
10.A.2				X							X								2	2/18
10.A.3	X				X								X		X				4	4/18
10.A.4			X			X	X							X		X	X	X	7	7/18
Questão n.º 11																				
11.A.1									X				X		X		X		4	4/18
11.A.2	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X		X		X		X	14	14/18
Questão n.º 12																				
12.A.1	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	17	17/18
12.A.2	X	X	X	X		X	X	X				X					X		9	9/18
12.A.3	X		X	X	X		X					X	X						7	7/18
12.A.4		X	X				X					X							4	4/18
12.A.5			X	X	X		X	X				X		X					7	7/18

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE L – MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DO GUIÃO B

Quadro n.º 15 – Matriz de análise de conteúdo das entrevistas do Guião B

UR	Entrevistados																				UEn	Total	
	E19	E20	E21	E22	E23	E24	E25	E26	E27	E28	E29	E30	E31	E32	E33	E34	E35	E36	E37	E38			
Questão n.º 1																							
1.B.1	X		X	X				X				X		X		X		X	X		9	9/20	
1.B.2	X					X															2	2/20	
1.B.3	X	X	X		X	X	X	X	X	X			X		X	X	X	X		X	15	15/20	
1.B.4											X		X								2	2/20	
1.B.5																			X		1	1/20	
Questão n.º 2																							
2.B.1	X	X				X							X				X				5	5/20	
2.B.2	X					X								X				X		X	5	5/20	
2.B.3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	20	20/20	
Questão n.º 3																							
3.B.1	X	X	X		X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	17	17/20	
3.B.2									X	X	X	X		X			X				6	6/20	
3.B.3				X																	1	1/20	
Questão n.º 4																							
4.B.1		X		X								X									3	3/20	
4.B.2		X	X	X	X		X	X			X	X				X			X	X	11	11/20	
4.B.3	X		X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X	16	16/20	
Questão n.º 5																							
5.B.1		X							X					X				X			4	4/20	
5.B.2	X		X		X	X		X		X	X		X		X					X	10	10/20	
5.B.3				X			X					X			X	X		X			6	6/20	
Questão n.º 6																							
6.B.1														X	X						2	2/20	
6.B.2			X									X	X		X	X		X			6	6/20	

6.B.3	X				X	X	X	X	X	X					X		X		X	X	11	11/20
6.B.4	X							X												X	3	3/20
6.B.5											X									X	2	2/20
6.B.6		X	X	X														X			4	4/20
6.B.7										X											1	1/20
6.B.8		X		X				X									X	X			5	5/20
Questão n.º 7																						
7.B.1				X	X	X	X					X		X		X	X				8	8/20
7.B.2	X							X		X	X		X		X			X	X	X	9	9/20
7.B.3		X	X						X												3	3/20
Questão n.º 8																						
8.B.1	X		X							X		X			X				X		6	6/20
8.B.2		X				X										X					3	3/20
8.B.3				X		X	X						X								4	4/20
8.B.4					X	X		X	X		X		X	X			X	X		X	10	10/20
Questão n.º 9																						
9.B.1		X				X				X				X	X			X	X	X	8	8/20
9.B.2	X			X												X					3	3/20
9.B.3					X		X	X			X		X								5	5/20
9.B.4									X			X									2	2/20
9.B.5	X																				1	1/20
9.B.6			X														X				2	2/20

Fonte: Elaboração própria

ANEXOS

ANEXO A – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA



Academia Militar em Lisboa, 13 de março de 2020

Ex.^{mo} Senhor
Superintendente-Chefe Manuel Augusto Magina da Silva
Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública
Largo da Penha de França, nº 1
1199-010 Lisboa

No âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, ministrado na Academia Militar, é exigida, nos termos legais, a elaboração de um Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).

O trabalho em apreço, realizado pelos alunos do 5º ano do ciclo de estudos suprarreferido, tem por objetivo geral a aplicação de competências adquiridas e o desenvolvimento de capacidades que constituam a base de aplicações originais, em contexto de investigação, nos domínios da segurança e defesa nas áreas de especialização, e a comunicação das suas conclusões, e os conhecimentos e raciocínios a elas subjacentes, de forma clara e sem ambiguidades.

Neste contexto, o Aspirante-aluno da Guarda Nacional Republicana Rui Miguel Nogueira Oliveira, encontra-se a elaborar uma dissertação de mestrado subordinada ao tema “O Programa Escola Segura na prevenção da criminalidade em ambiente escolar: Estudo de Caso do Distrito de Braga”, mostrando-se essencial para alcançar os objetivos propostos a realização de entrevistas a entidades com um papel preponderante no tema ao qual se subordina a investigação.

Face ao exposto, encarrega-me o Exmo. MGen João Vieira Borges, Comandante da Academia Militar, de solicitar a V.^ª Exa. que se digne autorizar a realização de entrevistas a elementos da Polícia de Segurança Pública que exercem funções no Comando Distrital de Braga da PSP, especificamente na área em que esta investigação se centra.

Para efeitos de coordenação, é de referir que o Ponto de Contacto da Academia Militar é o Tenente-Coronel Nuno Alberto, Diretor dos Cursos da GNR: Telefone; 213 304 627 | Telemóvel; 961 191 082 | Endereço de correio eletrónico; alberto.nmc@gnr.pt

O Chefe do Gabinete

 Assinatura Recuperável

X PR

Assinado por: cor.roda.pgsg

Paulo Guilherme Soares Gonçalves Roda
Coronel de Artilharia



Rua Gomes Freire – 1169 - 203 Lisboa
am@mail.exercito.pt

Civil: (+ 351) 21 318 69 00
Militar: 415 600

Civil: (+ 351) 21 318 69 12
Militar: 415 668

Figura n.º 4 – Pedido de autorização à Polícia de Segurança Pública

Fonte: Elaboração própria

ANEXO B – QUADRO-SÍNTESE DA METODOLOGIA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO DA ENTREVISTA

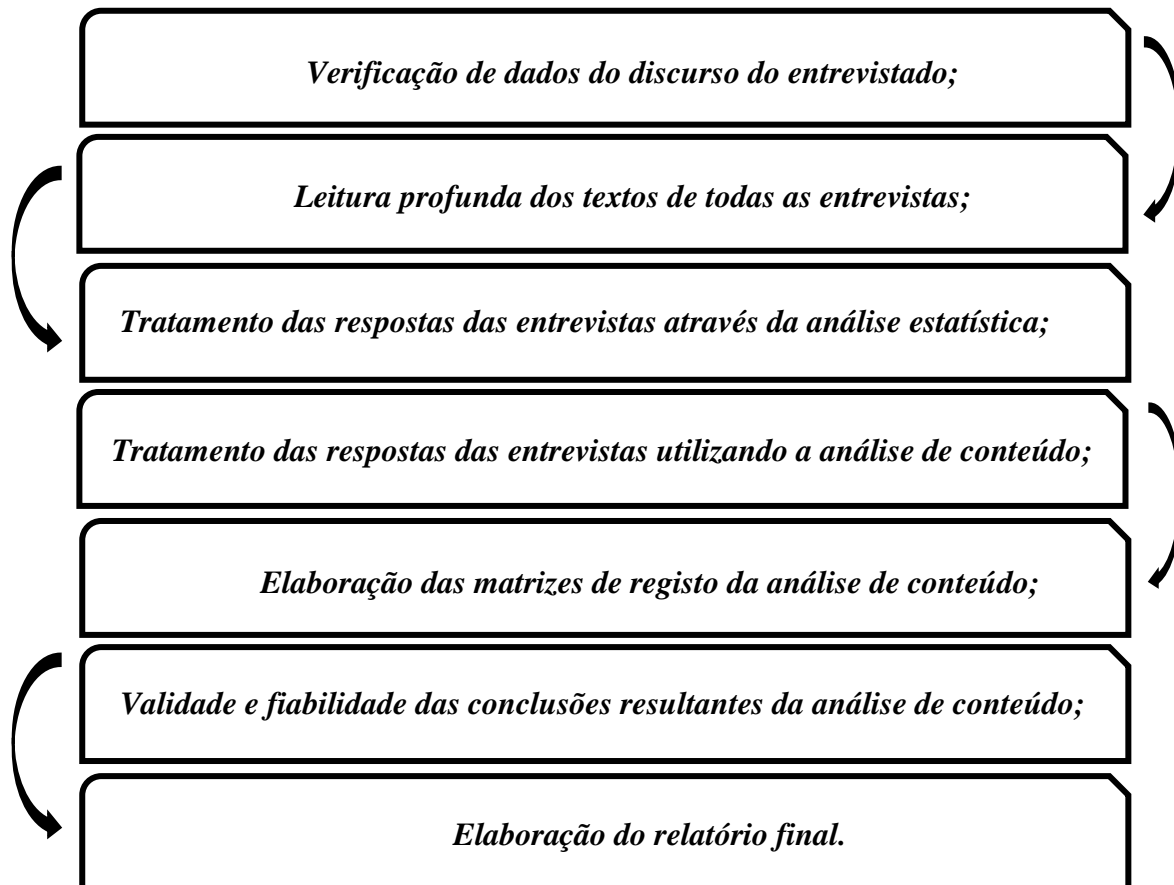


Figura n.º 5 – Quadro-Síntese da Metodologia da Análise de Conteúdo da Entrevista

Fonte: Adaptado de Sarmiento (2013)

ANEXO C – PORTEFÓLIO DE ATIVIDADES DAS SPC DO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGA

ÍNDICE	
I. ESTABELECIMENTO DE ENSINO/ INSTITUIÇÕES PARCEIRAS.....	4
1. JARDIM DE INFÂNCIA	4
<i>Temáticas abordadas</i>	
(a) “Segurança rodoviária”	4
(b) “Operação STOP com mini fardas”	5
(c) “Educação ambiental”	6
(d) “Brincar em segurança”	6
2. ESCOLA BÁSICA 1º CICLO	7
<i>Temáticas abordadas</i>	
(a) “Segurança rodoviária”	7
(b) “Operação STOP com mini fardas”	8
(c) “Internet segura”	9
(d) “Bullying e Cyberbullying”	10
3. ESCOLA BÁSICA 2º E 3º CICLO	11
<i>Temáticas abordadas</i>	
(a) “Segurança rodoviária”	11
(b) “Internet segura”	12
(c) “Bullying e Cyberbullying”	13
(d) “Comportamentos aditivos”	14
(e) “Violência no namoro”	15
(f) “Liberdade e segurança”	16
(g) “Artigos pirotécnicos (bombinhas de carnaval)”	16
4. ESCOLA SECUNDÁRIA	18
<i>Temáticas abordadas</i>	
(a) “Comportamentos aditivos”	17
(b) “Violência no namoro”	18
(c) “Stalking”	18
II. AÇÕES DIRIGIDAS PARA OS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	19
<i>Temáticas abordadas</i>	
(a) “Transporte de crianças”	19
(b) “Comportamentos aditivos”	20
(c) “Bullying e Cyberbullying”	21
(d) “Internet segura”	22
(e) “Violência no namoro”	23
III. DIVERSOS.....	24

Figura n.º 6 – Índice das atividades das SPC do CTer de Braga

Fonte: Comando Territorial da GNR de Braga